



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**27/05/2015
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador José Maranhão
Vice-Presidente: Senador José Pimentel**



Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 27/05/2015.**

11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

Quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - SABATINA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	OFS 54/2015 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO ANASTASIA	12

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PRS 13/2015 - Não Terminativo -	SEN. ANTONIO CARLOS VALADARES	59
2	OFS 53/2015 - Não Terminativo -	SEN. EUNÍCIO OLIVEIRA	66
3	CON 1/2015 - Não Terminativo -	SEN. ROMERO JUCÁ	106
4	PDS 197/2014 - Não Terminativo -	SEN. RONALDO CAIADO	130

5	PEC 24/2012 - Não Terminativo -	SEN. AÉCIO NEVES	183
6	PLS 287/2011 - Não Terminativo -	SEN. ALOYSIO NUNES FERREIRA	202
7	PLC 14/2014 - Não Terminativo -	SEN. MARCELO CRIVELLA	211
8	PLS 532/2009 - Terminativo -	SEN. ANGELA PORTELA	221
9	PLS 304/2011 - Não Terminativo -	SEN. RICARDO FERRAÇO	232
10	PLC 25/2015 - Não Terminativo -	SEN. JOSÉ MARANHÃO	248
11	PLC 32/2015 - Não Terminativo -	SEN. RONALDO CAIADO	277

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: Senador José Maranhão

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel

(27 titulares e 27 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Jorge Viana(PT)(15)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 Walter Pinheiro(PT)	BA (61) 33036788/6790
Gleisi Hoffmann(PT)	PR (61) 3303-6271	2 Delcídio do Amaral(PT)(16)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457
José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391	3 Lindbergh Farias(PT)	RJ (61) 3303-6427
Fátima Bezerra(PT)	RN (61) 3303-1777 / 1884 / 1778 / 1682	4 Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Humberto Costa(PT)	PE (61) 3303-6285 / 6286	5 Zezé Perrella(PDT)	MG (61) 3303-2191
Acir Gurgacz(PDT)	RO (61) 3303-3131/3132	6 Paulo Paim(PT)	RS (61) 3303-5227/5232
Benedito de Lira(PP)	AL (61) 3303-6148 / 6151	7 Ivo Cassol(PP)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Ciro Nogueira(PP)	PI (61) 3303-6185 / 6187	8 Ana Amélia(PP)	RS (61) 3303 6083
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245	1 Roberto Requião(PMDB)	PR (61) 3303-6623/6624
Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313	2 Omar Aziz(PSD)	AM (61) 3303.6581 e 6502
Ricardo Ferraço(PMDB)	ES (61) 3303-6590	3 Garibaldi Alves Filho(PMDB)(13)	RN (61) 3303-2371 a 2377
Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115	4 Waldemir Moka(PMDB)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Simone Tebet(PMDB)	MS (61) 3303-1128/1421/3016/3 153/4754/4842/48 44/3614	5 Dário Berger(PMDB)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Valdir Raupp(PMDB)(13)	RO (61) 3303-2252/2253	6 Rose de Freitas(PMDB)	ES (61) 3303-1156 e 1158
Jader Barbalho(PMDB)(18)(22)	PA (61) 3303.9831, 3303.9832	7 Sérgio Petecão(PSD)	AC (61) 3303-6706 a 6713
José Maranhão(PMDB)	PB (61) 3303-6485 a 6491 e 6493	8 Raimundo Lira(PMDB)(20)	PB (61) 3303.6747
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)(17)(23)	SP (61) 3303-6063/6064
Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440	2 Alvaro Dias(PSDB)	PR (61) 3303-4059/4060
Aécio Neves(PSDB)(17)(23)	MG (61) 3303-6049/6050	3 Ataídes Oliveira(PSDB)	TO (61) 3303-2163/2164
José Serra(PSDB)(6)(19)(24)	SP (61) 3303-6651 a 6657 e 6659	4 Maria do Carmo Alves(DEM)	SE (61) 3303-1306/4055
Antonio Anastasia(PSDB)	MG (61) 3303-5717	5 Wilder Moraes(DEM)(7)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Antonio Carlos Valadares(PSB)	SE (61) 3303-2201 a 2206	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726
Roberto Rocha(PSB)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1 503/1506 a 1508	2 Marta Suplicy(S/Partido)(21)	SP (61) 3303-6510
Randolfe Rodrigues(PSOL)	AP (61) 3303-6568	3 José Medeiros(PPS)	MT (61) 3303-1146/1148
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Eduardo Amorim(PSC)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211	1 Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124
Marcelo Crivella(PR)	RJ (61) 3303-5225/5730	2 Blairo Maggi(PR)	MT (61) 3303-6167
Magno Malta(PR)	ES (61) 3303-4161/5867	3 Elmano Férrer(PTB)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2 415/3055/3056/48 47

(1) Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

(2) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

(3) Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

(4) Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).
- (6) Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
- (7) Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
- (8) Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- (9) Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
- (10) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (11) Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
- (12) Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
- (13) Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
- (14) Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
- (15) Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
- (16) Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
- (17) Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
- (18) Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
- (19) Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
- (20) Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
- (21) Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
- (22) Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
- (23) Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
- (24) Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 10:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-3972
FAX: 3303-4315

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:
E-MAIL: ccj@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 27 de maio de 2015
(quarta-feira)
às 10h**

PAUTA
11ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

1ª PARTE	Sabatina
2ª PARTE	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****OFICIO "S" Nº 54, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

- Na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 20/05/2015, a matéria foi submetida à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão, conforme disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. A Presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)

2ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, de 2015****- Não Terminativo -**

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 2**OFICIO "S" Nº 53, de 2015****- Não Terminativo -**

Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro 2006, o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO,

indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Eunício Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

[Avulso da matéria](#)

[Anexos \(CCJ\)](#)

ITEM 3

CONSULTA (SF) Nº 1, de 2015

- Não Terminativo -

Requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

Autoria: Senador Douglas Cintra

Relatoria: Senador Romero Jucá

Relatório: Pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando, recomendando o não recebimento de quaisquer remuneração adicional pela ocupação do referido encargo.

Observações:

- Em 15/04/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra, nos termos regimentais.
- Em 22/04/2015, foi recebido Voto em Separado do Senador Ronaldo Caiado.
- Em 06/05/2015, foi recebido e dado como lido o Voto em Separado do Senador Antonio Anastasia. Durante a Reunião, o Senador Romero Jucá reformula o Relatório, e o Senador Ronaldo Caiado lê o seu Voto em Separado;
- Em 06/05/2015 foi encerrada a discussão e adiada a votação da matéria.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

[Voto em separado \(CCJ\)](#)

[Voto em separado \(CCJ\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 197, de 2014

- Não Terminativo -

Susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda de redação que apresenta.

Observações:

- Em 20/05/2015, a Presidência concedeu vista aos Senadores Randolfe Rodrigues e Walter Pinheiro, nos termos regimentais.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, de 2012

- Não Terminativo -

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

Autoria: Senador João Capiberibe e outros

Relatoria: Senador Aécio Neves

Relatório: Favorável à Proposta, nos termos do substitutivo que apresenta.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2011 - Complementar

- Não Terminativo -

Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

Autoria: Senadora Gleisi Hoffmann

Relatoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)

ITEM 7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, de 2014

- Não Terminativo -

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autoria: Deputado Antonio Bulhões

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Relatório: Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)
[Avulso da matéria](#)
[Quadro comparativo](#)

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 532, de 2009

- Terminativo -

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte;
- Votação nominal.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

[Avulso da matéria](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CE\)](#)

ITEM 9**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011****- Não Terminativo -**

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

Autoria: Senador Eunício Oliveira

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

[Avulso da matéria](#)

[Parecer aprovado na comissão \(CAE\)](#)

ITEM 10**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, de 2015****- Não Terminativo -**

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

Autoria: Tribunal Superior Eleitoral

Relatoria: Senador José Maranhão

Relatório: Favorável ao Projeto

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

[Avulso da matéria](#)

ITEM 11**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, de 2015****- Não Terminativo -**

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

Autoria: Tribunal Superior do Trabalho

Relatoria: Senador Ronaldo Caiado

Relatório: Favorável ao Projeto.

Textos da pauta:

[Relatório \(CCJ\)](#)

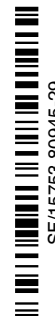
[Avulso da matéria](#)

1ª PARTE - SABATINA

1

RELATÓRIO Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 54, de 2015 (nº 4, de 2015, na origem), do Procurador-Geral da República, que comunica ao Presidente do Senado Federal, na forma do disposto no inciso II do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação do Procurador de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2015/2017.



RELATOR: Senador **ANTONIO ANASTASIA**

Mediante o Ofício “S” nº 54, de 2015 (nº 4, de 2015, na origem), o Procurador-Geral da República, Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros, encaminha ao Senado Federal, nos termos do inciso II do art. 130-A, da Constituição Federal, a indicação, realizada pelo Ministério Público Militar, mediante o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, do Procurador de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no biênio 2015/2017.

No ensejo, Sua Excelência encaminha o currículo do indicado e os documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de exame da indicação de autoridades por esta Casa legislativa.

Os integrantes do CNMP - instituição incumbida do controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais dos membros do Ministério Público - serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Conforme a Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinar a indicação e proceder à sabatina dos indicados. E, nos termos desse mesmo ato normativo, cabe à pessoa indicada fornecer os documentos que especifica, dentre os quais o seu currículo, que ora passamos a sumarizar.

O indicado graduou-se em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1992, e especializou-se em Direito Constitucional pelo Instituto Bennett, no Rio de Janeiro, em 1994. Em 2001, realizou o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra. Desde 2005, é professor de Direito Penal e membro do Ministério Público Militar da União.

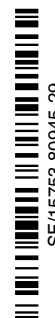
É autor do livro *Direito Administrativo Militar* e co-autor do livro *Memória do Ministério Público Militar*, além de diversos artigos acadêmicos em revistas especializadas, tendo coordenado diversas publicações, conforme se vê em seu currículo. Integrou o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas no biênio 2002/2004 e a Câmara de Desenvolvimento Científico da Escola Superior do Ministério Público da União no biênio 2011/2013.

Foi coordenador acadêmico da pós-graduação *lato sensu* em Direito Militar da Universidade Cândido Mendes, realizada em Luanda, Angola, em 2013 e 2014, e já é, atualmente, membro do CNMP, indicado para o biênio 2013/2015.

É membro do Conselho Editorial da Revista do Conselho Nacional do Ministério Público e mestrando em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB).

Já ministrou diversas palestras e lecionou em institutos e universidades as disciplinas de Direito Penal, Direito Administrativo, Direito Administrativo Militar, bem como participou de bancas de comissões julgadoras de monografias e de concursos públicos.

Em cumprimento ao disposto nos incisos II, III e IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, que trata do processo de indicações nesta Casa, o indicado encaminha as informações pertinentes, como a de que não é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da



instituição que o indicou; de que não sofreu qualquer sanção criminal ou administrativo-disciplinar, não está em cumprimento de qualquer sanção e não teve nem tem contra si instaurados processos dessa natureza; de que não é membro do Congresso Nacional ou de casa legislativa de qualquer unidade federativa, nem cônjuge, companheiro ou parente, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses poderes; declarando, ainda, para os fins do disposto no art. 1º, II, c, do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que sua situação fiscal é regular nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Declara o indicado, ainda, nos termos do § 1º do art. 1º do Ato nº 1, de 2007, desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que não se encontra em nenhuma das hipóteses arroladas nas alíneas do inciso II do art. 1º do mesmo Ato.

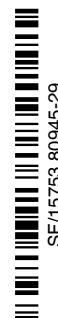
Por fim, o indicado redige uma argumentação escrita, nos termos do inciso III do art. 1º do referido Ato nº 1, de 2007, desta Comissão, bem como anexa documentos gerenciais sobre sua atuação como membro do CNMP no biênio 2013/2015 e o desempenho do seu gabinete.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes desta CCJ dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

OFÍCIO “S” Nº 54, DE 2015

(Nº 4/2015, na Origem)

Brasília-DF, 23 de abril de 2015.

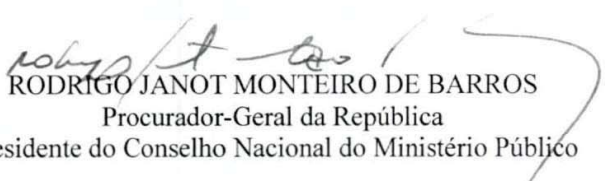
A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Em observância ao disposto no artigo 130-A, II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, submeto à aprovação dessa respeitável Casa Legislativa o nome do Procurador de Justiça Militar ANTÔNIO PEREIRA DUARTE, indicado pelo Ministério Público Militar, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Por oportuno, encaminho os originais dos documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e suas alterações, e pelo Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Respeitosamente,


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR
Setor de Embaixadas Norte, lote 43 – Brasília/DF – CEP: 70800-400
Telefones: (61) 3255-7310/7311/7312; e-mail: pgjm.gabinete@mpm.mp.br

Ofício nº 69/2015/Gab-PGJM

Brasília-DF, 9 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Dr. **RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS**
Procurador-Geral da República e
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

recebi em 17/abril/
2015.

rodrigo janot

Assunto: Indicação de representante do MPM no CNMP.

Senhor Procurador-Geral da República,

Em atenção ao *Ofício Conjunto nº 002/2015/CNMP-PGR*, de 5/3/2015, informo a V. Exa. a indicação do Dr. ANTONIO PEREIRA DUARTE, Procurador de Justiça Militar, para o 2º mandato no Conselho Nacional do Ministério Público – biênio 2015/2017.

Esclareço que o processo eleitoral para a escolha de representante do Ministério Público Militar no Conselho Nacional do Ministério Público contou com a participação de 59 eleitores votantes do Colégio de Procuradores de Justiça Militar, de um total de 79 Membros, obtendo o Dr. ANTONIO PEREIRA DUARTE, único candidato ao pleito, 53 votos válidos.

Atenciosamente,


MARCELO WEITZEL RABELLO DE SOUZA
Procurador-Geral de Justiça Militar

***CONJUNTO DE DOCUMENTOS PARA O SENADO FEDERAL
RELACIONADO AO PLEITO DE RECONDUÇÃO DO CANDIDATO ANTÔNIO PEREIRA
DUARTE AO CARGO DE CONSELHEIRO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO
PÚBLICO – BIÊNIO 2015/2017***

Documentação a ser encaminhada ao Senado

Antônio Pereira Duarte

Antônio Pereira Duarte

Procurador de Justiça Militar da União

Candidato à Recondução ao Cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público

(Biênio 2015/2017)

Nos termos do artigo 383 do Regimento interno do Senado Federal, segue:

- Curriculum vitae, atualizado, constando as atividades profissionais e a relação de publicações de sua autoria.

Declarações

- Declaração quanto a existência de parentes seus que exercem atividades públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional
- Declaração quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos;
- Declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal.
- Declaração quanto à existência de ações judiciais nas quais figure como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual
- Declaração quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

Certidões

- Certidão negativa de penalidade funcional emitida pela Corregedoria do MPM
- Certidão negativa de débitos relativos ao tributos federais e à dívida ativa da união
- Certidão negativa de dívida ativa emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
- Certidão negativa de débitos emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Distrito Federal
- Certidão negativa no que se refere a Ações Penais Militares emitida Justiça Militar da União
- Certidão negativa no que se refere a Ações e execuções cíveis e criminais mantidas no Tribunal Regional da 1ª Região.
- Certidão negativa no que se refere a Ações e execuções cíveis e criminais e JEF mantidas na Seção Judiciária do Distrito Federal.
- Certidão negativa no que se refere a Ações e execuções cíveis e criminais mantidas no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, incluindo 1ª instância
- Certidão negativa no que se refere a Ações e execuções cíveis e criminais mantidas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, incluindo 1ª instância.

- Síntese das informações demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade, bem como resumo das atividades do 1º Mandato como Conselheiro Nacional do Ministério Público.

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)**Antônio Pereira Duarte**

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4457118728296093>
Última atualização do currículo em 12/03/2015

Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992) e pós-graduação pelo Instituto Metodista Bennett/RJ (1994), com especialização em Direito Constitucional. Realizou o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra/RJ (2001). Professor de Direito Penal da Universidade Salgado de Oliveira de 2005 a 2012, tendo sido Professor convidado do Curso de Especialização em Ciências Penais da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, nos anos de 2005 a 2008. Membro do Ministério Público Militar da União desde 06 de Novembro de 1995. Autor do livro Direito Administrativo Militar, publicado pela Editora Forense, em 1995. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: direito militar, direito administrativo militar, direito penal militar, direito processual penal militar. Foi, também, integrante do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNOC, no biênio 2002/2004. Por intermédio da Escola Superior do Ministério Público da União, realizou diversos seminários jurídicos. Participou, outrossim, com outros cinco Membros do MPM, da elaboração do livro Memória do Ministério Público Militar, lançado em 2012. Integrou a Câmara de Desenvolvimento Científico da Escola Superior do Ministério Público da União de 2011-2013. Foi Coordenador Acadêmico da Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Direito Militar realizada em Luanda/Angola, pela Universidade Cândido Mendes em parceria com o Centro Brasileiro de Estudos e Pesquisas Jurídicas - CBEPJUR (2013 e 2014). Membro do Conselho Nacional do Ministério Público biênio 2013-2015. Coordenador do livro Direito Militar em Movimento, edição 2014, Editora Juruá, em homenagem ao Prof. José Carlos Couto de Carvalho. Mestrando em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB), biênio 2015-2016. Membro do Conselho Editorial da Revista do Conselho Nacional do Ministério Público. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Antônio Pereira Duarte
Nome em citações bibliográficas	DUARTE, A. P.

Endereço

Endereço Profissional	Ministério Público Militar, Procuradoria de Justiça Militar em Brasília - 1º Ofício. Setor SEN (Setor de Embaixadas Norte) Asa Norte 70800400 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (61) 32557771 Fax: (61) 32557779 URL da Homepage: www.mpm.gov.br
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

2015	Mestrado em andamento em Direito (Conceito CAPES 4). Universidade Católica de Brasília, UCB/DF, Brasil. Orientador: Diaulas Costa Ribeiro.
2001 - 2001	Especialização em Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. (Carga Horária: 930h). Escola Superior de Guerra, ESG, Brasil. Título: O SIPAM/SIVAM e o Combate à Criminalidade Transnacional na Amazônia. Orientador: Cel Montenegro - Corpo Docente da ESG.
1994 - 1994	Especialização em pós-graduação em Direito Constitucional. (Carga Horária: 405h). Instituto Metodista Bennett, IMB, Brasil. Título: Aspectos Relevantes do Direito Administrativo Militar. Orientador: Prof. Mestre Rodolfo Pinheiro de Moraes.
1987 - 1992	Graduação em Direito. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil.

Atuação Profissional

Conselho Nacional do Ministério Público, CNMP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - Atual Vínculo: Funcional, Enquadramento Funcional: Mandato

Outras informações Conselheiro nomeado pela Presidente da República Dilma Rousseff, para o biênio 2013/2015, após aprovação em Sabatina do Senado Federal.

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008 Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisador

Ministério Público Militar, MPM, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - Atual Vínculo: Funcional, Enquadramento Funcional: Procurador Regional de Justiça em Brasília/DF, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações Promotor de Justiça Militar aprovado em Concurso de Provas e Títulos, em 1995, foi promovido, em 1999, ao cargo de Procurador Regional de Justiça Militar em Minas Gerais. Transferido para a Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF, atualmente está licenciado do cargo, nos termos do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para exercer o mandato de Conselheiro Nacional (biênio 2013-2015).

Atividades

11/1995 - Atual Direção e administração, .
Cargo ou função
Procurador de Justiça Militar da União.

Universidade Salgado de Oliveira, UNIVERSO, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2012 Vínculo: Professor Universitário, Enquadramento Funcional: Celetista, Carga horária: 16

Outras informações Professor de Direito Penal

Atividades

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

02/2005 - Atual	Ensino, Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas DIREITO PENAL Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil.
Vínculo institucional 2005 - 2008	Vínculo: Professor Convidado, Enquadramento Funcional: Professor Convidado
Outras informações	Professor convidado para ministrar Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar no Curso de Especialização em Ciências Penais/UFJF, tendo ministrado aulas para 04 turmas.
Atividades 2005 - 2006	Ensino, Especialização em Ciências Penais, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Direito Processual Penal Militar Direito Penal Militar Instituto Praetorium/Universidade Gama Filho, PRAETORIUM/UGF, Brasil.
Vínculo institucional 2007 - 2009	Vínculo: Professor Convidado, Enquadramento Funcional: Professor Convidado
Outras informações	Coordena a Disciplina Direito Administrativo Militar no Curso de Especialização em Direito Militar, organizado pelo Praetorium/RJ em parceria com a Universidade Gama Filho/RJ
Atividades 03/2007 - 03/2009	Ensino, Especialização em Direito Militar, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Direito Administrativo Militar Academia de Polícia Militar de Brasília, APMB, Brasil.
Vínculo institucional 1996 - 1997	Vínculo: Contratual, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 8
Atividades 07/1996 - 07/1997	Ensino, Curso de Formação de Oficiais - CFO, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo I e II Centro Universitário de Brasília, CEUB, Brasil.
Vínculo institucional 1996 - 1997	Vínculo: Professor contratado, Enquadramento Funcional: Professor Universitário, Carga horária: 14
Atividades 07/1996 - 07/1997	Ensino, Graduação em Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo Direito Penal

Projetos de pesquisa

2008 - 2009	O Ministério Público nos Países de Língua Portuguesa Descrição: Trata-se de Projeto desenvolvido pela Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU, conforme Edital 82/2008 e pela Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional - ASCJI, tendo por objetivo arrecadar material e coletar dados sobre o Ministério Público Militar nos demais países de língua portuguesa. Cabe ao declarante, por sorteio, a pesquisa na República de Angola - África.. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
--------------------	---

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

Integrantes: Antônio Pereira Duarte - Coordenador.

Membro de corpo editorial

2015 - Atual

Período: Revista do Conselho Nacional do Ministério Público

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Penal.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Penal Militar.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo Militar.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Penal Militar.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Internacional dos Conflitos Armados.

Idiomas

Espanhol Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Italiano Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

- | | |
|------|--|
| 2014 | Cidadão Honorário do Município de Juiz de Fora/mg, Município de Juiz de Fora/MG. |
| 2014 | Grande Medalha da Inconfidência Mineira, Governo do Estado de Minas Gerais. |
| 2014 | Medalhão "Marquês de Barbacena" nº 119, 4º Grupo de Artilharia de Campanha. |
| 2012 | Medalha do Mérito Judiciário Militar, Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. |
| 2008 | Distinação Adesguiana, ADESG/JF-MG. |
| 2005 | Diploma Medalha do Jubileu de Ouro da Vitória na II Guerra Mundial, Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Seção do Rio de Janeiro. |
| 2004 | Diploma de Amigo do Colégio Militar de Juiz de Fora/MG, Colégio Militar de Juiz de Fora/MG. |
| 2004 | Diploma de Agradecimento, Escola de Alto Comando e Estado-Maior do Exército. |
| 2003 | Diploma de Reconhecimento, Comando da 4ª Região Militar/ 4ª Divisão de Exército. |
| 2002 | Distinação Adesguiana, ADESG/JF. |
| 2002 | Medalha do Pacificador, Comando do Exército. |
| 2000 | Diploma da Insígnia de Mérito Humanitário da Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira, Ordem dos Cavaleiros da Inconfidência Mineira. |
| 2000 | Diploma de Amigo do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, Comando do CIAAR. |
| 1999 | Medalha da Ordem do Mérito Ministério Público Militar, Ministério Público Militar. |
| 1995 | Diploma de Membro Avulso, Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB. |

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **DUARTE, A. P.** . A reinvenção da Justiça Militar brasileira. Revista do Ministério Público Militar, v. 24, p. 39, 2014.
2. **DUARTE, A. P.** . O Ministério Público Militar e seus Desafios Contemporâneos. Revista do Ministério Público Militar, v. 23, p. 61, 2013.
3. **DUARTE, A. P.** . A Construção Científica do Ordenamento Jurídico Militar. Revista do Ministério Público Militar, v. 22, p. 83-112, 2011.
4. **DUARTE, A. P.** . Ato de Serviço e sua conotação administrativa militar. Revista Direito Militar, v. 44, p. 33-38, 2004.
5. **DUARTE, A. P.** . Condições Específicas de Procedibilidade no Processo Penal Militar. Revista do Ministério Público Militar, Revista Especializada, v. 17, p. 135-153, 1999.
6. **DUARTE, A. P.** . Direito Administrativo Militar: Braço Especializado do Direito Administrativo Comum?. Revista da Associação Paulista do Ministério Público, Revista, v. 14, 1998.
7. **DUARTE, A. P.** . Da Intangibilidade do direito adquirido: diferenças ontológicas entre expectativa, aquisição e exercício de direito. Revista Forense, v. 337, 1996.

Livros publicados/organizados ou edições

1. Antônio Carlos Gomes Facuri (Org.) ; Cláudia Aguiar Silva Britto (Org.) ; Jorge César de Assis (Org.) ; José Carlos Couto de Carvalho (Org.) ; Luciano Moreira Gorilhas (Org.) ; Marana Queiroz Aquino Campos (Org.) ; **DUARTE, A. P.** (Org.) . Direito Militar em Movimento. 1ª. ed. Curitiba: Juruá, 2014. 136p .
2. **DUARTE, A. P.** . Sagrada Paz. 1. ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2011. v. 1. 80p .
3. **DUARTE, A. P.** . Direito Administrativo Militar. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. v. 1. 501p .

Capítulos de livros publicados

1. **DUARTE, A. P.** ; Clauro Roberto de Bortolli ; Ricardo Freitas . O Ministério Público Militar e as Forças Armadas na Segunda Guerra Mundial. In: Ricardo Freitas. (Org.). Memória Histórica do Ministério Público Militar. 117ed.Brasília/DF: Globalprint Editora Gráfica Ltda - ME, 2012, v. I, p. 01-81.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **DUARTE, A. P.** . A Reforma e a Justiça Militar. Correio Braziliense - Suplemento Direito & Justiça, Suplemento, 18 out. 1999.

2.

Curriculo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

DUARTE, A. P. . A Lei 9.099/95 no âmbito da Justiça Militar. *Correio Braziliense - Suplemento Direito & Justiça*, Suplemento, 11 out. 1999.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **DUARTE, A. P.** . Ministério Público e Técnicas de Investigação Criminal. In: I Encontro do Ministério Público da União, 2000, Brasília/DF. *Anais do I Encontro do Ministério Público da União*, 2000.

Apresentações de Trabalho

1. **DUARTE, A. P.** . Teoria do Ordenamento Jurídico Militar: Princípios, Valores e Institutos Fundamentais. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **DUARTE, A. P.** . Atuação Conjunta dos Ministérios Públicos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).
3. **DUARTE, A. P.** . Os novos paradigmas constitucionais da Justiça Militar. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
4. **DUARTE, A. P.** . O Direito Militar na Ordem Jurídica Nacional. 2008. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **DUARTE, A. P.** . Planejamento Estratégico do Ministério Público Militar Brasileiro. 2010.

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **DUARTE, A. P.** . Subcomissão do 9º Concurso Público de Cargos de Promotor da Justiça Militar. 1999. Ministério Público Militar.

Outras participações

1. **DUARTE, A. P.** . Concurso de Monografias referente Bicentenário da Justiça Militar da União. 2007. Superior Tribunal Militar.
2. **DUARTE, A. P.** . Concurso de Monografias da Justiça Militar da União. 1998. Superior Tribunal Militar.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

1. III Congresso de Direito Militar promovido pela Polícia Militar de Sergipe. Reflexões sobre o Ordenamento Jurídico Militar. 2015. (Congresso).
2. Curso de Ingresso e Vitaliciamento de Promotores de Justiça Militar. "O Papel do Conselho Nacional do Ministério Público na evolução do Ministério Público Brasileiro: Atuação Normativa, Disciplinar e Correcional". 2015. (Outra).
3. Simpósio: "Sistema Prisional Militar à luz dos Direitos Humanos". "As Intervenções do CNMP no Sistema Prisional Brasileiro". 2014. (Simpósio).
4. Oficina ESMPU: "O Ministério Público Militar nas ações de garantia da Lei e da Ordem". Exposição Oral como Capacitador. 2014. (Oficina).
5. Oficina ESMPU: "Preservação do Patrimônio Histórico sob Administração Militar". O MPM na Preservação do Patrimônio Cultural Militar. 2014. (Oficina).
6. Direito Internacional dos Conflitos Armados e O emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem. 2014. (Encontro).
7. Comissão Técnica de Reforma da Lei Penal Militar de Angola. Contribuição com a Proposta de Alteração da Lei Penal Militar de Angola. 2014. (Outra).
8. 91ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público. Aspectos da Atuação no âmbito do CNMP. 2014. (Outra).
9. XCIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União. Questões relacionadas à Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo e Segurança Pública/CNMP. 2014. (Outra).
10. 11ª Viagem Institucional à Amazônia. Viagem de Avaliação da atuação das Forças Armadas na Amazônia. 2014. (Outra).
11. I Curso de Atualização em Direito Militar da Escola Nacional da Magistratura/MG. Teoria do Ordenamento Jurídico Militar. 2014. (Outra).
12. III Seminário Internacional de Direito Penal Militar. Teoria do Ordenamento Jurídico Militar. 2012. (Seminário).
13. III Encontro Nacional dos Memoriais do Ministério Público. A Memória do MPM. 2012. (Encontro).
14. Curso de Preparação dos Promotores de Justiça Substitutos do MP/MG. Atuação Conjunta dos Ministérios Públicos. 2011. (Outra).
15. I Seminário de Direito Militar: 200 anos da Justiça Militar da União. Os novos paradigmas constitucionais da Justiça Militar. 2009. (Seminário).
16. IV Encuentro Internacional de Derecho Humanitario Y Derecho Militar. 2009. (Encontro).
17. XI Jornada de Estudos de Direito Penal Militar. Crimes Militares. 2009. (Outra).
18. II Seminário Internacional de Direito Penal Militar. "Visão Científica do Ordenamento Jurídico Militar - Princípios, Valores e Institutos Fundamentais". 2008. (Seminário).
19. I Seminário Regional de Direito Penal Militar. O Direito Militar na Ordem Jurídica Nacional. 2008. (Seminário).
20. Palestra na Escola Judicial Desembarador Edésio Fernandes - Núcleo Regional de Juiz de Fora, - do TJ/MG. O Direito Militar na Ordem Jurídica Nacional. 2008. (Outra).

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

21. VII Seminário de Direito Militar para Professores das Escolas Militares e Assessores Jurídicos das Forças Armadas. 2007. (Seminário).
22. I Seminário Jurídico ESMPU/MPM - Paraná e Rio Grande do Sul - Novas Perspectivas acerca do Direito Militar.O Cabimento do Habeas Corpus nas Transgressões Disciplinares Militares. 2007. (Seminário).
23. VI Encontro dos Magistrados da Justiça Militar da União.Deserção - Procedibilidade da Ação Penal - Prisão/Menagem - Natureza Jurídica. 2007. (Encontro).
24. Curso de Extensão - Direito Militar, Marítimo e Aeronáutico.Regime Disciplinar Militar. 2007. (Outra).
25. I Seminário Internacional sobre Direito Penal Militar.Autonomia Científica do Direito Penal Militar. 2006. (Seminário).
26. I Seminário Jurídico ESMPU/MPU Paraná e Rio Grande do Sul.Habeas Corpus nas Transgressões Disciplinares Militares: Cabimento e Pressupostos para a Concessão de Liminar. 2006. (Seminário).
27. IV Encontro do Colégio de Procuradores de Justiça Militar.IV Encontro do Colégio de Procuradores da Justiça Militar. 2004. (Encontro).
28. III Curso de Atualização Profissional dos Juizes e Procuradores Militares das Forças Armadas Angolanas.Processo Penal Militar. 2004. (Outra).
29. Curso sobre Combate à Lavagem de Dinheiro.Curso de Combate à Lavagem de Dinheiro. 2004. (Outra).
30. VII Jornada de Estudos de Direito Penal Militar.Estudos de Direito Penal Militar. 2004. (Outra).
31. IV Seminário Internacional.IV Seminário Internacional de Integração dos Ministérios Públicos Militares do Brasil e de Angola. 2003. (Seminário).
32. Combate ao Crime Organizado: Defesa da Ordem Democrática.Simpósio Internacional Combate ao Crime Organizado: Defesa da Ordem Democrática. 2003. (Simpósio).
33. II Jornada Jurídica da Justiça Militar da União.Estudos sobre Processo Administrativo Disciplinar Militar. 2003. (Outra).
34. 3ª Conferência IACP.3ª Conferência Executiva de Segurança Pública para a América do Sul/IACP. 2003. (Outra).
35. VI Jornada de Estudos de Direito Penal Militar.Estudos de Direito Penal Militar. 2003. (Outra).
36. Reuniões de Trabalho do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas - GNCOC.Discussões de Temas Afetos ao Ministério Público Militar da União. 2002. (Outra).
37. V Jornada de Estudos de Direito Penal Militar.Estudos de Direito Penal Militar. 2002. (Outra).
38. I Congresso de Direito Penal Militar. I Congresso de Direito Penal Militar. 2001. (Congresso).
39. III Encontro Nacional do Colégio de Procuradores da Justiça Militar.III Encontro Nacional do Colégio de Procuradores da Justiça Militar. 2001. (Encontro).
40. IV Jornada de Estudos de Direito Penal Militar.Estudos de Direito Penal Militar. 2001. (Outra).
41. VI Seminário Internacional.VI Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. 2000. (Seminário).
42. Hermenêutica e Jurisdição Constitucional.Hermenêutica e Jurisdição Constitucional. 2000. (Seminário).
43. I Encontro do Ministério Público da União.Novas Técnicas de Investigação Criminal. 2000. (Encontro).

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

44. I Simpósio Nacional de Direito Penal e Processo Penal. I Simpósio Nacional de Direito Penal e Processo Penal. 1999. (Simpósio).
45. III Jornada de Estudos de Direito Penal Militar. Estudos de Direito Penal Militar. 1999. (Outra).
46. II Jornada de Estudos de Direito Penal Militar. Estudos de Direito Penal Militar. 1998. (Outra).
47. 1ª Reunião do Colégio de Procuradores de Justiça Militar. 1ª Reunião do Colégio de Procuradores da Justiça Militar. 1997. (Outra).
48. I Jornada de Estudos de Direito Penal Militar. Estudos de Direito Penal Militar. 1997. (Outra).
49. IV Encontro. IV Encontro dos Ministérios Públicos do Centro-Oeste. 1996. (Encontro).
50. I Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal. I Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal. 1996. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. DUARTE, A. P. . Oficina sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Militar. 2014. (Outro).
2. DUARTE, A. P. . I Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Nível de Especialização em Direito Militar. 2013. (Outro).
3. DUARTE, A. P. . II Curso de Aperfeiçoamento sobre Técnicas de Investigação Criminal. 2012. (Outro).
4. DUARTE, A. P. . I Ciclo de Estudos sobre Direito Militar Brasil-Angola. 2011. (Outro).
5. DUARTE, A. P. . Curso de Aperfeiçoamento sobre Técnicas de Investigação Criminal. 2011. (Outro).
6. DUARTE, A. P. . I Simpósio Jurídico "O Ministério Público e seus Desafios Contemporâneos". 2010. (Outro).
7. DUARTE, A. P. . VI Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG: "O Processo Penal Comum e Militar e seus Novos Desafios na Ordem Jurídica Nacional". 2007. (Outro).
8. DUARTE, A. P. . V Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG:. 2006. (Outro).
9. DUARTE, A. P. . IV Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG:. 2005. (Outro).
10. DUARTE, A. P. . III Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG:. 2004. (Outro).
11. DUARTE, A. P. . Curso ESMPU/MPM/MG de Gestão Documental e Técnicas de Arquivística. 2004. (Outro).
12. DUARTE, A. P. . Curso ESMPU/MPM/MG de Redação Oficial e Português Jurídico. 2004. (Outro).
13. DUARTE, A. P. . II Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG:. 2003. (Outro).
14. DUARTE, A. P. . I Seminário Jurídico ESMPU/MPM/MG:. 2002. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Currículo do Sistema de Currículos Lattes (Antônio Pereira Duarte)

Orientações de outra natureza

1. Membros do Ministério Público. Memoriais do Ministério Público. 2012. Orientação de outra natureza. (Encontro Nacional dos Memoriais) - Ministério Público Militar. Orientador: Antônio Pereira Duarte.

Outras informações relevantes

I - Designado, em 2011, Membro da Câmara de Desenvolvimento Científico da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), que "tem como responsabilidade subsidiar a Administração Superior da Escola, propondo linhas pedagógicas, editoriais e de pesquisa científica, além de sugerir e desenvolver ações referentes à política institucional no que tange aos aspectos pedagógicos, científicos e editoriais. É composta de oito membros indicados pelos coordenadores de ensino, sendo quatro integrantes dos respectivos ramos do MPU, em atividade, e quatro convidados com titulação de doutor ou mestre". II - Atualmente integra a Comissão Técnica composta por membros do MP e magistrado, que visa oferecer subsídios a Reforma da Lei Penal e Processual Penal Militar de Angola, conforme designação do Presidente do Supremo Tribunal Militar do referido país africano.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/04/2015 às 18:46:01

Imprimir currículo



DECLARAÇÕES
(Resolução Senado Federal nº 7/2005)

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito e em atendimento aos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e suas alterações, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação.

Declaro, ainda, que minha esposa, MONALISA ALEXANDRA FONSECA PRESOTTI DUARTE é analista judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, atualmente em exercício junto ao gabinete do Ministro Aloysio Correia de Veiga no Tribunal Superior do Trabalho.

Declaro também que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

Declaro ainda que não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;

Declaro outrossim que nunca sofri sanções criminais ou administrativo-disciplinares;

Declaro ainda não ter ações judiciais individuais em tramitação, seja como autor ou réu;

Declaro por fim não ter ações criminais, cíveis ou de execução contra mim, assim como estar regular perante o fisco;

Brasília-DF, 22 de abril de 2015



Antônio Pereira Duarte

Procurador de Justiça Militar

CERTIDÕES NEGATIVAS
Antônio Pereira Duarte

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os devidos fins, que, revendo os arquivos desta Corregedoria do Ministério Público Militar, **NADA CONSTA** em relação a processo ou aplicação de penalidade funcional referente ao Doutor **ANTONIO PEREIRA DUARTE**, Procurador de Justiça Militar. Brasília, quatorze de abril de dois mil e quinze.


HERMINIA CELIA RAYMUNDO
Subprocuradora-Geral da Justiça Militar
Corregedora-Geral



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

Nome: ANTONIO PEREIRA DUARTE
CPF: 024.100.617-10

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 15:32:02 do dia 14/04/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 11/10/2015.

Código de controle da certidão: **92F3.4322.855D.3149**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 122-00.492.237/2015
NOME : ANTONIO PEREIRA DUARTE
ENDEREÇO : SQS 304 BL A APT 302 00000
CIDADE : ASA SUL
CPF : 024.100.617-10
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 13 de Julho de 2015.

Brasília, 14 de Abril de 2015.

Certidão emitida via internet às 15:27:59 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 122-00.492.229/2015
NOME : ANTONIO PEREIRA DUARTE
ENDEREÇO : SQS 304 BL A APT 302 00000 .
CIDADE : ASA SUL .
CPF : 024.100.617-10
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 13 de Julho de 2015.

Brasília, 14 de Abril de 2015.

Certidão emitida via internet às 15:27:21 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
91014105

Certificamos que contra

Nome: ANTÔNIO PEREIRA DUARTE

CPF: 024.100.617-10

Data de Nascimento: 16/02/1967

Nome da mãe: RITA DE CASSIA PEREIRA DUARTE

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 14/04/2015 às 15:41:39 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 1190552

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CIVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

NADA CONSTA

contra **ANTONIO PEREIRA DUARTE** nem contra o **CPF: 024.100.617-10**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 08/04/2015, às 14h26.

Data da última atualização do banco de dados: 08/04/2015, 14h26

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Distrito Federal

Nº 78432

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CIVIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **ANTONIO PEREIRA DUARTE** nem contra o **CPF: 024.100.617-10**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (**www.jfdf.jus.br**), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 14/04/2015, 15h47.

Data da última atualização do banco de dados: 14/04/2015, 15h47

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP:70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 14/04/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

ANTONIO PEREIRA DUARTE

024.100.617-10

(RITA DE CÁSSIA PEREIRA DUARTE / ANTONIO MIGUEL DUARTE)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDF (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 15/04/2015

Data da última atualização do banco de dados: 14/04/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.35KS.SAD8.N8CV.YAOI.VBOT**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CÍVEIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: ANTONIO PEREIRA DUARTE

CPF: 024.100.617-10

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 07578747 ifp/RJ

Filiação: Antônio Miguel Duarte e Rita De Cássia Pereira Duarte

Belo Horizonte (MG), 14 de Abril de 2015, às 18:31:23 horas.

Observações:

a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da **Internet**;*

b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*

c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*

d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*

e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*

f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*

g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

Código de Autenticação: 9B57-AD8F-9A4A-E357

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CRIMINAIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: ANTONIO PEREIRA DUARTE

CPF: 024.100.617-10

Nacionalidade: Brasileira

Estado Civil: Casado(a)

Registro de identidade e órgão expedidor: 07578747 ifp/RJ

Filiação: Antônio Miguel Duarte e Rita De Cássia Pereira Duarte

Belo Horizonte (MG), 14 de Abril de 2015, às 18:32:13 horas.

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da **Internet**;

b) a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;

c) a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;

e) esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;

f) a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;

g) Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Código de Autenticação: 3D9A-36B9-C445-6E14

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174

***SÍNTESE DE INFORMAÇÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, FORMAÇÃO
TÉCNICA E AFINIDADE INTELLECTUAL E MORAL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO***



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA NACIONAL

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, a pedido do interessado, que, em consulta ao banco de dados da Corregedoria Nacional do Ministério Público, **não foi identificado qualquer procedimento, em curso ou arquivado**, em face do Procurador de Justiça Militar Antônio Pereira Duarte.

Brasília/DF, 23 de abril de 2015.


ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Em atenção ao quanto disposto no item 5 da letra “b” do Inciso I do art. 383 da Resolução nº 41, de 2013, que alterou o Regimento Interno do Senado Federal, declaro que nos 5 (cinco) anos anteriores à minha 1ª indicação ao cargo de Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), ocorrida no ano de 2013, fui Procurador-Chefe da Procuradoria de Justiça Militar da União em Minas Gerais, tendo atuado perante a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar da União, sediada na Cidade de Juiz de Fora/MG.

Declaro, outrossim, que em 12 de Agosto de 2013, assumi o cargo de Conselheiro Nacional perante o CNMP, passando a exercê-lo com exclusividade no final do referido ano, tudo sob a chancela do Plenário do aludido Órgão.

Brasília/DF, 27 de Abril de 2015.



Antônio Pereira Duarte
Procurador de Justiça Militar da União
Candidato à Recondução ao Cargo
de Conselheiro Nacional do CNMP

Síntese de Informações sobre Antônio Pereira Duarte – Indicado do Ministério Público Militar à Recondução ao Cargo de Conselheiro Nacional do CNMP

Colendo Senado Federal,

Egrégia Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

Atendendo ao quanto disposto no art. 383, I, a, 5, c, do Regimento Interno dessa r. Casa, o indicado presta as seguintes informações:

Natural de Patos de Minas/MG, onde nasceu em 16 de Fevereiro de 1967, possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1992) e Especialização em Direito Constitucional pelo Instituto Metodista Bennett/RJ (1994). Atualmente é Mestrando em Direito pela Universidade Católica de Brasília (UCB). É detentor de extensa experiência profissional na área do Direito, com mais de 23 anos de atividades jurídicas, tendo ingressado no Ministério Público Militar em 06 de Novembro de 1995, após ter exercido a Advocacia Privada no Rio de Janeiro, no período de 1992 a 1995. Foi Membro da Câmara de Desenvolvimento Científico da Escola Superior do Ministério Público da União (de 2011 até 2013). Integrou no Ministério Público Militar o Grupo de Reestruturação Técnica da Instituição, o Grupo de Trabalho sobre Planejando Estratégico e o Grupo de Memória Institucional. No ano de 2001 concluiu o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra (CAEPE/ESG), no Rio de Janeiro/RJ.

Foi Membro do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas no período de 2002 a 2004, na condição de representante do Ministério Público Militar, partilhando experiências na área de repressão aos delitos de grande potencial ofensivo, com integrantes do Ministério Público de todo Brasil.

Na vida acadêmica foi professor do UNICEUB e da Academia de Polícia Militar de Brasília, no período de 1996 e 1997. De 2005 a 2012 foi professor de Direito Penal da Universidade Salgado de Oliveira, em Juiz de Fora e Professor Convidado da Pós-Graduação em Ciências Penais da Universidade Federal de Juiz de Fora, nos anos de 2005 a 2008, ministrando as disciplinas Direito Penal Militar e Direito Processual Penal Militar.

Autor da obra Direito Administrativo Militar, lançada pela Cia Editora Forense, em 1995, é também coautor da obra Memória Histórica do Ministério Público Militar, lançada em 2012 e coordenador da coletânea de artigos jurídicos Direito Militar em Movimento, da Editora Juruá, publicada no final de 2014.

Todos esses aspectos demonstram uma sólida formação técnica e uma indispensável afinidade intelectual para o exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público–CNMP, acrescido do fato de que já cumpriu um primeiro mandato no biênio 2013/2015, ampliando, pois, sua experiência e visão acerca das relevantes questões afetas ao referido Órgão Constitucional.

Quanto à afinidade moral, importa dizer que nunca foi alvo de condenação disciplinar durante o exercício de suas atividades funcionais, tendo integrado Comissões de Inquérito e Processo Administrativo Disciplinar, na condição de Membro do Ministério Público Militar, atuando com firmeza e elevado senso de responsabilidade no sentido de coibir as práticas contrárias à higidez e bom funcionamento do Ministério Público.

No plano internacional, participou como pesquisador da Escola Superior do Ministério Público da União, do Projeto “O Ministério Público Militar nos países de Língua Portuguesa”, de 2008/2009. Desde 2002 contribui, na área do intercâmbio jurídico, com os órgãos judiciários militares da República de Angola.

São as informações que reputo indispensáveis, na forma do Regimento dessa Egrégia Casa Legislativa.

Em complemento e para melhor compreensão dos eminentes Senadores da República, segue um sucinto relatório das atividades realizadas durante o cumprimento do primeiro mandato no Conselho Nacional do Ministério Público, tanto no gabinete quanto na Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade de Polícia e Segurança Pública, da qual fui integrante.

Respeitosamente,



Antônio Pereira Duarte

Candidato à Recondução

***RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CANDIDATO NO PRIMEIRO
MANDATO JUNTO AO CNMP – BIÊNIO 2013/2015***

**BREVE RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
DESEMPENHADAS PELO CONSELHEIRO ANTÔNIO
DUARTE NO BIÊNIO 2013/2015**



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**ATUAÇÃO NA COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL, CONTROLE EXTERNO
DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA:**

esta comissão é destinada aos estudos e trabalhos voltados à busca por soluções para os graves problemas do sistema prisional brasileiro e à fiscalização das condições de encarceramento de presos. A Comissão ainda tem por atribuições promover estudos e ações voltadas ao regular desempenho das funções institucionais, no que diz respeito ao aspecto disciplinar, e adotar medidas com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento e para o controle externo da atividade policial. Como Conselheiro Membro participei de várias iniciativas promovidas pela aludida comissão, entre elas:

- Realização de inúmeras visitas às unidades prisionais brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Luís, Porto Velho e Brasília.
- Instituição do **Programa Segurança sem Violência**, que visa à integração de várias instituições na união de esforços para o aperfeiçoamento da infraestrutura, da gestão e da legislação pertinente ao sistema prisional, com representantes do CNMP, Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça e Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária.
- Criação da **Estratégia Nacional do Sistema Humanizado de Execução Penal** (Enasep), integrada pelas seguintes instituições: Conselho Nacional de Justiça, CNMP, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Nacional de Defensores Gerais e Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, Departamento Penitenciário Nacional, Secretaria de Reforma do Judiciário/MJ, entre outras. Foram realizadas cinco reuniões da Enasep.

- Implementação do **Sistema de Inspeção Prisional** (SIP-MP), com a disponibilização de formulários mensais e anuais no sítio do CNMP para que as inspeções aos estabelecimentos prisionais pelos membros do Ministério Público brasileiro sejam uma atividade uniforme em todo o País, permitindo ainda a formação de um banco de dados nacional.
- Foi proposta a alteração da Resolução CNMP nº 56, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre a uniformização das inspeções em estabelecimentos penais pelos membros do Ministério Público. A proposta tem o objetivo de alterar a periodicidade dos relatórios, de mensal para trimestral, bem como adequar a resolução às especificidades das prisões militares federais, que, em muitos casos, situam-se a centenas de quilômetros do juízo.
- Realização do 1º Encontro da Ação Nacional de Multiplicação da Estratégia, nos dias 24 e 25/04/2014 no Estado de Mato Grosso do Sul, o qual reuniu membros do Ministério Público de vários Estados, com o objetivo de discutir e fomentar o Projeto “Execução Penal e Gestão: unidade institucional do Ministério Público com resultados para a sociedade e trabalho do reeducando como medida de ressocialização”.
- Realização do **V Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional**, nos dias 21 a 23/10/2014, com a participação de aproximadamente 80 membros das unidades do Ministério Público brasileiro, que atuam na execução penal, com as deliberações aprovadas em reunião da Comissão do Sistema Prisional, realizada em 18/11/2014.
- Expedição da Carta de Brasília, elaborada pelos membros do Ministério Público brasileiro com atuação na execução penal, reunidos durante o 5º Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional.
- Realização de reuniões do Grupo de Trabalho constituído para elaborar os formulários de visita técnica às delegacias e órgãos de perícia, com a participação de membros com atuação do Controle Externo da Atividade Policial, previstos no § 1º do art. 6º da Resolução CNMP nº 20/2007, bem como visitas às delegacias e aos órgãos periciais para validação dos formulários de inspeção às delegacias e aos órgãos periciais.
- Cadastramento de todos os membros do Ministério Público brasileiro responsáveis pelo Controle Externo da Atividade Policial e de todas as delegacias de polícia e órgãos de perícia do Brasil para alimentação do sistema

informatizado.

– Realização do **IV Encontro Nacional de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Controle Externo da Atividade Policial**, nos dias 25 e 26/09/2014, com a participação de quase 100 membros de todas as unidades do Ministério Público brasileiro, oportunidade em que foi aprovado o projeto “O Ministério Público no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial”, dando concretude à Ação Nacional nº 15 e 18, do Planejamento Estratégico nacional do Ministério Público.

– Lançamento da cartilha “O MP no enfrentamento à morte decorrente de intervenção policial”, no dia 9/12/2014, no Plenário do CNMP, com o propósito de orientar a atuação dos membros do Ministério Público ao tomarem conhecimento da ocorrência de morte em confronto com a polícia.

Ainda no âmbito da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo e de Segurança Pública, após ouvir as preocupações dos colegas, trabalhei intensamente para convencer o Plenário quanto às nuances específicas que cercam a atuação do Ministério Público Militar, logrando aprovar e tornar concretas as medidas de adequação dos formulários e da periodicidade de Inspeção aos estabelecimentos prisionais militares, bem como das visitas técnicas, resultando em alterações das normas vigentes (Resoluções 20/2007 e 56/2010).

EXERCÍCIO CUMULATIVO DO MAGISTÉRIO PELO MEMBRO DO MP:

apresentei emenda substitutiva para que a atividade acadêmica dos membros do *parquet* possa ser desenvolvida em conformidade com o permissivo constitucional previsto no art. 128, § 5º, Inciso II, alínea “d”, respeitado o critério da compatibilidade de horários (Proposição nº 0.00.000.000359/2014-91).

INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR NAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS DO CNMP:

envidei esforços para que o MPM pudesse participar mais das ações do órgão, colaborando, deste modo, para elevar o prestígio institucional, fato positivado tanto pela presença de diversos colegas nas inspeções da Corregedoria Nacional, nos Grupos de Trabalho e/ou nas Comissões Permanentes, quanto pela realização de eventos

na Sede da PGJM, como o IV Encontro Nacional do Controle Externo. Em 11 de junho de 2015, o MPM será palco do I Encontro Nacional dos Promotores com atuação nas Justiças Militares. Tais iniciativas foram motivadas pelas reiteradas conversas com vários colegas, em que se percebeu que o MPM precisa se tornar melhor conhecido e lembrado positivamente por suas singularidades, mas sobretudo pelo senso de integração e proatividade de seus valorosos quadros.

QUESTÕES DISCIPLINARES: de forma bastante imparcial e isento de comportamento corporativista, não me furtei em votar favoravelmente à instauração de vários procedimentos administrativos disciplinares e à aplicação de penalidades a membros do MP, por entender que nas situações em que é exigido o rigor da aplicação da lei disciplinar, o CNMP deve ser contundente e arquétipo, sobretudo com os agentes ministeriais que desbordam do comportamento esperado de um membro do Ministério Público. Em respeito ao tema, julgo oportuno, a título meramente ilustrativo e não exauriente, citar os casos: i) Processo CNMP nº 0.00.000.000225/2014-70 em que votei pela aplicação de penalidade de advertência a membro do MP/MG; ii) pela instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como o seu afastamento cautelar, no prazo de 120 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001274/2013-49); iii) pela instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Trabalho (Processo CNMP nº 0.00.000.001633/2013-68); iv) pela instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Pará (Processo CNMP nº 0.00.000.000376/2014-28); v) pela instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão (Processo CNMP nº 0.00.000.001690/2013-47); vi) pela instauração de procedimento administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo (Processo CNMP nº 0.00.000.00648/2014-90); vii) votei pela determinação de instauração de processo administrativo disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Paraíba e o seu afastamento cautelar pelo prazo de 90 dias (Processo CNMP nº

0.00.000.001618/2014-09); viii) votei pela aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (Processo CNMP nº 0.00.000.000567/2014-90 e Processo CNMP nº 0.00.000.000568/2014-34); ix) pela aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado do Piauí (Processo CNMP nº 0.00.000.000861/2013-11); x) pela aplicação da pena de advertência a membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.000562/2014-67); xi) pela aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado de Tocantins (Processo CNMP nº 0.00.000.001626/2013-66); xii) pela majoração da pena de suspensão imposta a membro do Ministério Público do Estado de Goiás, de 15 para 90 dias, com a aplicação de outra penalidade de suspensão por 45 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.000197/2014-91); xiii) pela aplicação da pena de censura a membro do Ministério Público do Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001425/2013-69); xiv) pela aplicação da pena de suspensão pelo prazo de 90 dias a membro do Ministério Público do Estado do Paraná (Processo CNMP nº 0.00.000.001354/2012-13); xv) pela aplicação de pena de suspensão pelo prazo de 60 dias a membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco (Processo CNMP nº 0.00.000.001571/2013-94); xvi) pela aplicação da penalidade de suspensão a membro do Ministério Público do Estado de São Paulo por 15 dias (Processo CNMP nº 0.00.000.001194/2014-74 Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000750/2013-12); entre outros.

TRANSPARÊNCIA NO EXERCÍCIO DO MANDATO: desde o início mantivemos as portas do gabinete sempre abertas para receber a todos: membros do MP, advogados, parlamentares etc. Ademais, procurei inserir os integrantes do Ministério Público Militar no contexto de atuação do CNMP, através da divulgação periódica de um boletim informativo, que propiciou aos membros e servidores da Instituição a oportunidade de acompanhar, *pari passu*, os trabalhos realizados em tal órgão constitucional, abrindo espaço para a apresentação de sugestões, críticas ou qualquer outro meio de contribuição.

EFETIVA PRESENÇA E PARTICIPAÇÃO EM TODAS AS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS DO CNPM: participei de todas as

Sessões do Conselho, votando os processos dos demais colegas e apresentando os feitos de minha relatoria, sempre com a agilidade necessária, não postergando qualquer feito.

VISITAS INSTITUCIONAIS: na companhia do então Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência/CNPM, Conselheiro Esdras Dantas, estive no Congresso Nacional, para tratar de temas de interesse institucional, abrindo diálogo positivo com essa digna Casa Legislativa. Também na companhia do Corregedor Nacional, Alessandro Tramujas Assad, visitei Secretários de Segurança Pública, diversos órgãos do Poder Judiciário, a Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições em variadas localidades do país, promovendo uma interlocução afirmativa sobre temas de Interesse comum.

CELERIDADE NAS DECISÕES: por oportuno, colaciono adiante dados estatísticos oficiais de minha atuação perante o Conselho Nacional do Ministério Público, que demonstram a rapidez e eficiência de meu gabinete na análise dos procedimentos recebidos por distribuição, de molde a atestar o desempenho zeloso no controle das diversas classes processuais que diariamente chegam para a análise de minha relatoria, sendo a totalidade dos procedimentos, sem demora, logo decididos, quando assim o Regimento Interno do CNMP permite, ou levados a julgamento no Plenário.

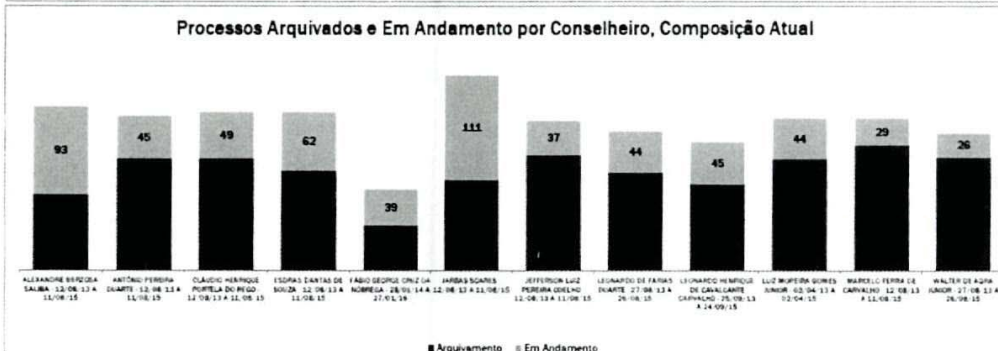
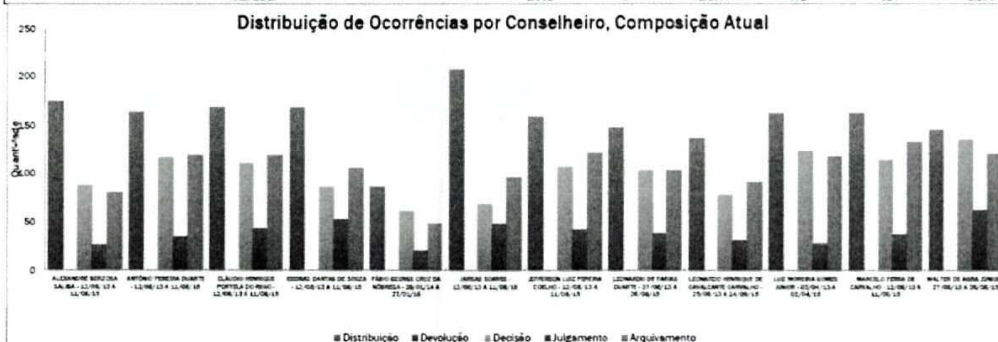
ACOMPANHAMENTO DAS INSPEÇÕES DA CORREGEDORA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO: a convite do Corregedor Nacional, Alessandro Tramujas Assad, estive em quase todas as Inspeções realizadas pelo Órgão, procurando contribuir com o enfrentamento dos problemas vivenciados pelo MP em diversos Estados da Federação.

Neste sentido, foram desencadeadas diversas reuniões com autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário de cada Estado-membro visitado, abrindo-se espaço para um diálogo construtivo, próprio de uma democracia, na qual as Instituições reciprocamente se apoiam no cumprimento de suas competentes missões.

Dados Estatísticos da Atuação do CNMP

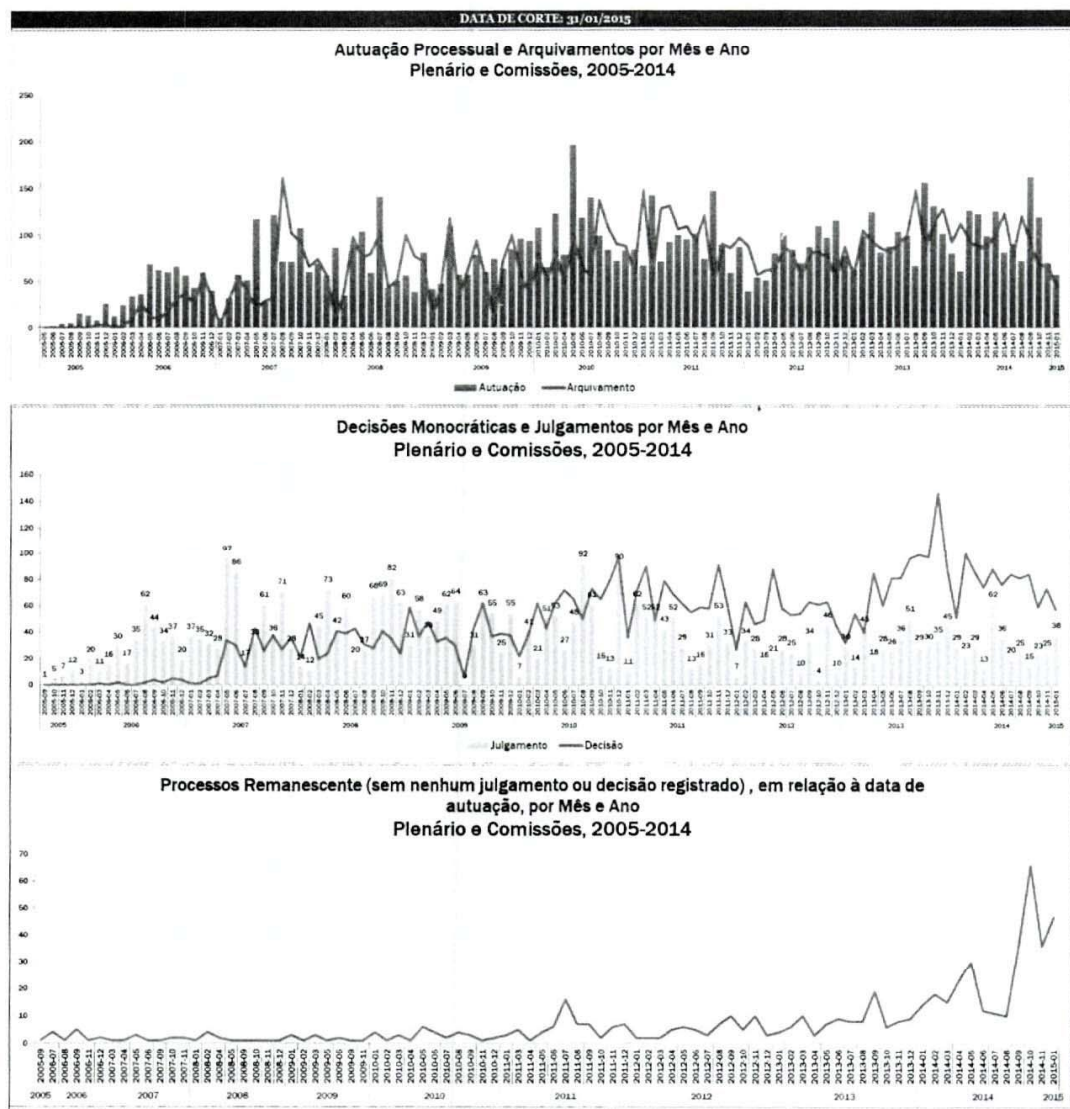


MANDATO	Distribuição	Devolução	Decisão	Julgamento	Em Andamento	Arquivamento
ALEXANDRE BERCOSA SALIBA - 12/08/13 a 11/08/15	174	1	88	27	93	81
ANTÔNIO PEREIRA DUARTE - 12/08/13 a 11/08/15	164	1	117	35	45	119
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO - 12/08/13 a 11/08/15	166	0	111	44	49	119
ESDRAS DANTAS DE SOUZA - 12/08/13 a 11/08/15	166	0	87	53	62	106
FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA - 28/01/14 a 27/01/16	87	0	62	21	39	48
JARIBAS SOARES - 12/08/13 a 11/08/15	207	1	69	49	111	96
JEFFERSON LUIZ PEREIRA COELHO - 12/08/13 a 11/08/15	159	0	107	43	37	122
LEONARDO DE FARIAS DUARTE - 27/08/13 a 26/08/15	140	1	104	39	44	104
LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO - 25/08/13 a 24/08/15	137	0	76	32	45	92
LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR - 03/04/13 a 02/04/15	162	1	124	26	44	118
MARCELO FERREIRA DE CARVALHO - 12/08/13 a 11/08/15	162	0	114	38	29	133
WALTER DE AGRA JÚNIOR - 27/08/13 a 26/08/15	146	1	156	63	26	120
Total Geral	1.862	6	1.197	472	624	1.258

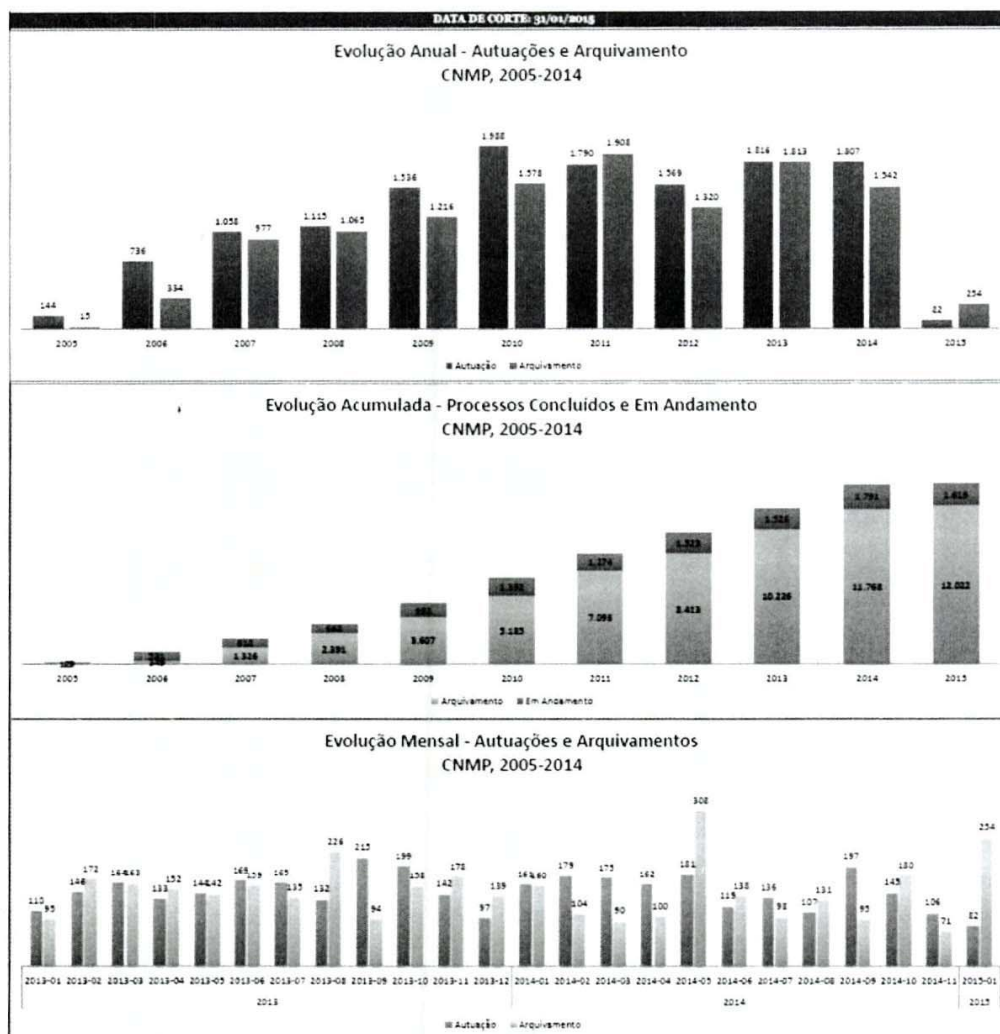






Dados Estatísticos da Atuação do CNMP



Dados Estatísticos da Atuação do CNMP

**6ª ELEIÇÃO PARA REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR**

NO CNMP: o resultado da 6ª eleição para representante do MPM junto ao CNMP demonstrou que 89,83% (oitenta e nove vírgula oitenta e três por cento) dos colegas votantes credenciaram o pleito de recondução, dando amplo respaldo à candidatura única do ora subscritor, conforme se pode observar dos dados abaixo transcritos:

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
(SENHA DA BRASÃO DO CNMP/20071500435)

6ª ELEIÇÃO PARA REPRESENTANTE DO MPM NO CNMP

RESULTADO FINAL

CANDIDATOS:

VOTOS:

PERCENTUAL SOBRE:

TOTAL DE VOTOS: [59]

VOTANTES: [59]

ELEITORES: [79]

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
53
89.83%
89.83%
67.09%

Relativo aos votos:

TOTAL GERAL DE VOTOS
59
100%

VOTOS BRANCOS
3
5.08%

VOTOS NULOS
3
5.08%

VOTOS VÁLIDOS
53
89.83%

Relativo aos eleitores:

TOTAL DE ELEITORES CADASTRADOS
79
100%

TOTAL DE ELEITORES QUE VOTARAM
59
74.68%

TOTAL DE ELEITORES QUE NÃO VOTARAM
20
25.32%

TOTAL DE ELEITORES QUE VOTARAM EM BRANCO
3
3.8%

TOTAL DE ELEITORES QUE ANULARAM O VOTO
3
3.8%

Relativo às senhas de votação:

TOTAL DE SENHAS GERADAS
158
100%

TOTAL DE SENHAS UTILIZADAS
59
37%

TOTAL DE SENHAS NÃO UTILIZADAS
99
63%

Com a apresentação resumida de tais dados e colocando-me à inteira disposição para qualquer outro esclarecimento, tenho a honra de submeter a minha recondução ao apoio de Vossa Excelência, a fim de prosseguir desenvolvendo o melhor esforço junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, em proveito do aprimoramento do Ministério Público Brasileiro.

Respeitosamente,



Antônio Pereira Duarte

Procurador de Justiça Militar da União

Candidato à Recondução ao Cargo de Conselheiro Nacional do Ministério Público
(Biênio 2015/2017)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

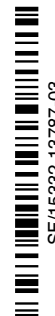
Publicado no DSF, de 29/04/2015.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2015, do Senador João Capiberibe, *que altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.*



RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 13, de 2015, da lavra do ilustre Senador João Capiberibe, encontra-se nesta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para exame, e é composto por dois artigos. No art. 1º, promove alterações na Resolução nº 93, de 1970 (o Regimento Interno do Senado Federal); já o art. 2º é a cláusula de vigência, a partir da sua publicação.

As alterações propostas são no sentido de criar uma nova comissão permanente nesta Casa, a saber, a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública (CTG), pela inserção do inciso XIII no art. 72 do Regimento Interno, e, no seu art. 77, pela inserção do inciso XIII, no qual fica estabelecido em 17 (dezessete) o número dos seus membros. O novo art. 104-E traz as matérias sobre as quais a CTG deverá opinar; enquanto no art. 107, inciso I, insere-se a nova alínea *l*, determinando que as reuniões ordinárias semanais da CTG ocorrerão às quartas-feiras, onze horas e trinta minutos.

A proposição não recebeu emendas e, após exame nesta Comissão, deverá ser encaminhada à Comissão Diretora, em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Cabe a esta CCJ, de acordo com os arts. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, *opinar sobre a constitucionalidade,*

juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, por consulta de qualquer comissão, ou quando em virtude desses aspectos houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

Não há óbices de natureza constitucional à proposição, uma vez que foi iniciada por agente competente e a matéria por ela tratada não fere qualquer dos princípios ou dispositivos colimados na Carta Magna.

No que respeita à juridicidade e à regimentalidade, também nada a opor, pois o PRS inova o ordenamento jurídico vigente e está em harmonia com ele, além de respeitar, especificamente, as disposições regimentais, inclusive no que concerne ao seu trâmite adequado. Não há, ainda, qualquer sobreposição das competências da nova Comissão em relação às competências das já existentes.

A matéria vem vazada em boa técnica legislativa, de acordo com os mandamentos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que *dispõe sobre a elaboração, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

No mérito, vemos a proposta como um passo importante no trato da gestão pública brasileira, pois, apesar dos esforços gerais e pontuais dos poderes executivos federal, estaduais e municipais ao longo das últimas décadas no sentido de tornar a administração pública mais eficiente, eficaz e transparente, ainda não percebemos um envolvimento dos legislativos com massa crítica suficiente para contribuir de forma decisiva para tais progressos. Por isso, parece-nos adequada e relevante a criação dessa nova comissão permanente no âmbito do Senado Federal, a qual, como bem disse o autor na Justificação, terá foco na *análise de matérias relacionadas ao combate à corrupção; à responsabilidade na gestão fiscal e com os gastos públicos; à instituição de práticas gerenciais modernas nas entidades e nos órgãos públicos; à prestação eficiente de serviços públicos; à transparência pública; à prestação de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos; à democracia participativa; e ao controle social do Estado.*

Por fim, parece-nos adequado apresentar algumas alterações no rol de competências da Comissão de Transparência e Governança Pública, a fim de tornar o texto mais claro e conciso e, ainda, para acrescentar inciso que incluía, nesse rol, matérias que tratam da difusão, na Administração Pública,



de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos.

III – VOTO

Pelo exposto, pugnamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 13, de 2015, a seguinte redação para o art. 104-E, acrescido ao Regimento Interno do Senado Federal:

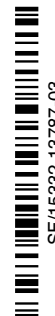
“**Art. 104-E.** À Comissão de Transparência e Governança Pública compete opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas:

- I – prevenção à corrupção;
- II – acompanhamento da gestão fiscal e dos gastos públicos;
- III – acompanhamento das práticas gerenciais nas entidades e nos órgãos públicos;
- IV – prestação eficiente de serviços públicos;
- V – transparência e prestação de informação à sociedade;
- VI – difusão e incentivos, na Administração Pública, de novos meios de prestação de informações à sociedade, tais como redes, sítios e portais eletrônicos, inclusive prestando apoio a Estados e Municípios na implantação desses meios.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/15332.13787-03



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 13, DE 2015

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para criar a Comissão Permanente de Transparência e Governança Pública.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“**Art. 72.**

.....
XIII – Comissão de Transparência e Governança Pública – CTG.
(NR)”

“**Art. 77.**

.....
XIII – Comissão de Transparência e Governança Pública, 17
(NR)”

“**Art. 104-E.** À Comissão de Transparência e Governança Pública compete opinar sobre matérias pertinentes aos seguintes temas:

I – combate à corrupção;

II – responsabilidade na gestão fiscal e com os gastos públicos;

2

III – instituição de práticas gerenciais modernas nas entidades e nos órgãos públicos;

IV – prestação eficiente de serviços públicos;

V – transparência pública e prestação de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos;

VI – democracia participativa e controle social do Estado.

“Art. 107.

I –

.....

I) Comissão de Governança Pública e Transparência: às quartas-feiras, onze horas e trinta minutos. (NR)”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde os anos 70 insurgiram, em âmbito global, movimentos favoráveis à reforma estatal. Tal situação foi inevitável, devido ao esgotamento do modelo clássico de burocracia pública e à crescente demanda social por maior eficiência, transparência e informação.

Especificamente no Brasil, tal movimento ganhou força apenas nos anos 90. Todavia, a partir daí, a busca por uma maior “Governança Pública” se fixou de forma indelével nos anseios populares, que avidamente esquadrinham novas maneiras capazes de promover uma administração pública mais eficiente, eficaz e transparente, capaz de controlar seus gastos, investigar e punir os políticos e os servidores públicos corruptos e de prestar contas à sociedade.

Entretanto, no Senado Federal, Casa integrante do parlamento brasileiro, representante da vontade comum e do interesse público, ainda não há um grupo permanente de trabalho especializado em investigar e implementar os aprimoramentos supracitados.

A fim de corrigir tal distorção e de suprir uma demanda latente e indubitavelmente válida da população brasileira, proponho a criação de uma Comissão Permanente com foco plenamente voltado para a análise de matérias relacionadas ao combate à corrupção; à responsabilidade na gestão fiscal e com os gastos públicos; à

3

instituição de práticas gerenciais modernas nas entidades e nos órgãos públicos; à prestação eficiente de serviços públicos; à transparência pública; à prestação de informações à população, com foco nas necessidades dos cidadãos; à democracia participativa; e ao controle social do Estado.

Ademais, importante salientar que, de acordo com os arts. 92 a 96-B do RISF, a Comissão deverá realizar audiências públicas, promover debates e acompanhar e avaliar políticas públicas visando a instruir matéria sob sua apreciação e a tratar de assuntos de relevante interesse público no que concerne aos temas de sua competência.

Diante de todo o exposto, reitero a importância do mérito deste projeto e solicito apoio dos nobres pares em prol de sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **João Capiberibe**

PSB/AP

(Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa)

Publicado no **DSF**, de 18/3/2015

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 10749/2015

2ª PARTE - DELIBERATIVA

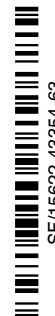
2



SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

RELATÓRIO

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Ofício “S” nº 53, de 2015 (nº 3/2015, na origem), do Procurador-Geral da República, que indica, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, o Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.



RELATOR: Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

É submetida ao exame desta Comissão a indicação do Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para mandato de dois anos, indicado pelo Procurador-Geral da República, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com inciso II, da Constituição Federal.

Consoante os dispositivos constitucionais em referência, os membros daquele Conselho, ao qual cabe o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos legais e regimentais, proceder à sabatina dos indicados. A seguir, a indicação será submetida ao Plenário do Senado.

Em obediência às normas legais aplicáveis, foi encaminhado o *curriculum vitae* do ilustre indicado, que passamos a resumir.

O Senhor CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO é graduado em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, em 1998. Em 1999, especializou-se em “Ordem Jurídica e Ministério Público” pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).



SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

No que se refere à sua atuação profissional, o indicado foi servidor do MPDFT entre 1994 e 2002. A partir de 2002, atuou como promotor de Justiça dessa instituição, tendo exercido os cargos de Conselheiro Fiscal da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e de Membro do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT, ambos entre 2011 e 2013.

Cumpre registrar que o indicado já é membro do CNMP, biênio 2013/2015, indicado pelo Procurador-Geral da República.

Como membro desse Conselho, foi autor das propostas de Resolução que estabelecem o prazo máximo de 30 dias para a apresentação de voto-vista em Plenário e que estipulam regras sobre a eleição para a formulação de lista tríplice pelo Ministério Público.

O ilustre indicado também foi relator de importantes procedimentos no CNMP, dentre os quais se destacam a proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos Membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil; a proposta de Recomendação para divulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; a proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização de processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados; e a proposta de Resolução que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e institui o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado Sistema ELO.

Ministrou diversos cursos de Controle Externo da Atividade Policial, além de ter participado do I Fórum Estadual de Gestão do MPBA na Semana do Ministério Público do Estado da Bahia 2014, da Nonagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (2014) e do Curso de Aperfeiçoamento de Especialistas em Combate à Lavagem de Dinheiro (2008).

Na área da literatura especializada, destaca-se a publicação do artigo “O direito de o réu ser julgado pelo mérito, em segundo grau e a supressão da instância”, Revista de Doutrina e Jurisprudência, TJDFT, v. 1, p. 13 a 22, 2000.



SF/15622.43354-63



SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA

Além do *curriculum vitae*, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pela Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007 – CCJ.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL
OFÍCIO “S”
Nº 53, DE 2015

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal


(Nº 3/2015, na Origem)

Senhor Presidente,

Em observância ao disposto no artigo 130-A, II, da Constituição Federal, e no art. 1º, § 2º, da Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, submeto à aprovação dessa respeitável Casa Legislativa o nome do Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO, indicado pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Por oportuno, encaminho os originais dos documentos exigidos pela Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e suas alterações, e pelo Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Respeitosamente,


RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PRAÇA MUNICIPAL, LOTE 2, EIXO MONUMENTAL, 9º ANDAR
 CEP: 70094-900 / BRASÍLIA - DF - TELEFONE: 3343.9787 - FAX: 3343.9494

SITE: www.mpdft.gov.br / E-MAIL: procuradoriageral@mpdft.gov.br

Ofício nº 374/2015/PGJ

Brasília, 16 de março de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
 Procurador-Geral da República
 Presidente do CNMP
 SAFI/Sul, Quadra 4, Conjunto C
 70050-906 Brasília/DF

PROJUR/CNMP 1313 73 15



A 56

[Assinatura]
 Rodrigo Janot Monteiro de Barros
 Presidente do CNMP

Assunto: Indicação de membro do Ministério Público do Distrito Federal – MPDFT para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

*Encaminhar a RG/PRER
 para instruir procedimento
 correspondente.
 26.03.2015*

Senhor Procurador-Geral da República,

Blal Yassine Dalloul
 Secretário-Geral do CNMP

A par de cumprimentá-lo, e em atenção ao Ofício Conjunto nº 001/2014/CNMP-PGR, de 17 de dezembro de 2014, dirijo-me a Vossa Excelência a fim de indicar o Promotor de Justiça **CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO**, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, II, da Constituição Federal c/c o art. 1º da Lei nº 11.372/2006.

Esclareço, outrossim, que concorreram ao pleito os Promotores de Justiça abaixo listados:

- **Cláudio Henrique Portela do Rego** (em primeira posição – com 277 (duzentos e setenta e sete) votos, e

- **Roberto Carlos Batista** (em segunda posição – com 109 (cento e nove) votos.

Na oportunidade, manifesto a Vossa Excelência expressão de consideração e apreço.

[Assinatura]
LEONARDO ROSCOE BESSA
 Procuradora-Geral de Justiça

Colendo Senado Federal,

Para cumprimento do art. 383, I, a, 5, c, do Regimento Interno dessa Casa, o indicado presta as seguintes informações:

Possui extensa experiência profissional na área do Direito, tendo sido servidor do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios–MPDFT por mais de 8 anos (de 1994 até 2002) e, após, promotor de Justiça dessa mesma Instituição por mais de 12 anos (de 2002 até os dias atuais). Foi Conselheiro do Conselho Fiscal da Fundação Escola Superior do MPDFT, Coordenador de Ensino do MPDFT na Escola Superior do Ministério Público da União (de 2011 até 2013), Membro do Comitê de Avaliação e Estruturação da Atividade-Fim do MPDFT (de 2011 até 2013).

A formação técnica do indicado é adequada ao exercício do cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público–CNMP: formou-se no curso de bacharelado em Direito no ano de 1998 pelo Centro Universitário de Brasília. Especializou-se em “Ordem Jurídica e Ministério Público”, no ano 1999, pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Tem especial inclinação pelas matérias afetas ao exercício institucional do Ministério Público. Na função de promotor de Justiça, trabalhou nas áreas criminal, por mais de 11 anos, inclusive no Tribunal do Júri, e eleitoral. Coordenava a Promotoria de Justiça da Região Administrativa de Santa Maria/DF, quando foi indicado, pela primeira vez, para o cargo de Conselheiro do CNMP.

Todos esses aspectos demonstram a afinidade intelectual do indicado para o exercício da atividade. Quanto à afinidade moral, diga-se que nunca foi alvo de condenação disciplinar durante o exercício de suas atividades funcionais. Foi membro do Conselho Fiscal da Fundação Escola Superior do MPDFT. Durante sua atuação no CNMP, manteve posturas firmes de combate à impunidade e de organização da atividade ministerial para melhor processamento de notícias de fato e de procedimentos investigativos.

São essas as informações a serem prestadas na forma do Regimento dessa Egrégia Casa Legislativa.

A seguir, apresenta breve relatório das atividades realizadas durante o exercício do primeiro mandato no Conselho Nacional do Ministério Público, tanto no gabinete quanto na presidência da Comissão de Planejamento Estratégico.


Cláudio Henrique Portela do Rego

GABINETE

Recebe, despacha e decide/vota procedimentos da competência do Conselho, quais: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo; Procedimento Administrativo Disciplinar; Avocação; Revisão de Processo Disciplinar; Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público; Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho; Procedimento de Controle Administrativo; Pedido de Providências; Revisão de Decisão do Conselho, dentre outros.

O Conselheiro também possui a faculdade de apresentar propostas de resolução, enunciado, emenda regimental, recomendação e súmula. Além disso, participa de reuniões e cursos ligados à atividade-fim do Conselho.

HISTORICO DE REUNIOES E CURSOS

A partir de agosto/2013, data da posse do Conselheiro, realizaram-se, dentre outras reuniões e cursos:

Setembro/2013

- Curso no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios sobre Controle Externo da Atividade Policial. O curso é ministrado pelo Conselheiro e pelos Membros do MPDFT Thiago Pierobom, Luiz Gustavo e Marcelo Oliveira.
- Encontro de Coordenadores do Controle Externo da Atividade Policial dos Estados, representando a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública do CNMP.
- Encontro Institucional entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Conselho Nacional do Ministério Público.
- 88ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público, realizada no Edifício-Sede do Ministério Público Militar.

Outubro/2013

- Presidiu audiência de conciliação, em Natal (RN), entre 17 membros do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MP/RN) e o procurador-geral

de Justiça do estado, Rinaldo Reis Lima. O objetivo foi discutir a Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público (RAP) n. 968/2013-69, em que os procuradores questionam a política de nomeações e substituições dos assessores de gabinetes implantada pelo procurador-geral. Depois de quatro horas de reunião, as partes assinaram termo de conciliação, que soluciona o impasse e extingue RAP no CNMP. Esta foi a primeira iniciativa em termos de conciliação ocorrida no CNMP, na esteira do permissivo do art. 43, X, do Regimento Interno.

- Reunião com o Dr. Henrique Sérgio, diretor do Banco Central em Fortaleza/CE, sede onde se concentra o cadastro objeto do Procedimento Interno de Comissão 0.00.000.001498/2011-99, com a finalidade de iniciar tratativas para o acesso ao sistema informatizado do CCS, assim como verificar a infraestrutura tecnológica necessária para o compartilhamento dos dados, além do modo de gerenciamento do controle das permissões por parte da Corregedoria Nacional do Ministério Público.
- Reunião para iniciar as tratativas de viabilização do acordo com a ANATEL para fornecimento de dados de usuários para a localização de aparelhos de telefonia móvel pelas autoridades encarregadas de investigação criminal.
- Ministrou curso de Controle Externo da Atividade Policial, na cidade de Marabá-PA, promovido pelo Ministério Público do Estado do Pará. O curso é ministrado pelo Conselheiro e pelos Membros do MPDFT Thiago Pierobom, Luiz Gustavo e Marcelo Oliveira.

Novembro/2013

- Reunião com os Membros da Comissão de Estudos nomeada para analisar a Recomendação CNMP nº 16, realizada no CNMP. Processo nº 0.00.000.001310/2013-74, da relatoria do Conselheiro Cláudio Portela. Fazem parte da Comissão de Estudos os Membros do MPDFT José Firmo Reis Soub, Jair Meurer Ribeiro e Alan Estevão.
- 89ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público.
- Procedimento de Inspeção nas Unidades do Ministério Público situadas no Estado do Tocantins.
- 4º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público, que foi realizado pelo CNMP. O evento reuniu em Brasília mais de 500 membros e servidores do MP brasileiro para três dias de debates sobre temas nas áreas de segurança institucional, gestão, comunicação e tecnologia da informação.
- Na abertura do 4º Congresso de Gestão, o Conselho assinou um convênio com o Banco Central do Brasil que permite a todas as unidades do Ministério Público ter acesso ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS). A ferramenta reúne informações

cadastrais sobre a relação entre pessoas físicas ou jurídicas e as instituições financeiras. O Conselheiro Cláudio Portela dirigiu as tratativas do convênio.

Dezembro/2013

- Audiência pública para discutir eventual regulamentação da recomendação e do termo de ajustamento de conduta, instrumentos de atuação extrajudicial do Ministério Público. Culminou com a apresentação de uma proposta de resolução por parte da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, da qual o Conselheiro é membro.
- Colheita de depoimentos nos autos da Revisão de Processo Disciplinar nº 0.00.000.001212.2013-37, na sede do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- Procedimento de Inspeção, com o fim de inspecionar as Unidades do Ministério Público situadas no Estado de Rondônia.
- Reunião com os Membros da Comissão de Estudos nomeada para analisar a Recomendação CNMP nº 16, realizada no CNMP.

Fevereiro/2014

- Encontro de Coordenadores do Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público.

Março/2014

- Viagem para o Estado da Paraíba para realizar a instrução do Processo Administrativo Disciplinar nº 1166/2013-76 contra Membro do Ministério Público do Estado da Paraíba.
- Inspeção nas unidades do Ministério Público em Pernambuco.

Mairo/2014

- Integrantes dos Ministérios Públicos Estaduais, do Trabalho e Federal reuniram-se para debaterem ações conjuntas prioritárias para a área da infância e juventude, com foco na elaboração e acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Culminou com a apresentação de uma proposta de resolução pela Comissão da Infância e Juventude, da qual o Conselheiro é membro.
- Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, realizada no Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, onde apresentou a Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP aos membros do CNPG.

Junho/2014

- Encontro da Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais: Atenção Básica à Saúde, realizado na cidade de São Luís, Maranhão.

Julho/2014

- Palestra no Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul sobre Controle Externo do Ministério Público sob a ótica do Conselho Nacional do Ministério Público.
- Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, realizada no Hotel Caesar Business em Manaus.

Agosto/2014

- Curso sobre “Controle Externo da Atividade Policial” a membros e servidores do Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), na cidade de Belém. O curso é ministrado pelo Conselheiro e pelos Membros do MPDFT Thiago Pierobom, Luiz Gustavo e Marcelo Oliveira.
- Proferiu palestra de abertura da 2ª Reunião 2014 do Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG), no Hotel Nacional, em Brasília/DF.
- 9ª Reunião da Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, em São Paulo.
- Reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais dos Estados e da União, na sede do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Setembro/2014

- Reunião preparatória do “Fórum Nacional de Enfrentamento a Roubos a Bancos”, no Ministério da Justiça.
- Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, realizada no Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e territórios.
- Reunião no Ministério da Justiça acompanhado dos conselheiros do CNMP Fábio George Cruz da Nóbrega e Alexandre Berzosa Saliba, sobre a estratégia de enfrentamento contra roubos a bancos.
- Procedimento de Inspeção nas unidades do Ministério Público no Estado do Paraná/PR.
- IV Encontro Nacional do MP no Controle Externo da Atividade Policial, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça Militar, em Brasília.

Outubro/2014

- Curso “Controle Externo da Atividade Policial”, em Santarém-PA. O curso é ministrado pelo Conselheiro e pelos Membros do MPDFT Thiago Pierobom, Luiz Gustavo e Marcelo Oliveira.
- Reunião com Conselheiros Nacionais do Ministério Público acerca do Processo CNMP 0.00.000.001310/2013-74, que trata da Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.
- Reunião com o gestor do projeto Sinesp/MJ - Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (Senasp/MJ), Rogério Bernardes Carneiro, para apresentação do projeto no Colégio de Procuradores-Gerais.
- Reunião ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, realizada na sede do MPDFT.

Novembro/2014

- Realização de reunião por videoconferência com a finalidade de eliminar a burocracia do deslocamento, com ônus de recursos para as partes, e facilitar o acesso dos interessados ao CNMP. O Conselheiro foi o primeiro a testar a tecnologia de comunicação via *Skype* para se reunir com as partes em procedimentos do Gabinete.
- Inspeção das unidades do Ministério Público situadas no Estado de Goiás.
- Curso “Controle Externo da Atividade Policial” no Ministério Público do Estado do Ceará. O curso foi destinado exclusivamente a membros do Ministério Público dos Estados do Ceará, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. O curso é ministrado pelo Conselheiro e pelos Membros do MPDFT Thiago Pierobom, Luiz Gustavo e Marcelo Oliveira. No curso realizado no Ceará, participou a promotora de Justiça Marya Olímpia.
- Congresso Terceiro Setor: Transparência e Capacitação, promovido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).
- 1º Seminário Estadual de Execução Penal, promovido pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, por meio do Centro de Apoio Operacional de Política Penitenciária e Execução Penal (CAOP PPEP), em Porto Velho, participando como palestrante.
- Encontro Nacional: Combate à Corrupção e Transparência de Estados e Municípios.
- 94ª Reunião do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNCGMP). O evento ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro, na sede do Ministério Público do Estado do Amapá (MP/AP).
- Procedimentos de inspeção nas unidades do Ministério Público no Estado do Maranhão.

HISTÓRICO DE PROPOSTAS APRESENTADAS

- Proposta de Resolução que revoga a Resolução CNMP nº 55/2010, para estabelecer regras sobre a eleição para a formação de lista tríplice no Ministério Público brasileiro (Processo: 0.00.000.000352/2014-79).
- Proposta de Resolução que acrescenta o parágrafo único no artigo 3º, da Resolução CNMP nº 20/2007 (Processo: 0.00.000.000379/2014-61), tratando do controle externo da atividade policial: permissão de exercício concorrente entre os promotores de Justiça da capital (Promotoria de Justiça especializada) e os promotores de Justiça do interior.
- Proposta de Resolução que disciplina, no âmbito do Ministério Público, a instauração e tramitação da Notícia de Fato e do Procedimento Administrativo (Processo: 0.00.000.001222/2014-53).
- Proposta de Emenda Regimental que altera o parágrafo único do artigo 59 da Resolução CNMP nº 92/2013 (Regimento Interno), estabelecendo o prazo máximo de 30 (trinta) para apresentação do voto-vista em Plenário (Processo: 0.00.000.000135/2015-60).
- Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 63/2010, para incluir as Tabelas Unificadas da área de gestão administrativa (Processo: 0.00.000.000134/2015-15).

HISTÓRICO DE PROCEDIMENTOS DA RELATORIA DO CONSELHEIRO

De 12/08/2013 até 02/03/2015, foram distribuídos 173 procedimentos ao Conselheiro, dentre os quais destacam-se:

Processo: 0.00.000.000033/2013-82

Classe: Acompanhamento de Cumprimento de Decisão

Assunto: Requer exame de concessão e pagamento de incorporação de gratificação pelo desempenho das funções de Procurador-Geral de Justiça, de Corregedor-Geral do Ministério Público e de Procuradores de Justiça Chefes das Procuradorias de Justiça no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, ocorridos após a adoção do regime de subsídio.

Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Processo: 0.00.000.000381/2013-50

Classe: Procedimento de Controle Administrativo

Assunto: Requer a suspensão, e posterior desconstituição, de ato do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais que concedeu licença a Membro do Parquet, em caráter especial, para exercício de cargo de Subsecretário de Promoção de Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social. Pedido de liminar.

Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais

Requerente: Rodrigo Sousa de Albuquerque - Procurador de Justiça/MG

Processo: 0.00.000.000808/2013-10

Classe: Acompanhamento de Cumprimento de Decisão

Assunto: Requer a suspensão de todo e qualquer concurso de promoção por merecimento no âmbito do Ministério Público Federal, até que o Conselho Superior da mencionada unidade ministerial regulamente o processo, bem como que este Conselho Nacional estabeleça metodologia e parâmetros para os futuros processos de seleção por merecimento. Pedido de Liminar.

Requerido: Ministério Público Federal

Requerente: Durciran Van Marsen Farena - Procurador da República

Processo: 0.00.000.001310/2013-74

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Recomendação que revoga a Recomendação CNMP nº 16, que dispõe sobre a atuação dos Membros do Ministério Público como órgão interveniente no processo civil.

Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Processo: 0.00.000.000179/2014-17

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Resolução que altera a Resolução CNMP nº 91/2013, para autorizar a utilização do domínio ".mp.br" para projetos de interesse do Ministério Público brasileiro e dá outras providências.

Requerente: Rodrigo Jonot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP

Processo: 0.00.000.000361/2014-60

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Recomendação para divulgação da Convenção Internacional sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência - Decreto nº 6949/2009.

Requerente: Conselheiro Walter de Agra Júnior

Processo: 0.00.000.000704/2014-96

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a agilização dos processos de adoção e destituição do poder familiar no âmbito do Ministério Público dos Estados.

Requerente: Conselheiro Walter De Agra Júnior

Processo: 0.00.000.001285/2014-18

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Resolução para criação de uma Comissão Temporária de Preservação da Memória Institucional do Ministério Público.

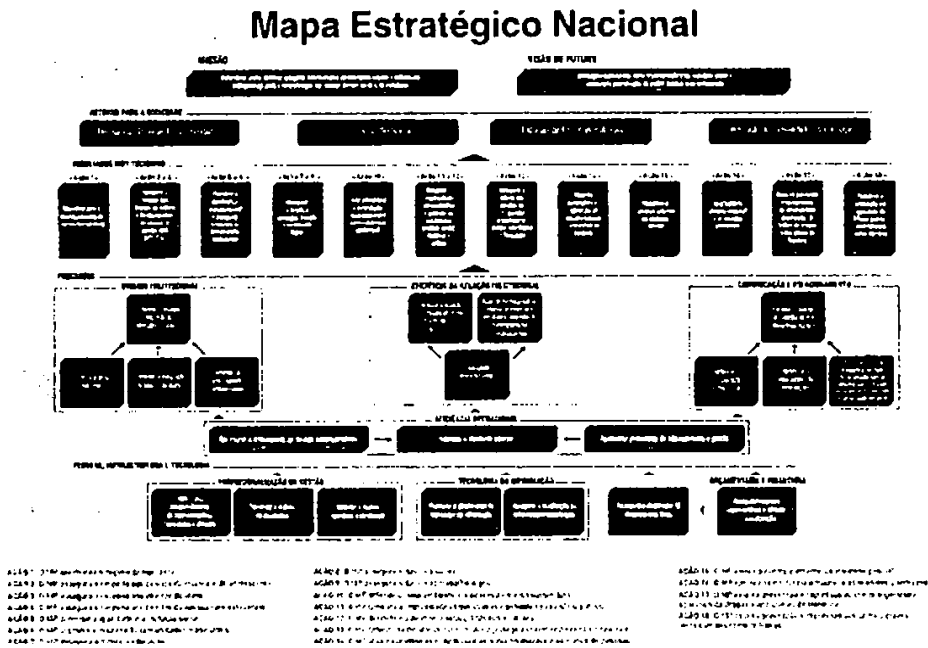
Requerente: Conselheiro Antônio Pereira Duarte

Processo: 0.00.000.001439/2014-63

Classe: Proposição

Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre o processo eletrônico no âmbito do Conselho nacional do Ministério Público, institui o sistema eletrônico de processamento de informações e prática de atos administrativos e processuais, denominado Sistema ELO.

Requerente: Conselheiro Rodrigo Janot Monteiro de Barros - Presidente do CNMP



Estratégico Nacional, procurando aprimorar e integrar a atuação do Ministério Público brasileiro para enfrentar os desafios institucionais estabelecidos. No ano de 2014, foram realizados os seguintes eventos, cujo objetivo foi a construção de um projeto nacional em diversas áreas estratégicas para ser implementado por todo Ministério Público brasileiro. Os resultados da implementação desses projetos serão apresentados em junho de 2015

- 1º) Execução Penal e Gestão, nos dias 24 e 25/04/2014, em Campo Grande/MS;
- 2º) SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, nos dias 06 e 07/05/2014, em Goiânia/GO;
- 3º) Enfrentamento ao Racismo, nos dias 08 e 09/05/2014, em Recife/PE;
- 4º) Atenção Básica em Saúde, nos dias 27 e 28/05/2014, em São Luís/MA;
- 5º) Combate ao Uso Indiscriminado de Agrotóxicos, nos dias 27 e 28/08/2014, em Salvador/BA;
- 6º) Educação Infantil, nos dias 02 e 03/09/2014, no Rio de Janeiro/RJ;
- 7º) Defesa do Estado Laico e dos Direitos do LGBT, nos dias 18 e 19/09/2014, em Brasília/DF;
- 8º) Controle Externo da Atividade Policial, nos dias 25 e 26/09/2014, em Brasília/DF;
- 9º) Transparência de Estados e Municípios e Combate à Corrupção, nos dias 25 e 26/11/2014, em Brasília/DF.
- 10) Ação Nacional – Estruturante – Gestão por Competências, realizado nos dias 20 e 21/11/2014, em Florianópolis/SC;

BANCO NACIONAL DE PROJETOS

Produto do Planejamento Estratégico Nacional, o Banco Nacional de Projetos é a ferramenta responsável por coletar e disseminar os projetos bem-sucedidos no âmbito do Ministério Público brasileiro. Busca possibilitar que cada unidade institucional possa demonstrar suas atividades de sucesso em todo o território nacional e ser uma fonte de memória do trabalho amplo e eficaz dos Ministérios Públicos. De acordo com a sua aplicação, os projetos estarão alinhados ao Mapa Estratégico Nacional. No ano de 2014, o BNP obteve a inserção de 116 projetos, atingindo a marca de 692 projetos cadastrados.

PRÊMIO CNMP 2014

Implantado pela Resolução CNMP n.º 94/2013, consiste em um estímulo à criação e à implantação de programas, projetos e ações alinhados à agenda estratégica nacional. O CNMP, ao premiar os melhores projetos e programas inscritos no Banco Nacional de Projetos, busca incentivar a ampla participação dos membros e servidores e, principalmente, reconhecer e divulgar os esforços e o sucesso dessas ações. A cerimônia de Premiação ocorreu no dia 21/10/2014, durante o V Congresso Brasileiro de Gestão, reconhecendo 40 práticas como sendo exemplares para o Ministério Público brasileiro.

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO

O Fórum Nacional de Gestão do Ministério Público (FNG-MP), vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico, tem por objetivo promover o debate, o estudo, a análise, a discussão, a harmonização, a articulação e a implementação de melhores práticas de gestão para suporte à atividade-fim do Ministério Público brasileiro. Criado pela Portaria CNMP/PRESI n.º 25/2012, o Fórum Nacional de Gestão (FNG) foi reestruturado em 2014, por meio das Portarias CNMP/PRESI n.º 70 e n.º 144, passando a se constituir como instância superior de deliberação coletiva dos seguintes Comitês:

- 1) Políticas de Tecnologia da Informação do Ministério Público (**CPTI-MP**);
- 2) Políticas de Comunicação Social do Ministério Público (**CPCOM-MP**);
- 3) Políticas de Gestão Administrativa do Ministério Público (**CPGA-MP**);
- 4) Políticas de Gestão Orçamentária do Ministério Público (**CPGO-MP**);
- 5) Políticas de Gestão de Pessoas do Ministério Público (**CPGP-MP**).

Com a nova formatação, estiveram nos encontros de trabalho em média 150 participantes por reunião, além de especialistas em variadas áreas do conhecimento relativas à gestão, objetivando agregar valor a cada um dos encontros, sendo certo o acompanhamento e execução de 98 deliberações e encaminhamentos. Dentre suas principais realizações no ano de 2014, encontram-se:

- Realização de três reuniões ordinárias, com a concentração de esforços para a execução do seu Plano Diretor (PDFNG), com validade entre 2012 e 2015, organizando-se em grupos de trabalho formados no âmbito de cada Comitê, conforme tabela abaixo, para a entrega de produtos nos seguintes eixos: referências, boas práticas, parcerias e capacitação.
- A capacitação de membros e servidores do Ministério Público brasileiro continuou a ser priorizada, sendo realizados os seguintes cursos, presenciais e à distância: capacitação EaD "Gerenciamento de Projetos" e "Formação de Multiplicadores na Metodologia de Gestão de Processos"; e capacitação presencial "Gestão por Competência" e "Sistema de Custos". Ainda nesta linha, foram realizadas

as seguintes ações, que proporcionam a troca de experiências entre os Ministérios Públicos: "IV Mostra de Tecnologia" e "Mostra de Sistemas de Gerenciamento de Projetos".

- Celebração de Termos de Cooperação Técnica com o IPEA e a ENAP. O primeiro objetiva estabelecer parceria entre o CNMP e o IPEA, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concorrentes à atuação do Ministério Público brasileiro. O segundo contempla estabelecer cooperação técnica entre a ENAP e o CNMP para a realização de ações conjuntas que promovam o intercâmbio de insumos, informações, experiências e conhecimentos de gestão educacional, visando à criação de uma rede de capacitação no âmbito do Ministério Público brasileiro e ao fortalecimento da atuação de Capacitação do Ministério Público (UCMP), vinculada à Presidência do CNMP.

Diversos projetos foram implementados ou ainda estão em fase de implementação dentro de cada Comitê. A seguir, os principais projetos de cada Comitê:

CONHEÇA OS PROJETOS DE CADA COMITÊ:

COMITÊ

Política de
Comunicação Social
do Ministério Público

PROJETOS

- Política Nacional de Comunicação
- Revitalização e automização do Banco de Idéias
- Mídias sociais*

COMITÊ

Política de
Tecnologia da Informação
do Ministério Público

PROJETOS

- Elaboração de proposta de resolução para definição de estrutura mínima de Tecnologia
- Segurança da Informação
- Mídias Sociais*

COMITÊ

Política de
Gestão Administrativa
do Ministério Público

PROJETOS

- Boas práticas para governança do planejamento estratégico
- Indicadores do MP brasileiro (eficiência e eficácia)
- Verificação da adoção dos requisitos mínimos de governança para os MPs
- Estruturação e normatização dos processos internos
- Estruturação de escritório de processos nos MPs
- Fortalecimento das unidades de gestão de projetos
- Proposição de instrumentos adequados ao gerenciamento de projetos do MP
- Proposição de instrumentos de incentivo e reconhecimento pela participação em projetos

COMITÊ

Política de
Gestão de Pessoas
do Ministério Público

PROJETOS

- Gestão de pessoas por competência
- Pesquisa de cultura e clima organizacional
- Diagnóstico de saúde funcional

COMITÊ

Política de
Gestão Desempenho
do Ministério Público

PROJETOS

- Sistemas de informação de custos - SICMP
- Centro de custos do MP brasileiro
- Proposta de resolução para regulamentar a captação de recursos

TABELAS UNIFICADAS

O plano de ação 2014 das Tabelas Unificadas foi dividido em três eixos básicos:

- a) Aprofundamento da compreensão das Tabelas Unificadas;
- b) Regulamentação das Classes Processuais Notícia de Fato e Procedimento Administrativo
- c) Criação das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa para a área-meio do Ministério Público.

Nesse sentido, as reuniões do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas (CGNTU) tiveram a importância duplice de prestação de contas aos integrantes do Comitê e discussão sobre a melhor estratégia para se alcançar os objetivos traçados.

Reuniões do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas

1a Reunião: realizada na sede do CNMP, no dia 28 de janeiro. Tratou da transição da presidência do Comitê Gestor Nacional das Tabelas Unificadas; da criação de subgrupo para elaborar resolução normatizadora das Classes Procedimento Administrativo e Notícia de Fato; e do calendário de reuniões e de eventos das Tabelas Unificadas.

2a Reunião: realizada na sede do MP/SC, nos dias 20 e 21 de março. Tratou das dificuldades encontradas pelas unidades do Ministério Público em adaptar seus sistemas de informação para fazer funcionar as Tabelas Unificadas; Deliberou sobre itens da Tabela de Assuntos enviados pelo MP/SC.

3a Reunião: realizada na sede do MPF/SP, nos dias 05 e 06 de agosto. Nesta ocasião, apresentaram-se parte das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativas área-meio, após sua elaboração, em reuniões realizadas dias 22 e 23 de maio e 1º e 02 de julho na Procuradoria-Geral da República. Planejou-se a realização do Workshop das Tabelas Unificadas; Foi elaborada minuta de resolução para alterar a Res. CNMP nº63/2010, para incluir as Tabelas Unificadas de Gestão Administrativas entre as suas competências. Atualmente, compõe a Proposta de Resolução nº 0.00.000.000134/2015-15, sob relatoria do Conselheiro Alessandro Tramuja Assad.

Reuniões do Grupo de Trabalho das Classes Processuais

O CNMP criou grupo de trabalho, composto por 11 membros do Ministério Público Brasileiro, indicados pelo CNPG, CNCG e CNMP, para criar minuta de resolução que

regulamentasse as Classes Processuais Notícia de Fato e Procedimento Administrativo, universalizando seus conceitos perante todos as unidades integrantes do Ministério Público brasileiro.

1a Reunião: realizada na sede do CNMP, no dia 19 de maio. Iniciou os trabalhos a respeito da metodologia a ser utilizada na elaboração da Resolução. Iniciou a redação da Proposta de Resolução, após compreensão dos atos normativos enviados pelas trinta unidades ministeriais.

2a Reunião: realizada na sede do CNMP, no dia 03 de julho. Finalizou a redação e deu origem à Proposta de Resolução nº 0.00.000.001222/2014-53, sob a relatoria do Conselheiro Marcelo Ferra de Carvalho

Cursos de Capacitação em Tabelas Unificadas

Aprofundamento da compreensão das Tabelas Unificadas: O CGNTU identificou, após o 8º Workshop das Tabelas Unificadas (*realizado em 16 e 17 de outubro de 2013*), que muitas unidades, que já tinham sistema informatizado de processamento de feitos, não conseguiam entregar dados suficientemente confiáveis para o CNMP. O problema apontado foi a dificuldade de membros e servidores lidarem com as Tabelas Unificadas, motivo que levou à secretaria do Comitê elaborar um curso de capacitação, destinado àqueles que lidam diretamente com o lançamento de informações nos sistemas de informação. Nesse sentido, realizaram-se, em 2014, 5 cursos de capacitação, abrangendo aproximadamente 300 servidores. A expectativa, para 2015, é que a publicação MP-Um retrato apresente números mais próximos da realidade das promotorias e das procuradorias dos MPs. Os cursos aconteceram nas sedes do MP/AP, nos dias 06 e 07 de fevereiro; do MP/RR, em 12 e 13 de maio; do MP/MA, em 05 e 06 de junho; do MP/SE, em 07 e 08 de outubro e do MP/PR, em 11 e 12 de dezembro.

Reuniões do subgrupo de elaboração das Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa

Em reunião realizada na sede do Ministério Público Federal, em São Paulo, o CGNTU definiu a criação de subgrupo de servidores para elaborar as Tabelas Unificadas de Gestão Administrativa. Foram realizadas 4 reuniões na Procuradoria-Geral da República para concluir o trabalho, que, em março de 2015, será enviado ao mesmo Comitê para aprovação e implementação. As reuniões aconteceram nos dias 22 e 23 de maio, 1º e 02 de julho; 02 e 03 de outubro e 09 e 10 de outubro do ano de 2014.

Lançamento da Versão 2014 das Tabelas Unificadas: 1º de outubro de 2014

Currículo Lattes

 Currículo Lattes
**Claudio Henrique Portela do Rego****Endereço para acessar este CV:** <http://lattes.cnpq.br/3748718766151051>**Última atualização do currículo em 27/04/2015****Resumo informado pelo autor**

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (1998). Foi coordenador de ensino/mpdft da Escola Superior do Ministério Público da União, 2011/2012; membro do grupo de defesa de prerrogativas do MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, de março de 2011 a agosto de 2013; membro do comitê de avaliação e estruturação do MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, de setembro de 2011 a julho de 2013. É promotor de justiça do MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS e Conselheiro Nacional do Ministério Público, Presidente do Fórum Nacional de Gestão do MP e Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico do CNMP, membro das seguintes Comissões do CNMP: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro, Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público, Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública, Comissão da Infância e Juventude, Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais.

(Texto informado pelo autor)**Dados pessoais**

Nome Claudio Henrique Portela do Rego

Filiação RAIMUNDO DO REGO e MARLETE PORTELA DO REGO

Nascimento 17/03/1971 - Brasil

Carteira de Identidade 2002028004342 SSP - CE - 14/01/2002

CPF 391.989.363-87

Passaporte FK 955809

Endereço residencial Rua 28 sul, lotes 6/8, torre 3, ap 1501
Águas Claras - Brasília
71929000, DF - Brasil
Telefone: 61 30340966
Celular 61 81824885

Endereço profissional MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, Promotoria de Justiça Criminal em Santa Maria-DF
Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, sala 920, Ed. Sede do MPDFT, Brasília - DF
Zona Cívico-Administrativa - Brasília
70091900, DF - Brasil
Telefone: 61 33439788

Endereço eletrônico E-mail para contato : claudio.portela@mpdft.mp.br
e-mail alternativo : claudioportela@cnmp.mp.br

Formação acadêmica/titulação

- 1999 - 1999** Especialização em Ordem Jurídica e Ministério Público.
Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF
Territórios, FESMPDFT, Brasília, Brasil
Título: O direito de o réu ser julgado pelo mérito, em segundo grau e a supressão da instância
Orientador: Rogério Schietti Machado Cruz
- 1993 - 1998** Graduação em Direito.

Curriculo Lattes

Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasília, Brasil, Ano de obtenção: 1998

Atuação profissional**1. MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT**

Vínculo
Institucional

- 2011 - Atual** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Membro do Grupo de Defesa de Prerrogativas, Regime: Parcial
- 2011 - Atual** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Membro do Comitê de Avaliação e Estruturação, Regime: Parcial
- 2008 - 2010** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Ouvidor-Geral Suplente MPDFT, Regime: Parcial
- 2002 - Atual** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Promotor de Justiça, Regime: Dedicação exclusiva
- 1994 - 2002** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: técnico administrativo, Regime: Dedicação exclusiva

2. Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU

Vínculo
Institucional

- 2011 - 2013** Vínculo: outro , Enquadramento funcional: Coordenador de Ensino/MPDFT, Regime: Parcial

3. Universidade Católica de Brasília - UCB/DF

Vínculo
Institucional

- 2002 - 2004** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: professor graduado, Regime: Parcial

4. Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

Vínculo
Institucional

- 2013 - Atual** Vínculo: outro , Enquadramento funcional: Conselheiro Nacional do Ministério Público, Regime: Parcial

5. Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF Territórios - FESMPDFT

Vínculo
Institucional

- 2011 - 2013** Vínculo: Conselho Fiscal , Enquadramento funcional: Membro do Conselho Fiscal, Regime: Parcial

Áreas de atuação**1. Direito**Produção**Produção bibliográfica****Artigos completos publicados em periódicos****1. REGO, C. H. P.**

O direito de o réu ser julgado pelo mérito, em segundo grau e a

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impov.trata

Currículo Lattes

supressão da instância. Revista de Doutrina e Jurisprudência
TJDF. , v.01. p.13 - 22. 2000.

Eventos

Eventos

Participação em eventos

1. **Controle Externo da Atividade Policial**, 2015. (Outra)
Controle Externo da Atividade Policial.
2. **I Fórum Estadual de Gestão do MPBA na Semana do Ministério Público do Estado da Bahia 2014**, 2014. (Outra)
A Responsabilidade do MP para a Garantia do Regime Democrático.
3. **Nonagésima Quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União**, 2014. (Outra)
Mesa de diálogos com o CNMP..
4. **Nonagésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público**, 2014. (Outra)
Mesa de diálogos com o CNMP..
5. **11ª Viagem Institucional à Amazônia**, 2014. (Outra)
6. **Exames em locais de crimes contra o patrimônio: análise e interpretação de vestígios em local de crimes.**, 2013. (Outra)
Exames em locais de crimes contra o patrimônio: análise e interpretação de vestígios em local de crimes..
7. **Octogésima oitava Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público**, 2013. (Outra)
Mesa de diálogos com o CNMP..
8. **XX Congresso Nacional do Ministério Público**, 2013. (Congresso)
9. **Apresentação (Outras Formas) no(a)École Nationale de La Magistrature**, 2012. (Encontro)
visita de intercâmbio entre a ENM e a ESMPU.
10. **O Uso de Tecnologia na Atividade de Inteligência Policial - TAIP.**, 2012. (Outra)
11. **Fiscalização de Contratos Administrativos com ênfase na fiscalização das Administrações Regionais.**, 2012. (Outra)
12. **Gestão Empreendedora**, 2011. (Outra)
13. **Curso de Aperfeiçoamento em Direito Penal**, 2009. (Outra)
14. **Curso de Aperfeiçoamento de Especialistas em Combate à Lavagem de Dinheiro**, 2008. (Outra)
Técnicas especiais de investigação..
15. **Encontro de Promotores Especiais Criminais do Distrito Federal e Entorno.**, 2008. (Outra)
16. **Análise e interpretação de vestígios em local de crime.**, 2007. (Outra)
17. **O MPDFT e o Acesso aos Sigilos Fiscal e Bancário de Investigados - abertura para novas experiências.**, 2006. (Outra)

Currículo Lattes

18. Curso de Direito Civil - Teoria Geral dos Contratos., 2004. (Outra)
19. Curso Tribunal do Júri, 2004. (Outra)
20. Curso Interno de Atualização Jurídica: O Novo Código Civil - Módulo I - Parte Geral., 2003. (Outra)
21. Curso de Noções Jurídicas, 2002. (Outra)
Direito Processual Civil.
22. Curso de Iniciação de Promotores de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2002. (Outra)
23. Curso de Tiro, 2002. (Outra)
24. II Congresso Estadual do Ministério Público do Ceará e II Seminário de Avaliação Nacional da Atuação do Ministério Público, promovido pela ACMP - Associação Cearense do Ministério Público., 2002. (Congresso)
25. Curso de Noções Jurídicas, 2000. (Outra)
Direito Civil e Processual Civil.
26. III Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal., 2000. (Outra)
27. Curso de Noções Jurídicas, 1998. (Outra)
Direito Civil e Processual Civil.
28. Curso de Ergonomia., 1998. (Outra)
29. Curso de Noções Jurídicas, 1997. (Outra)
Direito Civil e Processual Civil.
30. Curso de Noções Jurídicas, 1997. (Outra)
Direito Civil e Processual Civil.
31. Curso de Noções Jurídicas, 1997. (Outra)
Direito Civil e Processual Civil.
32. Controle de Constitucionalidade, 1997. (Outra)
33. Introdução à Gestão pela Qualidade Total., 1996. (Seminário)
34. Curso de Processo Administrativo Disciplinar, 1996. (Outra)
35. 5S - O Ambiente da Qualidade, 1996. (Outra)

Totais de produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódico

1

Eventos

Participações em eventos (congresso)

2

Participações em eventos (seminário)

1

Participações em eventos (encontro)

1

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/pkg_impvcv.trata


4

Participações em eventos (outra)

31


Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 27/04/2015 às 15:08:42.


Claudio Henrique Portela do Rego
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Eu, **Cláudio Henrique Portela do Rego**, Conselheiro Nacional do Ministério Público, CPF nº 391.989.363-87, domicílio profissional no Conselho Nacional do Ministério Público, Setor de Administração Federal Sul, Qd, 2, Lt 3, Brasília/DF, declaro, para os fins do art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na condição de Promotor de Justiça, atuei perante a 2ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Santa Maria-DF, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, entre o ano de 2010 e agosto de 2013, quando passei a atuar como Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público até a presente data. Declaro, outrossim, que não participo ou participei de Conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília-DF, 27 de abril de 2015


Cláudio Henrique Portela do Rego
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Eu, **Cláudio Henrique Portela do Rego**, Conselheiro Nacional do Ministério Público, CPF nº 391.989.363-87, domicílio profissional no Conselho Nacional do Ministério Público, Setor de Administração Federal Sul, Qd, 2, Lt 3, Brasília/DF, **declaro, para os fins do art. 383, I, b, 2, do Regimento Interno do Senado Federal, que não participo ou participei, na qualidade de sócio, proprietário ou gerente de empresa ou entidade não governamental.**

Brasília-DF, 27 de abril de 2015



Cláudio Henrique Portela do Rego
Conselheiro Nacional do Ministério Público

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de direito e em atendimento aos termos da Resolução nº 7/2005, do Senado Federal, e suas alterações, que não sou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau inclusive, de membro ou servidor do Poder ou instituição responsável por minha indicação, excetuando a pessoa de IZAHILTON MENDES GUIA, meu cunhado, que é ocupante de cargo de provimento efetivo (Técnico Administrativo) da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, que não serve junto à autoridade responsável pela indicação;

Declaro, ainda, que minha esposa, RITA DE CASSIA BARROS GUIA PORTELA é Advogada regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil desde 23/05/2008;

Declaro também que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes;

Declaro ainda que não participo ou participei, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais;

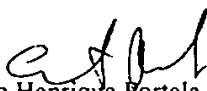


Declaro outrossim que nunca sofri sanções criminais ou administrativo-disciplinares;

Declaro ainda não ter ações judiciais individuais em tramitação, seja como autor ou réu;

Declaro por fim não ter ações criminais, cíveis ou de execução contra mim, assim como estar regular perante o fisco;

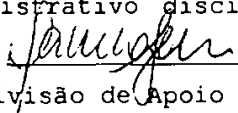
Brasília-DF, 14 de abril de 2015


Claudio Henrique Portela do Rego
Promotor de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
CORREGEDORIA-GERAL

C E R T I D ã O

Certifico e dou fé, a pedido do interessado, que revendo os assentamentos funcionais e demais documentos da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, verifiquei que o Promotor de Justiça CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO **não sofreu nenhuma sanção disciplinar** desde o seu ingresso no MPDFT até a presente data, bem como não se encontra respondendo a sindicância, inquérito ou processo administrativo disciplinar no âmbito desta Corregedoria-Geral. Eu,  Daniela Aguiar de Castro Santos, Chefe da Divisão de Apoio Administrativo da Corregedoria, dou fé.

Brasília, 09 de abril de 2015.

ALESSANDRA CAMPOS MORATO
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CORREGEDORIA NACIONAL

C E R T I D ã O

Certifico, para os devidos fins, a pedido do interessado, que, em consulta ao banco de dados da Corregedoria Nacional do Ministério Público, não foi identificado qualquer procedimento, em curso ou arquivado, em face do Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios Cláudio Henrique Portela do Rego.

Brasília/DF, 14 de abril de 2015.

ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 120-00.487.500/2015
NOME : CLAUDIO HENRIQUE P DO REGO
ENDEREÇO : SQ RUA 28 SUL LT 6 8 TORRE 3 AP 1501
CIDADE : AGUAS CLARAS
CPF : 391.989.363-87
CNPJ :
CF/DF :
FINALIDADE : JUNTO AO GDF

CERTIFICAMOS QUE

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPVA .

HA DEBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DEBITOS VINCENDOS DE TLP .

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 12 de Julho de 2015.

Brasília, 13 de Abril de 2015

Certidão emitida via internet às 18:14:10 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
CPF: 391.989.363-87

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 18:12:26 do dia 13/04/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/10/2015.

Código de controle da certidão: **BB45.31B6.C935.9BE7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 12/04/2015, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

391.989.363-87

(MARLETE PORTELA DO REGO / RAIMUNDO DO REGO)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.

Emitida gratuitamente pela internet em: 13/04/2015

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2015

Selo digital de segurança: **2015.CTD.3WL9.KH3S.6NB4.G8GU.209K**

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***

15

Certidão Negativa



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
90909551**

Certificamos que contra

Nome: CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO

CPF: 391.989.363-87

Data de Nascimento: 17/03/1971

Nome da mãe: MARLETE PORTELA DO REGO

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 12/04/2015 às 18:17:04 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

**Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias**

Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região

Nº 1232559



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO** nem contra o **CPF: 391.989.363-87**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2015, às 18h13.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2015, 18h13

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores, CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: sequ@trf1.jus.br



PODER JUDICIÁRIO
Seção Judiciária do Distrito Federal

Nº 76517

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na **Seção Judiciária do Distrito Federal**, que

N A D A C O N S T A

contra **CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO** nem contra o **CPF: 391.989.363-87**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito;

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/04/2015, 18h09.

Data da última atualização do banco de dados: 12/04/2015, 18h09

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF.
Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 29/04/2015.

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

**TJDFT**Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOSFolha nº Fórum Des. José Dilermando
Primeira Vara Criminal e Tribunal do Juri de Santa Maria
QR. 211, Bloco 1, Conjunto 1, Sala C9, Santa Maria, Telefone: (61)3103-5712 / 5721,
Fax: (61) 3103-0506, CEP: 72511100, Brasília-DF, Horário de Funcionamento: 12h00
às 19h00

Ofício n. 1354/2013

Santa Maria –DF, 04 de maio de 2015.

A Sua Excelência
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
BRASÍLIA – DF

Senhor Presidente,

1. Sirvo-me do presente para, em observância ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, informar a V. Excelência que o ilustre Promotor de Justiça CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO RÊGO, candidato indicado à recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, oficiou perante a 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri de Santa Maria desde o mês de agosto de 2006 até sua nomeação ao cargo de Conselheiro do CNMP.
2. Cumpre ressaltar que o ora indicado, em sua atuação perante este Juízo, desempenhou suas funções com dedicação, zelo, competência e profissionalismo no cumprimento de seus deveres institucionais. Vale destacar o seu empenho nos trabalhos do Poder Judiciário, colaborando sempre com a celeridade e a eficiência na prestação jurisdicional, sem, contudo, comprometer o interesse dos jurisdicionados.
3. Ante o exposto, coloco-me a disposição de Vossa Excelência para prestar eventuais esclarecimentos necessários.

Respeitosamente,


Juiz IDÚLIO TEIXEIRA DA SILVA

Remetido em ____/____/____

**TJDFT**

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Fórum Desembargador José Dilermando Meireles
2ª Vara Criminal de Santa Maria/DF

Qr. 211, Lote 01, Conjunto 1, Sala B-110, Centro,
(61) 3103-5722 / (fax) 3103-0285- CEP 72511-100, Santa Maria/DF

Ofício 797/2015/2VCR

Santa Maria/DF, 28 de abril de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Brasília/DF
CEP 70165-900

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Atendendo a solicitação do ilustre Promotor de Justiça Cláudio Henrique Portela do Rêgo, candidato indicado à recondução ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, dirijo-me a Vossa Excelência para, em atenção ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, informar a Vossa Excelência que o indicado atuou perante a 2ª. Vara Criminal de Santa Maria – DF desde a sua inauguração em outubro de 2010 até sua nomeação ao cargo de Conselheiro do CNMP.

Destarte, cumpre-me declarar que o indicado demonstrou perante este juízo ser profissional dedicado, zeloso e prestimoso no cumprimento de seus deveres institucionais e, ademais, pessoa dotada de elevado senso de dever público e de aptidões para liderança corporativa, atributos estes que certamente foram determinantes para que fosse sufragado por expressiva maioria de seus pares.

Assim reunidos os predicativos imprescindíveis ao cargo que postula, o indicado credencia-se ao posto de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, onde certamente contribuirá para o aprimoramento da instituição a que pertence, para bem do Estado Democrático de Direito e em prol da sociedade brasileira.

Respeitosamente,



MAX ABRAHÃO ALVES DE SOUZA
Juiz de Direito

2ª PARTE - DELIBERATIVA

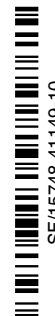
3



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Consulta nº 1, de 2015, do Senador Douglas Cintra, que *requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*



RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

I – RELATÓRIO

Vem ao nosso exame a Consulta nº 1, de 2015, do Senador Douglas Cintra, para que esta Comissão opine *acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*

O consulente alega em sua justificção que *estando o Senador afastado do exercício da atividade parlamentar (com base no artigo 56, inciso I, da Constituição Federal), e investido no cargo de Ministro de Estado, este poderá vir a ser convocado, entre suas atribuições, a representar a pasta que comanda em Conselhos de empresas públicas, sociedades de economia mista e outros órgãos da Administração.*

Conclui o requerente que o seu intuito é *conferir segurança jurídica à nomeação de Senadores licenciados para o exercício de cargo de Ministro de Estado como membros dos Conselhos de Administração ou*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Fiscal dessas entidades, e, nesse sentido, faz-se indispensável a manifestação acerca do tema pela CCJ.

Trata-se, portanto, de examinar se Senador licenciado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado pode ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

II – ANÁLISE

A fundamentação da referida Consulta é o inciso V do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) que prevê a competência desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para *opinar sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente de ofício, ou por deliberação do Plenário, ou por outra comissão.*

Não obstante esteja a Consulta a indicar, equivocadamente, o inciso V do art. 100 do RISF, erro material este que não deve ser motivo para o seu indeferimento, não há dúvida tratar-se de consulta a que se refere o mencionado inciso V do art. 101, conformando-se, assim, a fundamentação do pedido nesta nossa análise.

Ressaltamos, contudo, que o consulente deixou dúvida quanto à redação da parte da final da Consulta, ao se referir a assunção de *vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*

Da forma como está redigido, pode-se entender que essa permissão se estenda ao Conselho de *outros órgãos da Administração Pública* ou, o que seria vedado constitucionalmente, assumir vaga, não no Conselho especificamente, mas em *outros órgãos públicos.*

Deve-se, portanto, interpretar que se trata, no caso, de Ministro integrar como membro de *Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública,* ou seja, Ministro ser membro de Conselho de Administração de outros órgãos.

Entendemos procedente a fundamentação do consulente de que o art. 56, inciso I, da Lei Maior, que permite a investidura de Senador no cargo



SF/15748.41149-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

de Ministro de Estado, sem a perda de seu mandato eletivo, também lhe assegura o direito-dever de tornar-se membro de Conselho de Administração –, que não deve ser confundido com integrante da Diretoria Executiva –, especialmente quando se trata de empresa pública ou sociedade de economia mista que esteja vinculada à sua pasta ou exerça atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando.

Esse direito-dever decorre da supervisão que o Ministro deve exercer sobre as entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios, conforme dispõe o art. 49 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que *dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, in verbis*:

Art. 49. As entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta serão vinculadas aos órgãos da Presidência da República e aos Ministérios, segundo as normas constantes do § 1º do art. 4º e § 2º do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e sujeitas à supervisão exercida por titular de órgão de assistência imediata ao Presidente da República ou por Ministro de Estado.

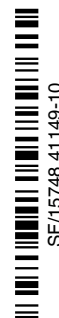
Parágrafo único. A supervisão de que trata este artigo pode se fazer diretamente, ou através de órgãos da estrutura do Ministério. (destacamos)

Por sua vez, o Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993, que *dispõe sobre a composição das Diretorias e dos Conselhos de Administração, Fiscal e Curador das entidades estatais que menciona*, estabelece, *in verbis*:

Art. 1º Ressalvado o disposto em lei especial, nas empresas públicas, nas sociedades de economia mista, nas suas subsidiárias e controladas, bem assim em quaisquer empresas sob o controle direto ou indireto da União, o número de membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal será de, no máximo:

.....

§ 1º No Conselho de Administração haverá, além do representante ou dos representantes dos acionistas minoritários um representante indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República, sendo os demais indicados pelo Ministro de Estado sob cuja supervisão estiver a sociedade, dentre brasileiros de notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral e reputação ilibada, cabendo a um deles a presidência do Colegiado.



SF/15748.41149-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

§ 2º Nas empresas públicas, cujo capital social pertença exclusivamente à União, os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado sob cuja supervisão estiver a empresa, e demissíveis *ad nutum*, ressalvado o disposto em lei especial.

§ 3º Dentre os membros do Conselho Fiscal, um dos membros efetivos e respectivo suplente serão indicados pelo Ministro da Fazenda, como representante do Tesouro Nacional.

§ 4º Em qualquer hipótese, quando a indicação de membro da Diretoria, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal couber à União, inclusive quando a iniciativa couber a Ministro de Estado, será o nome submetido à prévia aprovação do Presidente da República. (destacamos)

Ressaltamos, ademais, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Parecer à Consulta nº 16, de 2011, do Presidente da Câmara dos Deputados, tendo como relator da matéria o Deputado Osmar Serraglio, *sobre a possibilidade de Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de empresas em que o Estado seja o principal acionista e a possibilidade do recebimento de remuneração por essa participação*, cuja conclusão foi pela:

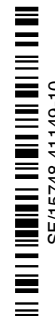
“I) possibilidade de Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de entidades em que o Estado seja o principal acionista (empresas públicas e sociedades de economia mista), haja vista que essa função decorre do referido cargo;

II) possibilidade de o Deputado Federal licenciado para ocupar o cargo de Secretário de Estado perceber retribuição pecuniária (jeton) pela participação em tais conselhos; e

III) por conseguinte, não incorre o Deputado Federal nessas condições nas vedações do art. 54, I, “b” e II, “b” da Constituição Federal.” (grifos nossos)

Ainda para maior esclarecimento do assunto, julgamos indispensável destacar e transcrever do referido relatório o seguinte:

“A presente consulta compõe-se de duas indagações: o primeiro, se é possível ao Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos



SF/15748.41149-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

de empresas em que o Estado seja o principal acionista; segundo, se é possível receber pagamento (jetons) por essa participação.

O Deputado LUIZ CARLOS HAULY cita o exemplo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A (COPEL), cujo estatuto social, nos arts. 31 a 34, prevê o pagamento de retribuição pecuniária pelo exercício da função de membro do seu Conselho Fiscal.

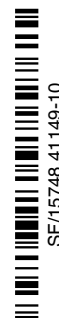
Com relação à primeira indagação, saliente-se que a participação em conselho fiscal ou em conselho de administração de empresas públicas ou sociedades de economia mista não se constitui propriamente exercício de cargo em comissão, emprego ou função de confiança. Trata-se, sim, de uma função decorrente do exercício do cargo de Secretário de Estado, com assento no estatuto social da entidade estatal.

Com respeito à segunda indagação, assinala-se que, segundo De Plácido e Silva, *jeton* é um “galicismo que expressa a retribuição pela participação em órgão colegiado” (Vocabulário Jurídico, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 456). Não se trata, pois, de remuneração decorrente do exercício de cargo, emprego ou função de confiança. Trata-se, sim, de retribuição, de caráter indenizatório, transitório, circunstancial, não possuindo natureza remuneratória e que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente pelo comparecimento às sessões e custear as despesas geradas pelo exercício da atividade junto ao conselho fiscal ou ao conselho de administração de empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A propósito, é oportuno trazer a colação o seguinte excerto do parecer do então Deputado FLÁVIO DINO, expedido por ocasião da Consulta nº 7, de 2009, no qual aponta quão frequente e comum são as situações dessa natureza:

“Pode, no entanto, o parlamentar licenciar-se de seu mandato para assumir o cargo de Secretário de Estado, conforme o mencionado dispositivo prevê.

Dessa forma, nada obsta que o Deputado assuma a chefia da Secretaria de Estado e eventual função decorrente do cargo de Secretário. Assim ocorre, entre tantos outros exemplos, com o Ministro Geddel Vieira Lima, que se licenciou de seu mandato de Deputado Federal para assumir o Ministério da Integração Nacional e, como decorrência de seu cargo, preside o Conselho Deliberativo da SUDENE, conforme estabelece o art. 8º, §1º, da Lei Complementar 125, de 3 de janeiro de 2007. Situação semelhante ocorre com o Ministro Reinhold Stephanes, deputado licenciado e atual dirigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que preside o Conselho Deliberativo da Política do Café por decorrência de sua função ministerial, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 4.623, de 21 de março de 2003. O mesmo acontece com o Ministro Edison



SF/15748.41149-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

Lobão, das Minas e Energia, que é senador licenciado e que, por consequência de seu cargo de Ministro de Estado, preside o Conselho Nacional de Política Energética – conforme o disposto no artigo 2º do Decreto 3.520, de 21 de junho de 2000 – e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, segundo dispõe o artigo 2º do Decreto 5.175, de 9 de agosto de 2004.”

Pelas precedentes razões, manifestamos nosso voto da seguinte maneira:

I – pela possibilidade de Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de entidades em que o Estado seja o principal acionista (empresas públicas e sociedades de economia mista), haja vista que essa função decorre do referido cargo;

II – pela possibilidade de o Deputado Federal licenciado para ocupar o cargo de Secretário de Estado perceber retribuição pecuniária (jeton) pela participação em tais conselhos;

III – por conseguinte, não incorre o Deputado Federal nessas condições nas vedações do art. 54, I, “b”, e II, “b”, da Constituição Federal. (destaques nossos)

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando, recomendando o não recebimento de quaisquer remuneração adicional pela ocupação do referido encargo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



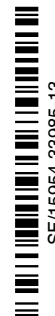
SF/15748.41149-10



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

VOTO EM SEPARADO Nº – CCJ
(à Consulta nº 1, de 2015-SF)

VOTO EM SEPARADO à Consulta nº 1, de 2015, do Senador Douglas Cintra, que *requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*



SF/15954.33985-13

I - RELATÓRIO

A Consulta nº 1, de 2015, de autoria do nobre Senador Douglas Cintra, foi encaminhada à apreciação desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deste Senado Federal para opinar *acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*

O consulente alega em sua justificção que *estando o Senador afastado do exercício da atividade parlamentar (com base no artigo 56, inciso I, da Constituição Federal), e investido no cargo de Ministro de*



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Estado, este poderá vir a ser convocado, entre suas atribuições, a representar a pasta que comanda em Conselhos de empresas públicas, sociedades de economia mista e outros órgãos da Administração.

Conclui o nobre Senador que o intuito é *conferir segurança jurídica à nomeação de Senadores licenciados para o exercício de cargo de Ministro de Estado como membros dos Conselhos de Administração ou Fiscal dessas entidades, e, nesse sentido, faz-se indispensável a manifestação acerca do tema pela CCJ.*

A presente consulta foi distribuída ao Excelentíssimo Senador Romero Jucá, para relatoria, que proferiu seu voto pela “*possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando*”. Em breve síntese, fundamenta o seu parecer na tese de que os Ministros têm o direito-dever de supervisão das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas à respectiva pasta ministerial, sendo, então, decorrente da nomeação para a pasta a acumulação das atribuições ministeriais com a participação em Conselhos de Administração.

É o breve relatório.



SF/15954.33985-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

II - VOTO

Data máxima vênua, a nosso juízo, o Parlamentar licenciado do mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado não pode ser membro de *Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros cargos da Administração Pública*, nos termos constantes, *in fine*, da Consulta que veio ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De fato, a possibilidade de Parlamentar licenciar-se do seu mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado, conforme prevê, expressamente, o art. 56, inciso I, da Constituição Federal, não pode se estender à participação desse Parlamentar licenciado como membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista ou de qualquer outro órgão da Administração Pública.

Isso porque o art. 54, inciso I, alínea “b”, do Estatuto Político veda aos Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, *aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades constantes da alínea anterior* – no caso, a alínea “a” –, que menciona a *pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público*.

Também, a alínea “b” do inciso II do referido art. 54 veda aos Deputados e Senadores, desde a posse, *ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades referidas no inciso I, ‘a’, ou*



SF/15954.33985-13



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

seja, a *pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público*.

Logo, ambos incisos do art. 54 da Constituição Federal – acima transcritos – vedam expressamente o exercício de cargos, funções ou empregos – remunerados ou não – seja o marco temporal a expedição do diploma ou a posse – com pessoas jurídicas de direito público, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público.

Não podemos, na análise do texto constitucional, utilizarmos de uma interpretação extensiva, sob pena de deturpar o caráter normativo dado pelo Constituinte, vez que, quando pretendeu excepcionar esse dispositivo, o fez de forma clara e explícita no inciso I do art. 56, da Lei Magna. Se o legislador Constituinte tivesse querido permiti-lo, o teria feito pelo estabelecimento expresso dessa hipótese.

Em sua obra “*Comentários à Constituição Brasileira*” (3º vol., São Paulo: Saraiva, 1992, p. 36), o nobre Pinto Ferreira assim dispôs:

“A Constituição Federal fixou os casos em que não se admite a perda do mandato, permitindo a compatibilidade e a subsequente convocação do suplente respectivo. Não sendo expressa a compatibilidade, isto é, admitida pela Constituição, a lei ordinária não pode estabelecê-la.”



SF/15954.33985-13



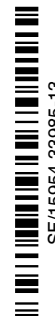
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Deve-se, ademais, invocar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) ao indeferir o pedido de liminar no Mandado de Segurança nº 25.579-DF, julgado por aquela Corte, cuja ementa do acórdão deixou assim consignado:

“3. O membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56, 1). Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal (INQ-QO 777-3/TO, rel. min. Moreira Alves, DJ 01.10.1993), bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato (CF, art. 56, § 3º). Da mesma forma, **ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional do congressista**, assim como às exigências ético-jurídicas que a Constituição (CF, art. 55, § 1º) e os regimentos internos das casas legislativas estabelecem como elementos caracterizadores do decoro parlamentar.” (grifamos)

Ademais, o argumento esposado pelo nobre Relator de que a supervisão é intrínseca ao cargo de Ministro e que isso lhe daria o ‘direito-dever’ de tornar-se membro do Conselho de Administração não encontra assento nos dispositivos legais. De acordo com o Decreto-Lei nº 200, de 1967, a supervisão desses órgãos é exercida mediante indicação, nomeação ou designação feita pelo Ministro da pasta (art. 26, parágrafo único, incisos). O próprio Decreto nº 757, de 1993, utilizado pelo Relator para embasar seu voto, menciona que os cargos serão preenchidos mediante indicação do Ministro de Estado.

Para concluir, a indicação para Conselho de Administração não é decorrência direta da nomeação para Ministro de Estado. Não são atribuições indissociáveis a obrigar que a nomeação para um cargo decorra



SF/15954.33985-13



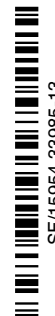
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

o direito-dever de assumir o outro. No caso de Parlamentares, a vedação seria maior ainda, vez que a Constituição Federal – quando permitiu excepcionar as vedações do art. 54, o fez de forma explícita no art. 56.

Por todo o exposto, nosso voto é pela **IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO** de vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública por Parlamentar investido no cargo de Ministro de Estado, por absoluta falta de amparo constitucional.

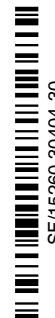
Sala da Comissão, em de de 2015.

SENADOR RONALDO CAIADO
DEM/GO



VOTO EM SEPARADO

Perante a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Consulta nº 1, de 2015, do Senador Douglas Cintra, que *requer, nos termos do inciso V, do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*



I – RELATÓRIO

Trata-se do exame da Consulta nº 1, de 2015, do Senador Douglas Cintra, para que esta Comissão opine *acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.*

O consulente alega em sua justificação que *estando o Senador afastado do exercício da atividade parlamentar (com base no artigo 56, inciso I, da Constituição Federal), e investido no cargo de Ministro de Estado, este poderá vir a ser convocado, entre suas atribuições, a representar a pasta que comanda em Conselhos de empresas públicas, sociedades de economia mista e outros órgãos da Administração.*

Conclui o requerente que o seu intuito é *conferir segurança jurídica à nomeação de Senadores licenciados para o exercício de cargo de Ministro de Estado como membros dos Conselhos de Administração ou Fiscal dessas entidades, e, nesse sentido, faz-se indispensável a manifestação acerca do tema pela CCJ.*

O Senador Romero Jucá apresentou, nesta Comissão, em reunião realizada em 15 de abril passado, relatório sobre a Consulta em exame em que concluía *pela possibilidade de Senador, no exercício do cargo de Ministro de Estado, ser membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e de outros órgãos da Administração Pública indireta que estejam vinculados à sua pasta ou exerçam atividades correlacionadas ao Ministério sob o seu comando*, sendo concedida vista aos Senadores Ronaldo Caiado e Douglas Cintra, nos termos regimentais.

II – ANÁLISE

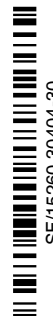
Apresentamos este voto em separado, com fulcro no art. 132, § 6º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em razão de discordarmos da conclusão do relatório sobre a Consulta nº 1, de 2015.

Liminarmente, apresentamos o nosso entendimento de que Senador licenciado do mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado não pode ser membro de *Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros cargos da Administração Pública*, nos termos constantes, *in fine*, da Consulta que veio ao exame desta CCJ.

A nosso juízo, a possibilidade de Senador licenciar-se do seu mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado, conforme prevê, expressamente, o art. 56, inciso I, da Constituição Federal, não pode se estender à participação desse Senador licenciado como membro de Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista ou de qualquer outro órgão da Administração Pública.

Isso porque o art. 54, inciso I, alínea “b”, do Estatuto Político veda aos Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, *aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades constantes da alínea anterior* – no caso, a alínea “a” –, que menciona a *pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público*.

Também, a alínea “b” do inciso II do referido art. 54 veda aos Deputados e Senadores, desde a posse, *ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ‘ad nutum’, nas entidades referidas no inciso I, ‘a’, ou*



SF/15260.30404-30

seja, a *pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público*.

Deve-se, ademais, invocar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) ao indeferir o pedido de liminar no Mandado de Segurança nº 25.579-DF, julgado por aquela Corte, cuja ementa do acórdão deixou assim consignado:

3. O membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56, I). Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal (INQ-QO 777-3/TO, rel. min. Moreira Alves, DJ 01.10.1993), bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato (CF, art. 56, § 3º). Da mesma forma, **ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional do congressista**, assim como às exigências ético-jurídicas que a Constituição (CF, art. 55, § 1º) e os regimentos internos das casas legislativas estabelecem como elementos caracterizadores do decoro parlamentar. (grifamos)

Em que pesem os argumentos expostos, há a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados que aprovou o Parecer à Consulta nº 16, de 2011, do Presidente da Câmara dos Deputados, tendo como relator da matéria o Deputado Osmar Serraglio, *sobre a possibilidade de Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de empresas em que o Estado seja o principal acionista e a possibilidade do recebimento de remuneração por essa participação*, cuja conclusão foi pela:

“I) possibilidade de Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de entidades em que o Estado seja o principal acionista (empresas públicas e sociedades de economia mista), haja vista que essa função decorre do referido cargo;

II) possibilidade de o Deputado Federal licenciado para ocupar o cargo de Secretário de Estado perceber retribuição pecuniária (jeton) pela participação em tais conselhos; e

III) por conseguinte, não incorre o Deputado Federal nessas condições nas vedações do art. 54, I, “b” e II, “b” da Constituição Federal.” (grifos nossos)

Ainda para maior esclarecimento do assunto, julgamos indispensável destacar e transcrever do referido relatório o seguinte:

“A presente consulta compõe-se de duas indagações: o primeiro, se é possível ao Deputado Federal, no exercício do cargo de Secretário de Estado, exercer representação institucional em conselhos de órgãos de empresas em que o Estado seja o principal acionista; segundo, se é possível receber pagamento (jetons) por essa participação.

O Deputado LUIZ CARLOS HAULY cita o exemplo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica S/A (COPEL), cujo estatuto social, nos arts. 31 a 34, prevê o pagamento de retribuição pecuniária pelo exercício da função de membro do seu Conselho Fiscal.

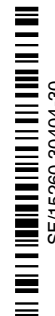
Com relação à primeira indagação, saliente-se que a participação em conselho fiscal ou em conselho de administração de empresas públicas ou sociedades de economia mista não se constitui propriamente exercício de cargo em comissão, emprego ou função de confiança. Trata-se, sim, de uma função decorrente do exercício do cargo de Secretário de Estado, com assento no estatuto social da entidade estatal.

Com respeito à segunda indagação, assinale-se que, segundo De Plácido e Silva, *jeton* é um “galicismo que expressa a retribuição pela participação em órgão colegiado” (Vocabulário Jurídico, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 456). Não se trata, pois, de remuneração decorrente do exercício de cargo, emprego ou função de confiança. Trata-se, sim, de retribuição, de caráter indenizatório, transitório, circunstancial, não possuindo natureza remuneratória e que tem como objetivo exclusivo de retribuir pecuniariamente pelo comparecimento às sessões e custear as despesas geradas pelo exercício da atividade junto ao conselho fiscal ou ao conselho de administração de empresas públicas ou sociedades de economia mista.

A propósito, é oportuno trazer a colação o seguinte excerto do parecer do então Deputado FLÁVIO DINO, expedido por ocasião da Consulta nº 7, de 2009, no qual aponta quão frequente e comum são as situações dessa natureza:

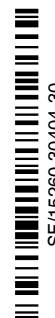
“Pode, no entanto, o parlamentar licenciar-se de seu mandato para assumir o cargo de Secretário de Estado, conforme o mencionado dispositivo prevê.

Dessa forma, nada obsta que o Deputado assuma a chefia da Secretaria de Estado e eventual função decorrente do cargo de Secretário. Assim ocorre, entre tantos outros exemplos, com o Ministro Geddel Vieira Lima, que se licenciou de seu mandato de Deputado Federal para assumir o Ministério da Integração



SF/15260.30404-30

Nacional e, como decorrência de seu cargo, preside o Conselho Deliberativo da SUDENE, conforme estabelece o art. 8º, §1º, da Lei Complementar 125, de 3 de janeiro de 2007. Situação semelhante ocorre com o Ministro Reinhold Stephanes, deputado licenciado e atual dirigente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que preside o Conselho Deliberativo da Política do Café por decorrência de sua função ministerial, conforme estabelece o art. 3º do Decreto 4.623, de 21 de março de 2003. O mesmo acontece com o Ministro Edison Lobão, das Minas e Energia, que é senador licenciado e que, por consequência de seu cargo de Ministro de Estado, preside o Conselho Nacional de Política Energética – conforme o disposto no artigo 2º do Decreto 3.520, de 21 de junho de 2000 – e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, segundo dispõe o artigo 2º do Decreto 5.175, de 9 de agosto de 2004.”



SF/15260.30404-30

De outro lado, devemos ressaltar que essa polêmica decisão da CCJ da Câmara dos Deputados, que aprovou o Relatório favorável do Deputado Osmar Serraglio, teve o voto contrário dos Deputados João Campos, Fabio Trad, Alessandro Molon e Anthony Garotinho e com a abstenção dos Deputados Luiz Couto, João Paulo Lima e Márcio Macêdo, tendo apresentado voto em separado o Deputado Fabio Trad.

Reproduzimos partes desse voto em separado do Deputado Fabio Trad, que resume bem o assunto, quanto aos seus aspectos de inconstitucionalidade:

Procuramos, após ouvir os lados que polarizam esta questão, situar juridicamente a natureza do debate e encontramos a sua essência no direito administrativo constitucional.

O cerne da questão, no meu modesto sentir, relaciona-se à possibilidade de o deputado federal licenciado, investido no cargo de secretário de Estado, vir a exercer cargo de representação institucional em conselhos de órgãos de empresas das quais o Estado seja acionista e, ainda mais, receber remuneração por tal exercício.

O art. 54 da Constituição Federal, em ambos os seus incisos, explicita as hipóteses de incompatibilidades, e não há dispositivo constitucional que preveja a possibilidade de deputado federal licenciado que exerça cargo de secretário de Estado também exercer um cargo em empresa estatal ou sociedade de economia mista.

Ora, se a Constituição não prevê e a questão é de direito constitucional administrativo, temos que buscar a resposta nos princípios que disciplinam essa área do Direito. O princípio reitor

do direito administrativo constitucional é o princípio da legalidade, que é totalmente diferente, na sua interpretação, do princípio da legalidade no direito privado.

No campo da Administração Pública, como unanimemente reconhecem os constitucionalistas e os administrativistas, afirma-se de modo radicalmente diferente a incidência do princípio da legalidade. Aqui, na dimensão dada pela própria indisponibilidade dos interesses públicos, diz-se que o administrador, em cumprimento ao princípio da legalidade, só pode atuar nos termos estabelecidos pela lei. Não pode, por atos administrativos de qualquer espécie, proibir ou impor comportamentos a terceiros, se ato legislativo não fornecer, em boa dimensão jurídica, amparo a essa pretensão. A lei é seu único e definitivo parâmetro.

Ora, não se pode, no direito constitucional administrativo, diante da ausência de previsão constitucional, supri-la por meio de interpretação extensiva ou analogia. Por conta disso, eu sustento, com certo desgosto, uma vez que o relator, Deputado Osmar Serraglio, é professor de direito constitucional, jurista que eu admiro, que mesmo quando o deputado está licenciado do mandato, integrando o Poder Executivo, ele remanesce subordinado aos ditames do direito constitucional administrativo; e descabe ao intérprete suprir o que a Constituição não prevê explicitamente.

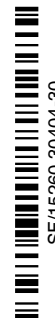
O Pleno do Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a Medida Cautelar no Mandado de Segurança 25.579-DF, em que impetrante José Dirceu de Oliveira e Silva, estatuiu (DJe-087 DIVULG 23-08-2007 PUBLIC 24-08-2007 DJ 24-08-2007 PP-00055 EMENT VOL-02286-03 PP-00399 RTJ VOL-00203-03 PP-01014):

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. MEDIDA LIMINAR. DECISÃO DO COLEGIADO. POSSIBILIDADE. MANDATO PARLAMENTAR. TRAMITAÇÃO E PROCESSAMENTO DE REPRESENTAÇÃO POR QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR. DEPUTADO FEDERAL LICENCIADO E INVESTIDO NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO. LIMINAR INDEFERIDA.

...

2. Na qualidade de guarda da Constituição, o Supremo Tribunal Federal tem a elevada responsabilidade de decidir acerca da juridicidade da ação dos demais Poderes do Estado.

No exercício desse mister, deve esta Corte ter sempre em perspectiva a regra de autocontenção que lhe impede de invadir a esfera reservada à decisão política dos dois outros Poderes, bem como o dever de não se demitir do importantíssimo encargo que a Constituição lhe atribui de garantir o acesso à jurisdição de todos aqueles cujos direitos individuais tenham sido lesados ou se achem ameaçados de lesão. À luz deste último imperativo, cumpre a esta Corte conhecer de impetração na qual se discute se os atos



SF/15260.30404-30

ministeriais do parlamentar licenciado se submetem à jurisdição censória da respectiva câmara legislativa, pois a matéria tem manifestamente estatuto constitucional, e não interna corporis. Mandado de segurança conhecido.

3. O membro do Congresso Nacional que se licencia do mandato para investir-se no cargo de Ministro de Estado não perde os laços que o unem, organicamente, ao Parlamento (CF, art. 56, I). Consequentemente, continua a subsistir em seu favor a garantia constitucional da prerrogativa de foro em matéria penal (INQ-QO 777-3/TO, rel. min. Moreira Alves, DJ 01.10.1993), bem como a faculdade de optar pela remuneração do mandato (CF, art. 56, § 3º). Da mesma forma, ainda que licenciado, cumpre-lhe guardar estrita observância às vedações e incompatibilidades inerentes ao estatuto constitucional do congressista, assim como às exigências ético-jurídicas que a Constituição (CF, art. 55, § 1.º) e os regimentos internos das casas legislativas estabelecem como elementos caracterizadores do decoro parlamentar. ...” – grifou-se-

Reiteramos nosso posicionamento, na linha preconizada pelos ilustres Deputados Paes Landim e Luiz Couto, no sentido de que a Administração Pública interna tem, claro, a discricionariedade de estabelecer, por intermédio de estatuto social, que aquele que ocupar o cargo de titular da secretaria, necessariamente ocupe o cargo de uma presidência de um conselho. Mas o deputado federal não pode ocupar o cargo decorrente e previsto no estatuto social, porque a Constituição não o prevê. Se o legislador constituinte tivesse querido permiti-lo, teria o feito pelo estabelecimento explícito dessa hipótese.

E muito mais grave se torna a violação constitucional quando esse segundo cargo é remunerado. O art. 56, I, da Constituição da República, e seu § 3º permitem ao Parlamentar eleito se licenciar do mandato para ser investido no cargo de Secretário de Estado, inclusive optando pela remuneração do mandato. A opção foi uma concessão do constituinte, mas deve ser definitiva, não sendo possível a escolha da parte mais interessante dos dois regimes: os subsídios de Deputado federal e os mecanismos de complementação de remuneração típicos do Poder Executivo. O princípio da moralidade veda a dupla remuneração e impõe que esse colegiado, mesmo que entenda ser possível o exercício do cargo, não admita a acumulação de remunerações. O secretário de Estado recebe remuneração para todas as suas atribuições, não sendo admissível a percepção simultânea de jetons pelo exercício de um cargo que, estatutariamente, tem mesmo de exercer. Aliás, o jeton não tem natureza remuneratória, mas de representação, tendo sido historicamente instituído para incentivar a presença nas deliberações dos órgãos colegiados. Por que teria de ser incentivada a presença de quem, estatutariamente, deve comparecer às sessões?



SF/15260.30404-30

A Constituição veda, em seu artigo 54, sob pena de perda de mandato, que o Deputado aceite ou exerça cargo, função ou emprego remunerados em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mistas ou empresas concessionárias de serviços públicos. Em seu art. 56, diz que não perderá o mandato se investido no cargo de secretário de Estado. Só!

Não permite a cumulação dos cargos e, muito menos, a dupla remuneração!

Ousamos, pois, divergir do douto Relator, e votamos pela existência de incompatibilidade na acumulação de cargos em exame; e, ainda que este colegiado entenda pela inexistência, pela impossibilidade de recebimento de remuneração pela representação institucional em conselhos de órgãos de empresas estatais e sociedades de economia mista.

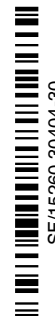
Devemos observar, finalmente, que a legislação infraconstitucional não pode afastar ou flexibilizar os impedimentos constitucionais relativos ao mandato de Deputado ou Senador previstos no art. 54 da Lei Maior, cujas exceções estão fixadas, em *numerus clausus*, no seu art. 56, estando, assim, vedado ao legislador ordinário estabelecer qualquer outra exceção.

Nesse sentido, afirma Pinto Ferreira:

“A Constituição Federal fixou os casos em que não se admite a perda do mandato, permitindo a compatibilidade e a subsequente convocação do suplente respectivo. Não sendo expressa a compatibilidade, isto é, admitida pela Constituição, a lei ordinária não pode estabelecê-la.” (Comentários à Constituição Brasileira, 3º vol., São Paulo: Saraiva, 1992, p, 36)

Também ao intérprete não parece lícito fazer tabula rasa da vontade expressa do constituinte, haja vista não ser permitido ao legislador ampliar os casos de compatibilidade.

Em face do exposto impõe-se a conclusão de que o art. 54 da Constituição Federal, em ambos os seus incisos, explicita as hipóteses de incompatibilidades, não havendo dispositivo constitucional que preveja a possibilidade de Senador licenciado, que esteja investido no cargo de Ministro de Estado, também exerça o cargo de membro de *Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros*



SF/15260.30404-30

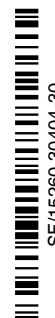
cargos da Administração Pública, sendo esse o entendimento adotado pela jurisprudência recente do Supremo Tribunal Federal.

III – VOTO

Do exposto, concluímos que, por força do art. 54 combinado com o art. 56, ambos da Constituição Federal, é vedado ao Senador licenciado do mandato eletivo para exercer o cargo de Ministro de Estado ser membro de *Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros cargos da Administração Pública*, nos termos da indagação constante, *in fine*, da Consulta nº 1, de 2015, que veio ao exame desta Comissão.

Sala da Comissão,

Senador ANTONIO ANASTASIA



SF/15260.30404-30



SENADO FEDERAL

CONSULTA

Nº 1, DE 2015

Senhor Presidente,

Solicito, nos termos do inciso V, do artigo 100, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa da presente Consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acerca da possibilidade de Senador, que se encontre afastado do exercício do mandato parlamentar, para ocupar função de Ministro de Estado, assumir vaga em Conselho de Administração de empresa pública, sociedade de economia mista e outros órgãos da Administração Pública.

JUSTIFICAÇÃO

Estando o Senador afastado do exercício da atividade parlamentar (com base no artigo 56, inciso I, da Constituição Federal), e investido no cargo de Ministro de Estado, este poderá vir a ser convocado, entre suas atribuições, a representar a pasta que comanda em Conselhos de empresas públicas, sociedades de economia mista e outros órgãos da Administração.

Em muitas situações, o sistema de entidades vinculadas a determinados Ministérios é composto por esses órgãos e empresas. Nesses casos, o Ministério costuma funcionar como órgão de orientação superior da respectiva empresa pública, autarquia ou sociedade de economia mista.

2

Com o intuito de conferir segurança jurídica à nomeação de Senadores licenciados para o exercício de cargo de Ministro de Estado como membros dos Conselhos de Administração ou Fiscal dessas entidades, faz-se indispensável a manifestação acerca do tema pela CCJ.

Sala das Sessões,

Senador **Douglas Cintra**

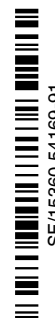
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

2ª PARTE - DELIBERATIVA

4

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, que susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.



SF/15360.54169-91

RELATOR: Senador RONALDO CAIADO**I – RELATÓRIO**

Recebemos, para analisar e emitir parecer relativo aos aspectos ligados à área temática deste órgão fracionário do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, que *susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.*

Em seu principal artigo, a referida proposição susta, de forma integral, os efeitos do Decreto mencionado.

Da justificação colhem-se elementos técnicos importantes à compreensão do fundamento constitucional e do alcance da matéria da qual ora nos ocupamos, pois assenta-se ela em alegação de inconstitucionalidade.

Pela sua densidade, reproduzimos os elementos que, a juízo do Autor, representam lesão direta e objetiva aos princípios da legalidade e da impessoalidade, ambos com raízes constitucionais, à altura do art. 37 da Carta da República:

a) a criação de novas hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas nos subitens 2.1 e 2.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;

b) a desvinculação do valor no que se refere às modalidades de licitação previstas nos subitens 3.1.1 a 3.1.5 e 3.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;

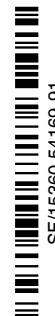
c) a supressão da obrigatoriedade de extensão do convite aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte quatro) horas da apresentação das propostas, conforme previsão do subitem 3.1.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, desobedecendo ao princípio da impessoalidade;

d) a definição de representante comercial exclusivo como sendo aquele que seja o único inscrito no registro cadastral de licitantes da empresa, apesar da existência fática de outros fornecedores no Mercado, conforme disposto no subitem 2.3.2 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, em desacordo com o princípio da impessoalidade;

e) a instituição do tipo de licitação “de melhor preço”, em vez “de menor preço”, de acordo com o subitem 3.2 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;

f) a redefinição das formas de dar publicidade aos certames licitatórios, consoante estabelecido nos subitens 5.3, 5.4, 5.4.1, 5.5, 5.5.2 e 5.6 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, em afronta ao princípio da publicidade;

g) a restrição da publicidade do convite à empresa e aos seus convidados, sem a exigência de afixação da carta-convite em local apropriado, de acordo com a art. 22, § 3º, da Lei n.º 8.666/93;



SF/15360.54169-91

h) possibilidade de negociação com o licitante vencedor em busca do melhor preço e da proposta mais vantajosa para a Petrobras;

Inclua-se na lista a previsão de penalidades, aplicáveis pela Petrobras, a empresas inadimplentes na execução dos contratos.

Sobre esses argumentos, o Autor da proposição em exame, Senador Ricardo Ferraço, sustenta a possibilidade de incidência da competência congressual de sustação de atos executivos normativos, por conta da exorbitância do poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo.

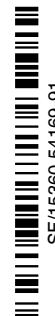
É o relatório.

II – ANÁLISE

Determina o art. 49, V, da Constituição Federal, que compete exclusivamente ao Congresso Nacional “*sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa*”.

Cuida-se aqui de competência do Poder Legislativo da União conhecida pela doutrina especializada como veto legislativo, e que configura, no sistema brasileiro, hipótese de controle de constitucionalidade político repressivo, representando instrumento destinado a permitir ao Congresso Nacional “*zelar pela preservação de sua competência legislativa, em face da atribuição normativa dos outros Poderes*”, como consta no inciso XI do mesmo art. 49, e conter, por essa via, excessos normativos do Poder Executivo, tanto relativos a normas jurídicas primárias (quando elaborada lei delegada em descumprimento dos limites da delegação legislativa, segundo o art. 68, § 2º, da CF) quanto relativamente a normas jurídicas secundárias (quando elaborado decreto regulamentar que exorbite os limites do poder regulamentar, conforme preconiza o art. 84, IV, parte final, também da CF).

O Ministro Gilmar Mendes entende essa competência congressual como uma fórmula excepcional no sistema constitucional brasileiro, a qual, segundo o Supremo Tribunal Federal, fundamenta-se na “nítida necessidade de preservar a integridade da separação funcional dos Poderes”, conforme assentado na decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 748.



Como referido, são duas as hipóteses de utilização do poder suspensivo de normas do Congresso Nacional: no caso de lei delegada que descumpra os limites da delegação legislativa, e na hipótese de decreto executivo que exorbite dos limites do poder regulamentar.

Na hipótese, tanto o decreto foi além do permitido como não houve delegação legislativa alguma.

A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, “dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”.

Em seu art. 67, determina:

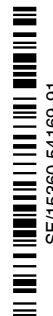
Art. 67. Os contratos celebrados pela PETROBRÁS, para aquisição de bens e serviços, serão precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em decreto do Presidente da República.

Alegadamente em obediência a este dispositivo, o então Presidente da República editou o Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, que “aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997”. É evidente, contudo, que a regra não lhe conferiu esse poder, por ser inválida.

O parágrafo 1º do art. 173 da Lei Magna, na redação que lhe deu a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, é claro:

A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (...) III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública (...). – g.n. .

Obviamente, o texto refere-se a lei ordinária, ato emanado do Poder Legislativo. Esse é o entendimento que histórica e invariavelmente

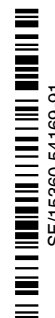


se teve sempre que a Constituição remete algum assunto a esse tipo de norma. A não ser assim, a própria emenda 19 certamente teria sido questionada, por subtrair atribuições do Congresso Nacional, desfigurando a cláusula da separação de poderes, imune ao legislador ordinário. Também nessa linha o entendimento do TCU, ancorado na lição do professor José Afonso da Silva, de São Paulo. Nos autos do Acórdão 663, de 2002, em que concluiu pela inconstitucionalidade do decreto, a Corte assim se manifestou:

...já se deduz que a palavra lei, para a realização plena do princípio da legalidade, se aplica, em rigor técnico, à lei formal, isto é, ao ato legislativo emanado dos órgãos de representação popular e elaborado de conformidade com o processo legislativo previsto na Constituição (arts. 59-69). Há, porém, casos em que a referência à lei na Constituição, quer para satisfazer tão-só às exigências da legalidade, quer para atender hipóteses de reserva (...), não exclui a possibilidade de que a matéria seja regulada por um 'ato equiparado', e ato equiparado à lei formal, no sistema constitucional brasileiro atual, será apenas a lei delegada (art. 68) e as medidas provisórias, convertidas em lei (art. 62), os quais, contudo, só podem substituir a lei formal em relação àquelas matérias estritamente indicadas nos dispositivos referidos. (in Curso de Direito Constitucional Positivo, 6ª ed. P. 363).

Outro complicador: o decreto inova o ordenamento jurídico, estabelecendo novos direitos, obrigações e até penalidades, matéria que todos sabemos reservada à lei em sentido estrito.

É notório que em nosso sistema constitucional, somente a lei pode estabelecer direitos e obrigações, sob pena de ofensa ao princípio da legalidade, segundo o qual ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (CF, art. 5º, II). Nessa seara, o Brasil destoa-se de outros modelos democráticos, como o francês, em que a própria Constituição prevê o uso de atos administrativos com força inaugural. Entre nós, os decretos e regulamentos tem caráter meramente administrativo. Destinam-se exclusivamente a permitir o fiel cumprimento

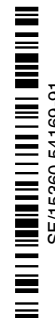


da lei, como consta do art. 84, IV, do Estatuto Supremo. São atos subordinados à lei, sem legitimidade para ampliar ou restringir seu alcance. Limitam-se a dispor como ela deve ser aplicada pelos agentes administrativos. Em suma, são instruções e orientações expedidas pelo chefe do Executivo visando à correta e fiel execução da norma, sendo-lhes defeso suprir eventual lacuna ou omissão do Parlamento. Os chamados decretos autônomos são de uso reduzido. São aceitos apenas em temas relacionados com a organização e funcionamento da administração pública e desde que não impliquem despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos (CF, art. 84, VI, *a*). Essa é a orientação compatível com o texto constitucional e predominante na doutrina e na jurisprudência pátrias. É a lição, dentre outros, do Ministro Carlos Mário Velloso. Nas suas palavras, no direito brasileiro, o regulamento é, de regra, um ato secundário. Por essa razão, “não pode o Executivo, ao exercer a função regulamentar, criar direitos ou obrigações novas, ou, numa palavra, inovar a ordem jurídica (...)”. Ainda de acordo com ele, o regulamento exige a existência de lei, porque nada mais é do que um auxiliar dela (cf. Temas de Direito Público, Belo Horizonte, Del Rey, 1993, p.418/431). Em outro ponto, sob o título “***O falso regulamento de execução e o regulamento praeter legem***”, o mesmo autor anota:

Certas leis conferem ao Chefe do Poder Executivo a faculdade de, regulamentando-as, inovarem de forma inicial na ordem jurídica. Tem-se, em caso assim, autêntica delegação legislativa. Valeriam esses regulamentos? Questiona o ministro e ele mesmo responde: “É claro que não” (id.ib.).

Também essa é a posição seguida no Supremo Tribunal Federal. No julgamento do Recurso Extraordinário 318.873-AgR/SC, por exemplo, de que foi relator o relator o Ministro Celso de Mello, a Corte assim se manifestou:

O princípio da reserva legal atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. O abuso de poder



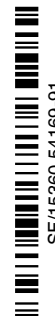
regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua contra legem ou praeter legem, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental, o exercício pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, V, da CR e que lhe permite 'sustar os atos normativos do Poder Executivo quer exorbitem do poder regulamentar (in A Constituição e o Supremo, 4ª ed., Brasília, Secretaria de Documentação, 2011, p. 975).

Na mesma linha a decisão do plenário na ADI nº 1.435-MC, sob a relatoria do então Ministro Francisco Rezek:

...Não havendo lei anterior que possa ser regulamentada, qualquer disposição sobre o assunto tende a ser adotada em lei formal. O decreto seria nulo, não por ilegalidade, mas por inconstitucionalidade, já que supriu a lei onde a Constituição a exige (idem, p. 1104).

Verifica-se, sem grande esforço, que tanto a doutrina predominante como a conclusão pretoriana supratranscrita acomodam-se como uma luva ao presente caso. Pois também aqui não houve uma lei anterior. O decreto fundamentou-se num trecho genérico da Lei 9.478/97 (art. 67), transformando-o numa espécie de delegação, inconcebível na sistemática constitucional.

Em resumo, não se altera a ordem jurídica por decreto nem se delega por lei estranha ao modelo constitucionalmente previsto. Nos termos do artigo 68 da Lei Magna, a delegação legislativa obedece a rito próprio. Para começar, depende de solicitação explícita do Presidente da República e é veiculada por resolução. Além disso, cabe ao Legislativo especificar o conteúdo da norma, a forma de seu exercício, e ainda reavaliar, se quiser, em votação única, se os limites e condições que impôs foram devidamente observados. Nada disso ocorreu. A parte final do artigo 67 da Lei nº 9.478, de 1997, não valida o ato, por falta de amparo constitucional. O dispositivo não poderia conferir poderes ao Executivo para disciplinar, por ato administrativo, matéria constitucionalmente reservada à lei. O disciplinamento das licitações públicas sempre esteve sob a reserva de lei. É a regra prevista no art. 37, XXI, da Constituição, e



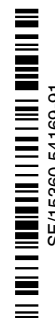
na Emenda Constitucional nº 19/98, que previu modelo diferenciado para as estatais que exercem atividade econômica. Em outras palavras: tanto o decreto como o art. 67 da Lei do Petróleo, que o fundamentou, são nulos, por inconstitucionalidade, como reconheceu o TCU.

No tocante à delegação legislativa, é oportuno este trecho do voto do Ministro Celso de Mello, como relator da ADIn 1.296-MC:

...A delegação legislativa externa, nos casos em que se apresente possível, só pode ser veiculada mediante resolução, que constitui o meio formalmente idêntico para consubstanciar, em nosso sistema constitucional, o ato de outorga parlamentar de funções normativas ao Poder Executivo. A resolução não pode ser validamente substituída, em tema de delegação legislativa, por lei comum, cujo processo de formação não se ajusta a disciplina ritual fixada pelo art. 68 da Constituição. A vontade do legislador, que substitui arbitrariamente a lei delegada pela figura da lei ordinária, objetivando, com esse procedimento, transferir ao Poder Executivo o exercício de competência normativa primária, revela-se írrita e desvestida de qualquer eficácia jurídica no plano constitucional. O Executivo não pode, fundando-se em mera permissão legislativa constante de lei comum, valer-se do regulamento delegado ou autorizado como sucedâneo da lei delegada para efeito de disciplinar, normativamente, temas sujeitos a reserva constitucional de lei (STF, ADIn 1.276-MC, rel. Min. Celso de Mello, j. 14.06.1995. Cf. MEDINA, José Miguel Garcia. Constituição Federal Comentada – com súmulas e julgados selecionados do STF e de outros tribunais; 2ª ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013, p. 367).

A controversa constitucionalidade do referido Decreto executivo e do Procedimento Licitatório Simplificado autorizado à Petrobras não é recente. Desde 2005 (há uma década, portanto!), a questão aguarda o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal.

Até agora, seis ministros votaram. Três favoráveis à sua constitucionalidade (Carlos Alberto Direito, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli) e três contra (Carlos Ayres de Brito, Cármen Lúcia e Marco



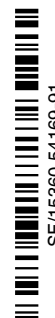
Aurélio Mello). O julgamento encontra-se suspenso devido a pedido de vistas do Ministro Luiz Fux.

Contudo, isso não impede a intervenção congressual, como propõe o Senador Ricardo Ferraço. Sobretudo levando-se em conta que há anos, desde 2002, o Tribunal de Contas da União, órgão auxiliar desta Casa no controle externo da administração pública, já reconheceu a inconstitucionalidade do ato em diferentes e reiteradas decisões.

Diversamente do que alguns pretendem, não interessa a esta Casa nem à nação questionar quem subscreveu o decreto. Se esse ou aquele governo. Aliás, o histórico desse regulamento evidencia uma sucessão de equívocos no Legislativo e no Executivo. Primeiro, o Congresso Nacional dá carta branca ao Presidente da República para instituir um modelo simplificado de licitação de forma imprópria (Lei nº 9.478, de 1997, art. 67). Pressionado pelas regras de um mercado cada vez mais competitivo e globalizado, o governo edita o decreto, disciplinando administrativamente matéria que o constituinte dispensara à lei (CF, art. 37, XXI), embora pudesse fazê-lo por medida provisória. Depois sobreveio a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que confirmou a possibilidade de um sistema licitatório diferenciado para as empresas voltadas para a atividade econômica, mas a ser instituído por lei específica, e não por decreto, como insistente e acertadamente decidiu a Corte de Contas. Essa lei não surgiu até hoje. O Executivo acomodou-se com o ato ora impugnado, e o Parlamento manteve-se inerte.

Esse retrospecto, contudo, não sana a impropriedade do ato nem legitima a delinquência administrativa, materializada nas licitações fajutas e fraudulentas, no compadrio escuso entre empreiteiras e entre estas e gestores estatais, em troca de propinas para satisfazer ambições pessoais ou custear projetos eleitoreiros. Tampouco servirá de atenuante para os que agiram criminosamente ou recomporá os estragos financeiros já impostos à Petrobrás. O fundamental agora é estancar o processo de rapinagem propiciado pelo modelo simplificado de que cuida o Decreto 2.745.

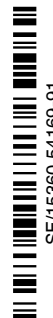
De sua evidente inconstitucionalidade decorre não apenas desrespeito à ordem constitucional vigente. Decorre, também, a permissividade ao cometimento de uma longa relação de crimes contra o



petróleo brasileiro, contra a Petrobrás, contra seus empregados e acionistas, contra os interesses estratégicos do Brasil no campo energético e contra as instituições deste País, incluindo-se neste rol o Executivo federal, o Congresso Nacional e o Judiciário.

Cuida-se, sem dúvida, de um cenário que não pode ser ignorado. Esta Casa não pode agir como avestruz e aguardar que a solução apareça milagrosamente. O Projeto de Decreto Legislativo em debate é a oportunidade que o Parlamento tem para corrigir os equívocos apontados e preservar sua competência, como lhe impõe o art. 49, XI, da Constituição da República. O Executivo já demonstrou não ter qualquer intenção de rever seu ato e redimir-se de seus erros. Tanto que em vez de curvar-se às reiteradas determinações do TCU para seguir a Lei 8.666/93, o governo insiste em invalidar as decisões do órgão de fiscalização que impugnaram o ato. No STF, há o registro de 19 mandados de segurança contra as deliberações da Corte de Contas nesse sentido. Alguns patrocinados pela estatal, outros por empreiteiras. Além disso, a postura pública do ex-Presidente Lula não sugere qualquer expectativa nessa direção. Por mais de uma vez, o ex-Presidente foi ácido contra as ações do TCU. Em 2010, por exemplo, ele tanto censurou o trabalho do órgão como o desafiou ostensivamente ao vetar dispositivos da lei orçamentária que impediam o repasse de dinheiro do contribuinte para obras inscritas na lista negra da Corte, por suspeitas de superfaturamento, gestão temerária e outras fraudes no emprego das verbas liberadas até então. Algumas, aliás, diretamente relacionadas com a Petrobras, como as da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

O argumento de que a aplicação da Lei 8.666/93 prejudicaria a competitividade da empresa, face à demora procedimental, não procede. Tanto que era dela que a Petrobrás se valia antes do Decreto 2.745/98. E não há notícias de que a empresa tenha perdido espaço no mercado por causa disso. Além do mais, é improvável que o recurso à Lei Geral das Licitações, como já determinou o TCU - reitere-se, implique prejuízos maiores do que os já contabilizados pela *Operação Lava-Jato*. Nos levantamentos do atento Senador Ricardo Ferraço, nos últimos dez anos a empresa gastou em torno de 220 bilhões de reais com produtos e serviços, tudo sob o regime simplificado. Ademais, num Estado Democrático de Direito, é inaceitável que conveniências econômicas ou financeiras sobreponham-se a princípios estruturantes desse próprio Estado, como o da legalidade e o da separação de poderes, que o regulamento ignora. A esse



respeito, é pertinente a seguinte advertência do Ministro Celso de Mello, como relator, em liminar, da ADIn 2.934-7/600-DF:

A Constituição não pode submeter-se à vontade dos poderes constituídos e nem ao império dos fatos e das circunstâncias. A supremacia de que ela se reveste, enquanto for respeitada, constituirá a garantia mais efetiva de que os direitos e as liberdades não serão jamais ofendidos.

Diante disso e da compreensão deste Relator de que o Procedimento Licitatório Simplificado da Petrobras é efetivamente inconstitucional e, pior, uma imensa porta aberta à desenfreada corrupção neste País, é dever do Parlamento da República, no exercício de sua competência imposta pelo art. 49, V, conjugado com os incisos X e XI, da Constituição Federal, atuar no sentido de cerrar essa porta e de fazer cessar a aparentemente irrefreável fome pelo dinheiro da Petrobras demonstrada pelos agentes públicos e privados que hoje estampam notícias criminais quase que diariamente.

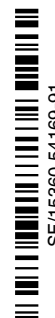
Faz-se apenas um reparo ao projeto: certamente por erro de digitação, a ementa faz referência ao Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998. O correto é Decreto nº **2.745**. O equívoco, no entanto, restará superado com a emenda de redação que apresento.

III – VOTO

Em face de todo o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, com a emenda de redação anexa.

Presidente

Relator



SF/15360.54169-91

EMENDA DE REDAÇÃO Nº - CCJ

Dê-se à **ementa** do Projeto de Decreto Legislativo nº 197, de 2014, a seguinte redação:

“Susta os efeitos do Decreto nº 2.745, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.”

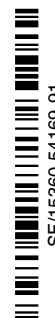
Sala da Comissão, de abril de 2015

Senador **Ronaldo Caiado**

Relator



Diversamente do que alguns pretendem, não interessa a esta Casa nem à nação questionar quem subscreveu o decreto. Se esse ou aquele governo. Aliás, o histórico desse regulamento evidencia uma sucessão de equívocos no Legislativo e no Executivo. Primeiro, o Congresso Nacional dá carta branca ao Presidente da República para instituir um modelo simplificado de licitação, de forma imprópria (Lei 9.478, de 1997, art. 67). O Executivo aceita a missão e avança sobre atribuições do Legislativo, disciplinando administrativamente matéria que o constituinte reservara à lei (CF, art. 37, XXI). Sobreveio a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que confirmou a possibilidade de um sistema licitatório diferenciado para as empresas voltadas para a atividade econômica, mas a ser instituído por lei específica, não por decreto, como insistente e acertadamente decidiu a Corte de Contas. Essa lei não surgiu até hoje. O Executivo acomodou-se com o ato ora impugnado, e o Legislativo manteve-se inerte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 197, DE 2014

Susta os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Exmo. Sr. Presidente da República editou em 24 de agosto de 1998, com base no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o Decreto nº 2.735. A referida lei, editada antes da Emenda Constitucional 19/98, conhecida como “Lei do Petróleo”, dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, instituiu o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo. Ela determinou em seu art. 67, que os contratos celebrados pela Petrobras para aquisição de

2

bens e serviços, seriam precedidos de procedimento licitatório simplificado, a ser definido em Decreto do Presidente da República.

Entende-se como procedimento o modo como se executam os atos da administração visando o fim desejado. Contudo, o Exmo. Sr. Presidente ao editar o Decreto nº 2.735/98, fez mais do isto, pois inovou no ordenamento jurídico, confrontando com a Lei nº 8.666/93, extrapolando os limites de seu poder regulamentar.

De fato, o Decreto nº 2.735/98, ofendendo aos princípios da legalidade e o da impessoalidade, conflita com a Lei nº 8.666/93, destacando-se os seguintes pontos:

- a) a criação de novas hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas nos subitens 2.1 e 2.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;
- b) a desvinculação do valor no que se refere às modalidades de licitação previstas nos subitens 3.1.1 a 3.1.5 e 3.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;
- c) a supressão da obrigatoriedade de extensão do convite aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte quatro) horas da apresentação das propostas, conforme previsão do subitem 3.1.3 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, desobedecendo ao princípio da impessoalidade;
- d) a definição de representante comercial exclusivo como sendo aquele que seja o único inscrito no registro cadastral de licitantes da empresa, apesar da existência fática de outros fornecedores no Mercado, conforme disposto no subitem 2.3.2 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, em desacordo com o princípio da impessoalidade;
- e) a instituição do tipo de licitação “de melhor preço”, em vez “de menor preço”, de acordo com o subitem 3.2 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98;

3

f) a redefinição das formas de dar publicidade aos certames licitatórios, consoante estabelecido nos subitens 5.3, 5.4, 5.4.1, 5.5, 5.5.2 e 5.6 do Regulamento Licitatório aprovado pelo Decreto n.º 2.745/98, em afronta ao princípio da publicidade;

g) a restrição da publicidade do convite à empresa e aos seus convidados, sem a exigência de afixação da carta-convite em local apropriado, de acordo com a art. 22, § 3º, da Lei n.º 8.666/93;

h) possibilidade de negociação com o licitante vencedor em busca do melhor preço e da proposta mais vantajosa para a Petrobras.

O poder regulamentar com o qual contam os Chefes dos Poderes Executivos, como é sabido, é restrito ao estabelecimento de normas procedimentais para o cumprimento das leis, lhes sendo vedado inovar normativamente, alterando institutos legais.

Ao afastar as hipóteses de incidência da Lei 8.666/93, criando novas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação e admitindo a afetação dos princípios constitucionais da publicidade e da impessoalidade no procedimento licitatório simplificado a ser observado pela Petrobras, o Sr. Presidente da República extrapolou os limites de seu poder regulamentar.

A delegação legislativa só é possível em nosso ordenamento constitucional pela via da produção das Leis Delegadas e na forma do artigo 68 e seus parágrafos. Ainda assim, os atos do Poder Executivo que exorbitem da delegação legislativa, serão objeto da atuação saneadora do Congresso Nacional.

Cumprir destacar que quando esta casa fixou competência para o poder executivo atuar no caso, foi visando possibilitar um procedimento licitatório que, em caráter excepcional, preservando os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, atendessem à dinâmica negocial necessária à eficiência da Petrobras.

Ocorre que, na prática, a utilização desse regime simplificado de contratação de maneira indiscriminada pela estatal contribuiu para uma série de irregularidades e abusos. O Tribunal de Contas da União afirmou que cerca de 70% dos contratos de bens da Petrobras nos últimos quatro anos, em um total entre R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões, foram feitos sem licitação. Para o TCU, o Decreto nº 2.745/98 mitiga princípios licitatórios e dificulta o controle externo.

4

Ademais, o referido Decreto tem sido objeto de censura por parte do Tribunal de Contas da União, que o entende inconstitucional por não ter sido recepcionado pela Emenda Constitucional 19/98. Essa emenda, que modificou o artigo 173 da Constituição Federal - incidente sobre as empresas públicas, de sociedade de economia mista e de suas subsidiárias - passou a exigir que a lei disponha sobre o procedimento licitatório e de contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública destas pessoas jurídicas de direito público interno. Não obstante, Supremo Tribunal Federal (STF) tem conferido decisões liminares à petroleira a fim de manter o modelo simplificado, e há mais de 10 anos tramita perante o tribunal processo que determinará se a estatal pode ou não celebrar contratos à margem da Lei de Licitações.

Estamos em um momento histórico grave, em que é preciso fazer escolhas. Não podemos nos dar ao luxo de continuar bancando um procedimento como esse, que resultou em inequívocos efeitos colaterais perversos. Não restam dúvidas, contudo, que as empresas estatais e de economia mista merecem um tratamento normativo diferenciado para regulação de suas relações com os seus fornecedores de obras e serviços em razão da agilidade exigida pelas atividades econômicas que desenvolvem. Esta necessidade, aliás, já é contemplada pela previsão trazida no artigo 173 da Constituição Federal, que exige deste Poder Legislativo a produção de Lei Especial voltada para a especialidade destas pessoas da Administração Pública Indireta.

É o que urge.

Frisamos que a Petrobras é a única das empresas tidas como estatal que possui um regime próprio de contratação para obras e serviços. A submissão da Petrobras ao regime da Lei nº 8.666/93, até que se produza instrumento normativo mais adequado às suas especificidades, não prejudica, por outro lado, sua atuação no mercado internacional do petróleo já que as normas relativas à licitação de obras e serviços não incidem na realização de suas parcerias para exploração de sua atividade econômica eis que reguladas no corpo da Lei nº 9.478/97.

Por todas essas razões, peço o apoio dos nobres pares para aprovação deste Decreto Legislativo, de sorte a sustar os efeitos do Decreto nº 2.735, de 24 de agosto de 1998, expedido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, assim reestabelecendo a competência legislativa usurpada do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador **RICARDO FERRAÇO**

5
LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 2.745, DE 24 DE AGOSTO DE 1998.

Aprova o Regulamento do Procedimento
Licitação Simplificado da Petróleo Brasileiro
S.A. - PETROBRÁS previsto no art . 67 da
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento do Procedimento Licitação Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRÁS, na forma do [Anexo deste Decreto](#).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Raimundo Brito

Este texto não substitui o publicado no DOU de 25.8.1998

ANEXO

REGULAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO SIMPLIFICADO
DA PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 Este Regulamento, editado nos termos da [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), e do [art. 173, § 1º, da Constituição](#), com a redação dada pela Emenda nº 19, de 4 de junho de 1998, disciplina o procedimento licitatório

a ser realizado pela PETROBRÁS, para contratação de obras, serviços, compras e alienações.

- 1.2 A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a realização da obra, serviço ou fornecimento pretendido pela PETROBRÁS e será processada e julgada com observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da igualdade, bem como da vinculação ao instrumento convocatório, da economicidade, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- 1.3 Nenhuma obra ou serviço será licitado sem a aprovação do projeto básico respectivo, com a definição das características, referências e demais elementos necessários ao perfeito entendimento, pelos interessados, dos trabalhos a realizar, nem contratado, sem a provisão dos recursos financeiros suficientes para sua execução e conclusão integral.
- 1.3.1 Quando for o caso, deverão ser adotadas, antes da licitação, as providências para a indispensável liberação, utilização, ocupação, aquisição ou desapropriação dos bens, necessários à execução da obra ou serviço a contratar.
- 1.4 Nenhuma compra será feita sem a adequada especificação do seu objeto e indicação dos recursos financeiros necessários ao pagamento.
- 1.4.1 As compras realizadas pela PETROBRÁS deverão ter como balizadores:
 - a) o princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnica e de desempenho, observadas, quando for o caso,

- as condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas;
- b) condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; e
- c) definição das unidades e quantidades em função do consumo e utilização prováveis.

- 1.5 Estarão impedidos de participar de licitações na PETROBRÁS firma ou consórcio de firmas entre cujos dirigentes, sócios detentores de mais de dez por cento do Capital Social, responsáveis técnicos, bem assim das respectivas subcontratadas, haja alguém que seja Diretor ou empregado da PETROBRÁS.
- 1.6 Ressalvada a hipótese de contratação global (turn - key), não poderá concorrer à licitação para execução de obra ou serviço de engenharia pessoa física ou empresa que haja participado da elaboração do projeto básico ou executivo.
- 1.6.1 É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere o item anterior, na licitação de obra ou serviço ou na sua execução, como consultor técnico, exclusivamente a serviço da PETROBRÁS.
- 1.7 O ato de convocação da licitação conterà, sempre, disposição assegurando à PETROBRÁS o direito de, antes da assinatura do contrato correspondente, revogar a licitação, ou, ainda, recusar a adjudicação a firma que, em contratação anterior, tenha revelado incapacidade técnica, administrativa ou financeira, a critério exclusivo da PETROBRÁS, sem que disso decorra, para os participantes, direito a reclamação ou indenização de qualquer espécie.

- 1.8 No processamento das licitações é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos convocatórios, cláusulas ou condições que:
- a) restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação;
 - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes.
- 1.8.1 A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis a todos os interessados os atos de seu procedimento.
- 1.9 Sempre que economicamente recomendável, a PETROBRÁS poderá utilizar-se da contratação integrada, compreendendo realização de projeto básico e/ou detalhamento, realização de obras e serviços, montagem, execução de testes, pré-operação e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, com a solidez e segurança especificadas.
- 1.10 Sempre que reconhecida na prática comercial, e sua não utilização importar perda de competitividade empresarial, a PETROBRÁS poderá valer-se de mecanismos seguros de transmissão de dados à distância, para fechamento de contratos vinculados às suas atividades finalísticas, devendo manter registros dos entendimentos e tratativas realizados e arquivar as propostas recebidas, para fins de sua análise pelos órgãos internos e externos de controle.
- 1.11 Com o objetivo de compor suas propostas para participar de licitações que precedam as concessões de que trata a [Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997](#), a PETROBRÁS poderá assinar pré-contratos, mediante expedição de cartas-convite, assegurando preços e compromissos de fornecimento de bens ou serviços.

- 1.11.1 Os pré-contratos conterão cláusula resolutiva de pleno direito, sem penalidade ou indenização, a ser exercida pela PETROBRÁS no caso de outro licitante ser declarado vencedor, e serão submetidos à apreciação posterior dos órgãos de controle externo e de fiscalização.

CAPÍTULO II

DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DA LICITAÇÃO

2.1

A licitação poderá ser dispensada nas seguintes hipóteses:

- a) nos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública;
- b) nos casos de emergência, quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens;
- c) quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a PETROBRÁS, mantidas, neste caso, as condições preestabelecidas;
- d) quando a operação envolver concessionário de serviço público e o objeto do contrato for pertinente ao da concessão;
- e) quando as propostas de licitação anterior tiverem consignado preços manifestamente superiores aos praticados no mercado, ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos estatais incumbidos do controle oficial de preços;
- f) quando a operação envolver exclusivamente subsidiárias ou controladas da PETROBRÁS, para aquisição de bens ou serviços a preços compatíveis com os praticados no mercado, bem como com pessoas jurídicas de direito público interno, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações ou ainda aquelas sujeitas ao seu controle majoritário, exceto se houver empresas privadas que possam prestar ou fornecer os mesmos bens e serviços, hipótese em que todos ficarão sujeitos a licitação; e quando a operação entre as pessoas antes referidas objetivar o fornecimento de bens ou serviços sujeitos a preço fixo ou tarifa, estipuladas pelo Poder Público;

10

g) para a compra de materiais, equipamentos ou gêneros padronizados por órgão oficial, quando não for possível estabelecer critério objetivo para o julgamento das propostas;

h) para a aquisição de peças e sobressalentes ao fabricante do equipamento a que se destinam, de forma a manter a garantia técnica vigente do mesmo;

i) na contratação de remanescentes de obra, serviço ou fornecimento, desde que aceitas as mesmas condições do licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido e mediante ampla consulta a empresas do ramo, participantes ou não da licitação anterior;

j) na contratação de instituições brasileiras, sem fins lucrativos, incumbidas regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, da integração de portadores de deficiência física, ou programas baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente ([Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990](#)), desde que detenham inquestionável reputação ético-profissional;

k) para aquisição de hortifrútegues e gêneros perecíveis, bem como de bens e serviços a serem prestados aos navios petroleiros e embarcações, quando em estada eventual de curta duração em portos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo ou movimentação operacional, e para equipes sísmicas terrestres.

2.2

A dispensa de licitação dependerá de exposição de motivos do titular da unidade administrativa interessada na contratação da obra, serviço ou compra em que sejam detalhadamente esclarecidos:

a) a caracterização das circunstâncias de fato justificadoras do pedido;

b) o dispositivo deste Regulamento aplicável à hipótese;

c) as razões da escolha da firma ou pessoa física a ser contratada;

d) a justificativa do preço de contratação e a sua adequação ao mercado e à estimativa de custo da PETROBRÁS.

2.3

É inexigível a licitação, quando houver inviabilidade fática ou jurídica de competição, em especial:

a) para a compra de materiais, equipamentos ou gêneros que possam ser fornecidos

11

por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

b) para a contratação de serviços técnicos a seguir enumerados exemplificadamente, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização:

- estudos técnicos, planejamento e projetos básicos ou executivos;
- pareceres, perícias e avaliações em geral;
- assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras;
- fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, em especial os negócios jurídicos atinentes a oportunidades de negócio, financiamentos, patrocínio, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por regras de direito privado face as peculiaridades de mercado;
- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

c) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

d) para a obtenção de licenciamento de uso de software com o detentor de sua titularidade autoral, sem distribuidores, representantes comerciais, ou com um destes na hipótese de exclusividade, comprovada esta por documento hábil;

e) para a contratação de serviços ou aquisição de bens, em situações atípicas de mercado em que, comprovadamente, a realização do procedimento licitatório não seja hábil a atender ao princípio da economicidade;

f) no caso de transferência de tecnologia, desde que caracterizada a necessidade e essencialidade da tecnologia em aquisição;

g) para a compra ou locação de imóvel destinado ao serviço da PETROBRÁS, cujas características de instalação ou localização condicionem a sua escolha;

h) para a formação de parcerias, consórcios e outras formas associativas de natureza contratual, objetivando o desempenho de atividades compreendidas no

12

objeto social da PETROBRÁS;

i) para a celebração de "contratos de aliança", assim considerados aqueles que objetivem a soma de esforços entre empresas, para gerenciamento conjunto de empreendimentos, compreendendo o planejamento, a administração, os serviços de procura, construção civil, montagem, pré-operação, comissionamento e partida de unidades, mediante o estabelecimento de preços "meta" e "teto", para efeito de bônus e penalidades, em função desses preços, dos prazos e do desempenho verificado;

j) para a comercialização de produtos decorrentes da exploração e produção de hidrocarbonetos, gás natural e seus derivados, de produtos de indústrias químicas, para importação, exportação e troca desses produtos, seu transporte, beneficiamento e armazenamento, bem como para a proteção de privilégios industriais e para operações bancárias e creditícias necessárias à manutenção de participação da PETROBRÁS no mercado;

k) nos casos de competitividade mercadológica, em que a contratação deva ser iminente, por motivo de alteração de programação, desde que comprovadamente não haja tempo hábil para a realização do procedimento licitatório, justificados o preço da contratação e as razões técnicas da alteração de programação;

l) na aquisição de bens e equipamentos destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico aplicáveis às atividades da PETROBRÁS.

2.3.1

Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

2.3.2

Considera-se como produtor, firma ou representante comercial exclusivo, aquele que seja o único a explorar, legalmente, a atividade no local da contratação, ou no território nacional, ou o único inscrito no registro cadastral de licitantes da PETROBRÁS, conforme envolva a operação custo estimado nos limites de convite, concorrência ou tomada de preços.

2.4

A Diretoria da PETROBRÁS definirá, em ato específico, as competências para os

13

atos de dispensa de licitação.

2.5

Os casos de dispensa (item 2.1) e de inexigibilidade (item 2.3) de licitação deverão ser comunicados pelo responsável da unidade competente à autoridade superior, dentro dos cinco dias seguintes ao ato respectivo, devendo constar da documentação a caracterização da situação justificadora da contratação direta, conforme o caso, a razão da escolha do fornecedor ou prestador de serviço e a justificativa do preço.

CAPÍTULO III

MODALIDADES, TIPOS E LIMITES DE LICITAÇÃO

3.1 São modalidades de licitação:

- a) A CONCORRÊNCIA
- b) A TOMADA DE PREÇOS
- c) O CONVITE
- d) O CONCURSO
- e) O LEILÃO

3.1.1 CONCORRÊNCIA - é a modalidade de licitação em que será admitida a participação de qualquer interessado que reúna as condições exigidas no edital.

3.1.2 TOMADA DE PREÇOS - é a modalidade de licitação entre pessoas, físicas ou jurídicas previamente cadastradas e classificadas na PETROBRÁS, no ramo pertinente ao objeto.

3.1.3 CONVITE - é a modalidade de licitação entre pessoas físicas ou jurídicas, do ramo pertinente ao objeto, em número mínimo de três, inscritas ou não no registro cadastral de licitantes da PETROBRÁS.

3.1.4 CONCURSO - é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para escolha de trabalho técnico ou artístico, mediante a instituição de prêmios aos vencedores.

3.1.5 LEILÃO - é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados, para a alienação de bens do ativo permanente da PETROBRÁS, a quem oferecer maior lance, igual ou superior ao da avaliação.

3.2 De acordo com a complexibilidade e especialização da obra, serviço ou fornecimento a ser contratado, as licitações poderão ser dos seguintes tipos:

a) DE MELHOR PREÇO - quando não haja fatores especiais de ordem técnica que devam ser ponderados e o critério de julgamento indicar que a melhor proposta será a que implicar o menor dispêndio para a PETROBRÁS, ou o maior pagamento, no caso de alienação, observada a ponderação dos fatores indicados no ato de convocação, conforme subitem 6.10;

b) DE TÉCNICA E PREÇO - que será utilizada sempre que fatores especiais de ordem técnica, tais como segurança, operatividade e qualidade da obra, serviço ou fornecimento, devam guardar relação com os preços ofertados;

c) DE MELHOR TÉCNICA - que será utilizada para contratação de obras, serviços ou fornecimentos em que a qualidade técnica seja preponderante sobre o preço.

3.2.1 O tipo da licitação será indicado pela unidade requisitante interessada e constará, sempre, do edital ou carta-convite.

3.2.2 Nos casos de utilização de licitação de Técnica e Preço e de Melhor Técnica, a unidade administrativa interessada indicará os requisitos de técnica a serem atendidos pelos licitantes na realização da obra ou serviço ou fornecimento do material ou equipamento.

3.3 Para a escolha da modalidade de licitação serão levados em conta, dentre outros, os seguintes fatores:

a) necessidade de atingimento do segmento industrial, comercial ou de negócios

15

correspondente à obra, serviço ou fornecimento a ser contratado;

b) participação ampla dos detentores da capacitação, especialidade ou conhecimento pretendidos;

c) satisfação dos prazos ou características especiais da contratação;

d) garantia e segurança dos bens e serviços a serem oferecidos;

1. velocidade de decisão, eficiência e presteza da operação industrial, comercial ou de negócios pretendida;

f) peculiaridades da atividade e do mercado de petróleo;

g) busca de padrões internacionais de qualidade e produtividade e aumento da eficiência;

h) desempenho, qualidade e confiabilidade exigidos para os materiais e equipamentos;

i) conhecimento do mercado fornecedor de materiais e equipamentos específicos da indústria de petróleo, permanentemente qualificados por mecanismos que verifiquem e certifiquem suas instalações, procedimentos e sistemas de qualidade, quando exigíveis.

3.4 Sempre que razões técnicas determinarem o fracionamento de obra ou serviço em duas ou mais partes, será escolhida a modalidade de licitação que regeria a totalidade da obra ou serviço.

3.5 Obras ou serviços correlatos e vinculados entre si serão agrupados e licitados sob a modalidade correspondente ao conjunto a ser contratado.

3.6 Nos casos em que a licitação deva ser realizada sob a modalidade de convite, o titular da unidade administrativa responsável poderá, sempre que julgar conveniente, determinar a utilização da concorrência.

CAPÍTULO IV

16

REGISTRO CADASTRAL, PRÉ-QUALIFICAÇÃO
E HABILITAÇÃO DE LICITANTES

- 4.1 A PETROBRÁS manterá registro cadastral de empresas interessadas na realização de obras, serviços ou fornecimentos para a Companhia.
- 4.1.1 Para efeito da organização e manutenção do Cadastro de Licitantes, a PETROBRÁS publicará, periodicamente, aviso de chamamento das empresas interessadas, indicando a documentação a ser apresentada, que deverá comprovar:
- a) habilitação jurídica;
 - b) capacidade técnica, genérica, específica e operacional;
 - c) qualificação econômico-financeira;
 - d) regularidade fiscal.
- 4.2 As firmas cadastradas serão classificadas por grupos, segundo a sua especialidade.
- 4.3 Os registros cadastrais serão atualizados periodicamente, pelo menos uma vez por ano.
- 4.4 Os critérios para a classificação das firmas cadastradas serão fixados por Comissão integrada por técnicos das áreas interessadas, indicados pelos respectivos diretores e designados pelo Presidente da PETROBRÁS e serão estabelecidos em norma específica, aprovada pela Diretoria.
- 4.5 Feita a classificação, o resultado será comunicado ao interessado, que poderá pedir reconsideração, desde que a requeira, no prazo de cinco dias, apresentando novos elementos, atestados ou outras informações que justifiquem a classificação pretendida.

- 4.5.1 Decorrido o prazo do subitem anterior, a unidade administrativa encarregada do Cadastro expedirá o Certificado de Registro e Classificação, que terá validade de doze meses.
- 4.6 Qualquer pessoa, que conheça fatos que afetem a inscrição e classificação das firmas executoras de obras e serviços ou fornecedoras de materiais e equipamentos, poderá impugnar, a qualquer tempo, total ou parcialmente, o registro, desde que apresente à unidade de Cadastro as razões da impugnação.
- 4.7 A inscrição no registro cadastral de licitantes da PETROBRÁS poderá ser suspensa quando a firma:
- a) faltar ao cumprimento de condições ou normas legais ou contratuais;
 - b) apresentar, na execução de contrato celebrado com a PETROBRÁS, desempenho considerado insuficiente;
 - c) tiver títulos protestados ou executados;
 - d) tiver requerida a sua falência ou concordata, ou, ainda, decretada esta última;
 - e) deixar de renovar, no prazo que lhe for fixado, documentos com prazo de validade vencido, ou deixar de justificar, por escrito, a não participação na licitação para a qual tenha sido convidada.
- 4.8 A inscrição será cancelada:
- a) por decretação de falência, dissolução ou liquidação da firma;
 - b) quando ocorrer declaração de inidoneidade da firma;
 - c) pela prática de qualquer ato ilícito;
 - d) a requerimento do interessado;

- 4.9 A suspensão da inscrição será feita pela unidade encarregada do Cadastro, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer unidade da PETROBRÁS. O cancelamento da inscrição será determinado por qualquer Diretor, ou pela Diretoria da PETROBRÁS no caso da letra " b " do subitem anterior, com base em justificativa da unidade administrativa interessada.
- 4.9.1 O ato de suspensão, ou de cancelamento, que será comunicado, por escrito, pela unidade encarregada do Cadastro, fixará o prazo de vigência e as condições que deverão ser atendidas pela firma, para restabelecimento da inscrição.
- 4.9.2 A firma que tiver suspensa a inscrição cadastral não poderá celebrar contratos com a PETROBRÁS, nem obter adjudicação de obra, serviço ou fornecimento, enquanto durar a suspensão. Entretanto, poderá a PETROBRÁS exigir, para manutenção do contrato em execução, que a firma ofereça caução de garantia satisfatória.
- 4.10 Para o fim de participar de licitação cujo ato de convocação expressamente o permita, admitir-se-á a inscrição de pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consórcio, sendo, porém, vedado a um consorciado, na mesma licitação, também concorrer isoladamente ou por intermédio de outro consórcio.
- 4.10.1 As pessoas físicas ou jurídicas consorciadas instruirão o seu pedido de inscrição com prova de compromisso de constituição do consórcio, mediante instrumento, do qual deverão constar, em cláusulas próprias:
- a) a designação do representante legal do consórcio;
 - b) composição do consórcio;
 - c) objetivo da consorciação;
 - d) compromissos e obrigações dos consorciados, dentre os quais o de que cada consorciado responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordem fiscal e administrativa pertinentes ao objeto da licitação, até a conclusão final dos trabalhos que vierem a ser contratados com consórcio;
 - e) declaração expressa de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados sob o consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, à

eventual contratação;

f) compromisso de que o consórcio não terá sua composição ou constituição alteradas ou, sob qualquer forma, modificadas, sem prévia e expressa anuência, escrita, da PETROBRÁS, até a conclusão integral dos trabalhos que vierem a ser contratados;

g) compromissos e obrigações de cada um dos consorciados, individualmente, em relação ao objeto de licitação.

4.10.2A capacidade técnica e financeira do consórcio, para atender às exigências da licitação, será definida pelo somatório da capacidade de seus componentes.

4.10.3Nos consórcios integrados por empresas nacionais e estrangeiras serão obedecidas as diretrizes estabelecidas pelos órgãos governamentais competentes, cabendo, sempre, a brasileiros a representação legal do consórcio.

4.10.4Não se aplicará a proibição constante da letra " f " do subitem 4.10.1 quando as empresas consorciadas decidirem fundir-se em uma só, que as suceda para todos os efeitos legais.

4.10.5Aplicar-se-ão aos consórcios, no que cabíveis, as disposições deste Regulamento, inclusive no tocante ao cadastramento e habilitação de licitantes.

4.10.6O Certificado do Registro do Consórcio será expedido com a finalidade exclusiva de permitir a participação na licitação indicada no pedido de inscrição.

4.10.7O edital de licitação poderá fixar a quantidade máxima de firmas por consórcios e estabelecerá prazo para que o compromisso de consorciação seja substituído pelo contrato de constituição definitiva do consórcio, na forma do disposto no [art. 279 da Lei nº 6.404 de 15/12/76](#), sob pena de cancelamento da eventual adjudicação.

4.11 A PETROBRÁS poderá promover a pré-qualificação de empresas para verificação prévia da habilitação jurídica, capacidade técnica, qualificação econômico-

20

financeira e regularidade fiscal, com vista à participação dessas empresas em certames futuros e específicos.

4.11.1 O edital de chamamento indicará, além da(s) obra(s), serviço(s) ou fornecimento(s) a ser(em) contratado(s), os requisitos para a pré-qualificação e o seu prazo de validade.

4.11.2 Uma vez pré-qualificadas, a convocação das empresas interessadas será feita de forma simplificada, mediante carta-convite.

4.12 O Certificado fornecido aos cadastrados substituirá os documentos exigidos para as licitações processadas dentro do seu prazo de validade, ficando, porém, assegurado à PETROBRÁS o direito de estabelecer novas exigências, bem como comprovação da capacidade operativa atual da empresa, compatível com o objeto a ser contratado.

CAPÍTULO V

PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1 As licitações da PETROBRÁS serão processadas por Comissões Permanentes ou Especiais, designadas pela Diretoria ou, mediante delegação desta, pelo titular da unidade administrativa interessada.

5.1.1 O procedimento da licitação será iniciado com o ato do titular da unidade administrativa interessada, que deverá indicar o objeto a ser licitado, prazo para a execução da obra, serviço ou fornecimento desejado, bem como os recursos orçamentários aprovados ou previstos nos programas plurianuais correspondentes.

5.1.2 Quando for o caso, o pedido de licitação deverá vir acompanhado do ato de designação da Comissão Especial que a processará.

5.2 O pedido de licitação deverá conter, dentre outros, os seguintes elementos:

I - NO CASO DE OBRA OU SERVIÇO:

- a) descrição das características básicas e das especificações dos trabalhos a serem contratados;
- b) indicação do prazo máximo previsto para a conclusão dos trabalhos;
- c) indicação do custo estimado para a execução, cujo orçamento deverá ser anexado ao pedido;
- d) indicação da fonte de recursos para a contratação;
- e) requisitos de capital, qualificação técnica e capacitação econômico-financeira a serem satisfeitos pelas firmas interessadas na participação;
- f) local e unidade administrativa onde poderão ser obtidos, pelos interessados, elementos e esclarecimentos complementares sobre a obra ou serviço, bem como o preço de aquisição das especificações técnicas, plantas e demais elementos da licitação.

II - NO CASO DE COMPRA:

- a) descrição das características técnicas do material ou equipamento a ser adquirido;
- b) indicação da fonte de recursos para a aquisição;
- c) indicação, quando for o caso, dos requisitos de capacitação econômico-financeira, qualificação e tradição técnica a serem satisfeitos pelos fornecedores interessados;
- d) indicação ou requisitos de qualidade técnica exigidos para o material ou equipamento a ser fornecido;
- e) preço de aquisição das especificações técnicas e demais documentos da licitação, quando for o caso.

5.2.1 Quando exigido como requisito para a participação, o capital social mínimo não será superior a dez por cento do valor estimado para a contratação.

5.2.2 A Comissão de Licitação poderá solicitar da unidade administrativa requisitante quaisquer elementos e informações que entender necessários para a elaboração do edital ou carta-convite da licitação. A Comissão restituirá à unidade requisitante o pedido de licitação que não contiver os elementos indicados no subitem anterior, bem assim os que não forem complementares com os dados e informações adicionais requisitados.

5.3 As licitações serão convocadas mediante edital assinado e feito publicar pelo titular da unidade administrativa interessada, ou através de carta-convite expedida pela Comissão de Licitação ou por servidor especialmente designado.

5.3.1 Na elaboração do edital deverão ser levados em conta, além das condições e exigências técnicas e econômico-financeiras requeridas para a participação, os seguintes princípios básicos de licitação:

- a) igualdade de oportunidade e de tratamento a todos os interessados na licitação;
- b) publicidade e amplo acesso dos interessados às informações e trâmites do procedimento licitatório;
- c) fixação de critérios objetivos para o julgamento da habilitação dos interessados e para avaliação e classificação das propostas.

5.4 A concorrência será convocada por Aviso publicado, pelo menos uma vez, no Diário Oficial da União e em jornal de circulação nacional, com antecedência mínima de trinta dias da data designada para apresentação de propostas.

5.4.1 O aviso de convocação indicará, de forma resumida, o objeto da concorrência, os requisitos para a participação, a data e o local de apresentação das propostas e o local onde poderão ser adquiridos o edital e os demais documentos da licitação.

5.4.2 O edital da concorrência deverá conter o número de ordem em série anual, a sigla da unidade administrativa interessada, a finalidade da licitação, a menção de que será regida por esta Norma e, mais, as seguintes indicações:

- a) o objeto da licitação, perfeitamente caracterizado e definido, conforme o caso, pelo respectivo projeto, normas e demais elementos técnicos pertinentes, bastantes para permitir a exata compreensão dos trabalhos a executar ou do fornecimento a fazer;
- b) as condições de participação e a relação dos documentos exigidos para a habilitação dos licitantes e seus eventuais sub-contratados, os quais serão relativos, exclusivamente, à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal;
- c) o local, dia e horário em que serão recebidas a documentação de habilitação preliminar e as propostas e o local, dia e hora em que serão abertas as propostas;
- d) o critério que será adotado no julgamento das propostas;
- e) o local e a unidade administrativa onde os interessados poderão obter informações e esclarecimentos e cópias dos projetos, plantas, desenhos, instruções, especificações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto da licitação;
- f) a natureza e o valor da garantia de propostas, quando exigida;
- g) o prazo máximo para cumprimento do objeto da licitação;
- h) as condições de reajustamento dos preços, quando previsto;
- i) a declaração de que os trabalhos, ou fornecimento deverão ser realizados segundo as condições estabelecidas em contrato, cuja minuta acompanhará o edital;
- j) as condições de apresentação das propostas, número de vias e exigências de serem datilografadas e assinadas pelo proponente, sem emendas ou rasuras, com a indicação do respectivo endereço;
- k) as condições para aceitação de empresas associadas em consórcio e para eventual subcontratação;
- l) esclarecimento de que a PETROBRÁS poderá, antes da assinatura do contrato,

24

desistir da concorrência, sem que disso resulte qualquer direito para os licitantes;

m) prazo de validade das propostas;

n) outras informações que a unidade requisitante da licitação julgar necessária.

5.4.3 Nas concorrências haverá, sempre, uma fase inicial de habilitação preliminar, destinada à verificação da plena qualificação das firmas interessadas. Para a habilitação preliminar os interessados apresentarão os documentos indicados no edital, além do comprovante de garantia de manutenção da proposta, quando exigida.

5.4.4 A habilitação preliminar antecederá a abertura das propostas e a sua apreciação competirá à Comissão de Licitação.

5.4.5 O edital da concorrência poderá dispensar as firmas inscritas no cadastro da PETROBRÁS e de órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, da apresentação dos documentos de regularidade jurídico-fiscal exigidos para a habilitação, desde que exibido o Certificado de registro, respectivo.

5.4.6 Quando prevista no edital, a exigência de capital mínimo integralizado e realizado, ou de patrimônio líquido, não poderá exceder de dez por cento do valor estimado da contratação.

5.4.7 Mediante despacho fundamentado, a Diretoria poderá autorizar a redução do prazo de publicação do edital, para, no mínimo, vinte dias, quando essa providência for considerada necessária pela urgência da contratação.

5.5 A tomada de preços será convocada por Aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de circulação nacional, com a antecedência mínima de quinze dias da data designada para recebimento das propostas.

5.5.1 O edital de tomada de preços conterá, além dos requisitos do subitem anterior, que

forem cabíveis, as seguintes indicações mínimas:

- a) a descrição detalhada do objeto da licitação, as especificações e demais elementos indispensáveis ao perfeito conhecimento, pelos interessados, dos trabalhos que serão executados, ou dos materiais ou equipamentos a serem fornecidos;
- b) o local, data e horário em que serão recebidas as propostas e as condições da apresentação destas;
- c) a informação de que somente poderão participar da licitação firmas já inscritas no registro cadastral de licitantes da PETROBRÁS;
- d) especificação da forma e o valor da garantia de proposta, quando exigida, e indicação do local e a unidade administrativa da PETROBRÁS onde os interessados obterão informações complementares, cópias das especificações, plantas, desenhos, instruções e demais elementos sobre o objeto da licitação;
- e) o critério de julgamento das propostas, com o esclarecimento de que a PETROBRÁS poderá, antes da assinatura do contrato, revogar a licitação, sem que disso resulte qualquer direito para os licitantes.

5.5.2 Mediante despacho fundamentado, o Diretor da área a que estiver afeta a licitação poderá autorizar a redução do prazo de publicação do edital, para dez dias, quando essa providência for considerada necessasária pela urgência da contratação.

5.6 O convite será convocado por carta expedida pelo Presidente da Comissão de licitação ou pelo servidor especialmente designado, às firmas indicadas no pedido da licitação, em número mínimo de três, selecionadas pela unidade requisitante dentre as do ramo pertinente ao objeto, inscritos ou não no registro cadastral de licitantes da PETROBRÁS.

5.6.1 A carta-convite será entregue, aos interessados, contra recibo, com antecedência mínima de três dias antes da data fixada para a apresentação das propostas. A carta-convite será acompanhada das características e demais elementos técnicos da licitação e deverá conter as indicações mínimas, necessárias à elaboração das propostas.

- 5.6.2 A cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, a convocação será estendida a, pelo menos, mais uma firma, dentre as cadastradas e classificadas no ramo pertinente.

CAPÍTULO VI

JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES

- 6.1 As licitações serão processadas e julgadas com a observância do seguinte procedimento:
- a) abertura dos envelopes contendo a documentação relativa à habilitação, e sua apreciação;
 - b) devolução dos envelopes fechados aos licitantes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação;
 - c) abertura dos envelopes contendo as propostas dos licitantes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
 - d) verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
 - e) classificação das propostas e elaboração do Relatório de Julgamento;
 - f) aprovação do resultado e adjudicação do objeto ao vencedor.
- 6.2 A abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e as propostas, será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.
- 6.3 Todos os documentos de habilitação e propostas serão rubricados pelos licitantes e pela Comissão de Licitação.

- 6.4 O disposto no item 6.1 aplica-se, no que couber, ao leilão e ao convite.
- 6.5 O concurso será processado com a observância do procedimento previsto no respectivo instrumento convocatório.
- 6.6 Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, não cabe desclassificá-las por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 6.7 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
- 6.8 Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- 6.9 É assegurado a todos os participantes do procedimento licitatório o direito de recurso, na forma estabelecida no [Capítulo IX deste Regulamento](#).
- 6.10 O critério de julgamento das propostas constará, obrigatoriamente, do edital ou carta-convite. Na sua fixação levar-se-ão em conta, dentre outras condições expressamente indicadas no ato de convocação, os fatores de qualidade e rendimento da obra ou serviço ou do material ou equipamento a ser fornecido, os prazos de execução ou de entrega, os preços e as condições de pagamento.
- 6.11 A Comissão fará a análise, avaliação e classificação das propostas rigorosamente de conformidade com o critério estabelecido no ato de convocação, desclassificando as que não satisfizeram, total ou parcialmente, às exigências prefixadas.

- 6.12 Não serão levadas em conta vantagens não previstas no edital ou carta-convite, nem ofertas de redução sobre a proposta mais barata.
- 6.13 No caso de discordância entre os preços unitários e os totais resultantes de cada item da planilha, prevalecerão os primeiros; ocorrendo discordância entre os valores numéricos e os por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 6.14 Na falta de outro critério expressamente estabelecido no ato de convocação, observado o disposto no subitem anterior, a licitação será julgada com base no menor preço ofertado, assim considerado aquele que representar o menor dispêndio para a PETROBRÁS.
- 6.15 Na avaliação das propostas, para efeito da classificação, a Comissão levará em conta todos os aspectos de que possa resultar vantagem para a PETROBRÁS, observado o disposto no subitem 6.25.
- 6.16 As propostas serão classificadas por ordem decrescente dos valores ofertados, a partir da mais vantajosa.
- 6.17 Verificando-se absoluta igualdade entre duas ou mais propostas, a Comissão designará dia e hora para que os licitantes empatados apresentem novas ofertas de preços; se nenhum deles puder, ou quiser, formular nova proposta, ou caso se verifique novo empate, a licitação será decidida por sorteio entre os igualados.
- 6.18 Em igualdade de condições, as propostas de licitantes nacionais terão preferência sobre as dos estrangeiros.
- 6.19 Nas licitações de MELHOR PREÇO será declarada vencedora a proponente que, havendo atendido às exigências de prazo de execução ou de entrega e às demais condições gerais estabelecidas no ato de convocação, ofertar o menor valor global para a realização da obra ou serviço, assim considerado aquele que implicar o menor dispêndio para a PETROBRÁS, ou o maior pagamento, no caso de

alienação.

6.20 Nas licitações de TÉCNICA E PREÇO e MELHOR TÉCNICA o julgamento das propostas será feito em duas etapas.

6.20.1 Na primeira, a Comissão fará a análise das propostas com base nos fatores de avaliação previamente fixados no edital, tais como: qualidade, rendimento, assistência técnica e treinamento, prazo e cronograma de execução, técnica e metodologia de execução, tradição técnica da firma, equipamentos da firma, tipo e prazo da garantia de qualidade oferecida, podendo solicitar dos licitantes as informações e esclarecimentos complementares que considerar necessários, vedada qualquer alteração das condições já oferecidas.

6.20.2 Concluída a avaliação das propostas técnicas, a Comissão convocará os licitantes, por escrito, e, no dia, hora e local designados, em sessão pública, divulgará o resultado da 1ª etapa do julgamento e proclamará as propostas classificadas tecnicamente. Após a leitura do Relatório Técnico, o Presidente da Comissão prestará aos licitantes os esclarecimentos e justificativas que forem solicitados. As indagações dos licitantes e os esclarecimentos prestados pelo Presidente constarão da ata da sessão. Em seguida, o Presidente da Comissão fará a abertura dos envelopes das propostas financeiras, cujos documentos serão lidos e rubricados pelos membros da Comissão e pelos licitantes. Serão restituídos, fechados, aos respectivos prepostos, os envelopes de preços dos licitantes cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas.

6.20.3 O Presidente da Comissão não fará a abertura dos envelopes de preços das firmas cujas propostas técnicas tenham sido objeto de impugnação, salvo se, decidida, de plano, a improcedência desta, o impugnante declarar, para ficar consignado na ata, que aceita a decisão da Comissão e renuncia a recurso ou reclamação futura sobre o assunto.

6.20.4 Também não serão abertos, permanecendo em poder da Comissão, os envelopes de preços das firmas cujas propostas técnicas tenham sido desclassificadas e que consignarem em ata o propósito de recorrer contra tal decisão, bem assim os daquelas contra as quais tenha sido impugnada a classificação, até a decisão final sobre o recurso ou impugnação.

6.20.5 O resultado da avaliação das propostas técnicas constará de RELATÓRIO TÉCNICO, no qual deverão ser detalhadamente indicados:

a) as propostas consideradas adequadas às exigências de ordem técnica da licitação;

b) as razões justificadoras de eventuais desclassificações.

6.20.6 Na segunda etapa do julgamento, a Comissão avaliará os preços e sua adequação à estimativa da PETROBRÁS para a contratação, bem assim as condições econômico-financeiras ofertados pelos licitantes e fará a classificação final segundo a ordem decrescente dos valores globais, ou por item do pedido, quando se tratar de licitação de compra.

6.21 Nas licitações de TÉCNICA E PREÇO será proclamada vencedora da licitação a firma que tiver ofertado o melhor preço global para a realização da obra ou serviço, ou o melhor preço final por item do fornecimento a ser contratado, desde que atendidas todas as exigências econômico-financeiras estabelecidas no edital.

6.22 Nas licitações de MELHOR TÉCNICA será proclamada vencedora a firma que obtiver a melhor classificação técnica, desde que atendidas as condições econômico-financeiras estabelecidas no edital. Entretanto, o edital conterá, sempre, a ressalva de que a PETROBRÁS poderá recusar a adjudicação, quando o preço da proposta for considerado incompatível com a estimativa de custo da contratação.

6.23 Qualquer que seja o tipo ou modalidade da licitação, poderá a Comissão, uma vez definido o resultado do julgamento, negociar com a firma vencedora ou, sucessivamente, com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação, melhores e mais vantajosas condições para a PETROBRÁS. A negociação será feita, sempre, por escrito e as novas condições dela resultantes passarão a integrar a proposta e o contrato subsequente.

6.24 O resultado das licitações, qualquer que seja o tipo ou modalidade, constará do RELATÓRIO DE JULGAMENTO, circunstanciado, assinado pelos membros da Comissão, no qual serão referidos, resumidamente, os pareceres técnicos dos

órgãos porventura consultados.

- 6.25 No Relatório de Julgamento a Comissão indicará, detalhadamente, as razões da classificação ou desclassificação das propostas, segundo os fatores considerados no critério pré-estabelecido, justificando, sempre, quando a proposta de menor preço não for a escolhida.
- 6.26 Concluído o julgamento, a Comissão comunicará, por escrito, o resultado aos licitantes, franqueando-lhes, e a qualquer interessado que o requeira por escrito, o acesso às informações sobre a tramitação e resultado da licitação.
- 6.27 Decorrido o prazo de recurso, ou decidido este, o Relatório de Julgamento será encaminhado pelo Presidente da Comissão ao titular do órgão interessado, para aprovação e adjudicação.
 - 6.27.1 O titular da unidade competente para a aprovação poderá converter o julgamento em diligência, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.
 - 6.27.2 Mediante decisão fundamentada, a autoridade competente para a aprovação anulará, total ou parcialmente, a licitação, quando ficar comprovada irregularidade ou ilegalidade no seu processamento.
- 6.28 Os editais e cartas-convites conterão, sempre, a ressalva de que a PETROBRÁS poderá, mediante decisão fundamentada da autoridade competente para a homologação do julgamento, revogar a licitação, a qualquer tempo, antes da formalização do respectivo contrato, para atender a razões de conveniência administrativa, bem como anular o procedimento, se constatada irregularidade ou ilegalidade, sem que disso resulte, para os licitantes, direito a reclamação ou indenização.
- 6.29 As licitações vinculadas a financiamentos contratados pela PETROBRÁS com organismos internacionais serão processadas com observância do disposto nas recomendações contidas nos respectivos Contratos de Empréstimos, e nas instruções específicas dos órgãos federais competentes, aplicando-se,

subsidiariamente, as disposições deste Regulamento.

- 6.30 Os editais para essas licitações indicarão os requisitos a serem atendidos pelas firmas estrangeiras eventualmente interessadas na participação.

CAPÍTULO VII

CONTRATAÇÃO

- 7.1 A execução de obras e serviços e a aquisição ou alienação de materiais, na PETROBRÁS, serão contratados com o concorrente classificado em primeiro lugar na licitação correspondente, ressalvados os casos de dispensa desta, estabelecidos neste Regulamento.

- 7.1.1 Os contratos da PETROBRÁS reger-se-ão pelas normas de direito privado e pelo princípio da autonomia da vontade, ressalvados os casos especiais, obedecerão a minutas padronizadas, elaboradas com a orientação do órgão jurídico e aprovadas pela Diretoria.

- 7.1.2 As minutas dos contratos e dos respectivos aditamentos serão previamente analisadas pelo órgão jurídico da PETROBRÁS, na forma do disposto nas normas operacionais internas.

- 7.1.3 Os contratos deverão estabelecer, com clareza e precisão, os direitos, obrigações e responsabilidades das partes e conterão cláusulas específicas sobre:

- a) a qualificação das partes;
- b) o objeto e seus elementos característicos;
- c) a forma de execução do objeto;
- d) o preço, as condições de faturamento e de pagamento e, quando for o caso, os critérios de reajustamento;
- e) os prazos de início, de conclusão, de entrega, de garantia e de recebimento do

objeto do contrato, conforme o caso;

f) as responsabilidades das partes;

g) as que fixem as quantidades e o valor da multa;

h) a forma de inspeção ou de fiscalização pela PETROBRÁS;

i) as condições referentes ao recebimento do material, obra ou serviço;

j) as responsabilidades por tributos ou contribuições;

k) os casos de rescisão;

l) o valor do contrato e a origem dos recursos;

m) a forma de solução dos conflitos, o foro do contrato e, quando necessário, a lei aplicável;

n) estipulação assegurando à PETROBRÁS o direito de, mediante retenção de pagamentos, ressarcir-se de quantias que lhes sejam devidas pela firma contratada, quaisquer que sejam a natureza e origem desses débitos.

7 1.4A Diretoria Executiva definirá, em ato interno específico, as competências para a assinatura dos contratos celebrados pela PETROBRÁS.

7.2 Os contratos regidos por este Regulamento poderão ser alterados, mediante acordo entre as partes, principalmente nos seguintes casos:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a alteração do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observado, quanto aos acréscimos, o limite de vinte e cinco por cento do valor atualizado do contrato;

c) quando conveniente a substituição de garantia de cumprimento das obrigações contratuais;

d) quando necessária a modificação do regime ou modo de realização do contrato,

em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

e) quando seja comprovadamente necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, respeitado o valor do contrato.

7.3 A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei, além da aplicação ao contratado das seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PETROBRÁS, por prazo não superior a dois anos;

d) proibição de participar de licitação na PETROBRÁS, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a pena.

7.3.1 Constituem motivo, dentre outros, para rescisão do contrato:

a) o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

b) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

c) a lentidão no seu cumprimento, levando a PETROBRÁS a presumir a não-conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

d) o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

e) a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à PETROBRÁS;

f) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital e no contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução

deste;

g) o desatendimento das determinações regulares do preposto da PETROBRÁS designado para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

h) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas em registro próprio;

i) a decretação da falência, o deferimento da concordata, ou a instauração de insolvência civil;

j) a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

k) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo da PETROBRÁS, prejudique a execução da obra ou serviço;

l) o protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão de fundos, que caracterizem insolvência do contratado;

m) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da PETROBRÁS por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;

n) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

7.3.2 A rescisão acarretará as seguintes consequências imediatas:

a) execução da garantia contratual, para ressarcimento, à PETROBRÁS, dos valores das multas aplicadas e de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à PETROBRÁS.

7.4 O contrato poderá estabelecer que a decretação da concordata implicará a rescisão de pleno direito, salvo quando a firma contratada prestar caução suficiente, a critério da PETROBRÁS, para garantir o cumprimento das obrigações contratuais.

CAPÍTULO VIII

LICITAÇÃO PARA ALIENAÇÃO DE BENS

8.1 Observado o disposto no Estatuto Social, a alienação de bens do ativo permanente, devidamente justificada, será sempre precedida de avaliação e licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

- a) dação em pagamento, quando o credor consentir em receber bens móveis ou imóveis em substituição à prestação que lhe é devida;
- b) doação, exclusivamente para bens inservíveis ou na hipótese de calamidade pública;
- c) permuta;
- d) venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica;
- e) venda de títulos, na forma da legislação pertinente.

8.2 A alienação será efetuada mediante leilão público, ou concorrência, quando se tratar de imóveis, segundo as condições definidas pela Diretoria Executiva, indicadas no respectivo edital, previamente publicado.

CAPÍTULO IX

RECURSOS PROCESSUAIS

9.1 Qualquer interessado, prejudicado por ato de habilitação, classificação ou julgamento, praticado pela Comissão de Licitação, ou por representante autorizado da PETROBRÁS, em função deste Regulamento, poderá recorrer, mediante:

- a) Pedido de Reconsideração;
- b) Recurso Hierárquico.

9.1.1 O Pedido de Reconsideração será formulado em requerimento escrito e assinado pelo interessado, dirigido à Comissão de Licitação ou à unidade responsável pelo

ato impugnado e deverá conter:

- a) a identificação do recorrente e das demais pessoas afetadas pelo ato impugnado;
- b) a indicação do processo licitatório ou administrativo em que o ato tenha sido praticado;
- c) as razões que fundamentam o pedido de reconsideração, com a indicação do dispositivo deste Regulamento ou, quando for o caso, da legislação subsidiariamente aplicável.

9.1.2 O Pedido de Reconsideração será apresentado no protocolo local da PETROBRÁS, instruído com os documentos de prova de que dispuser o recorrente. Quando assinado por procurador, deverá vir acompanhado do correspondente instrumento do mandato, salvo quando este já constar do processo respectivo.

9.1.3 Mediante o pagamento do custo correspondente, a parte poderá requerer cópias das peças do processo da licitação, ou de quaisquer outros documentos indispensáveis à instrução do recurso.

9.1.4 Quando o interessado o requerer, o Pedido de Reconsideração poderá converter-se em Recurso Hierárquico, na hipótese de indeferimento da Comissão de Licitação ou da unidade administrativa à qual tenha sido dirigido.

9.1.5 O Recurso Hierárquico, formulado com observância do disposto no subitem 9.1.1, será dirigido à unidade administrativa imediatamente superior àquela responsável pelo ato impugnado.

9.1.6 Quando se referir a ato praticado em processo de licitação, o requerimento do Recurso Hierárquico será apresentado, através do protocolo local da PETROBRÁS, à Comissão de Licitação, que o encaminhará a unidade administrativa competente, com as informações justificativas do ato praticado, caso decida mantê-lo.

9.1.7 Interposto o recurso hierárquico, a Comissão de Licitação comunicará aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo comum de cinco dias úteis.

- 9.1.8A Comissão de Licitação, ou a unidade administrativa responsável pelo ato impugnado, decidirá sobre o Pedido de Reconsideração no prazo de três dias úteis, contados do término do prazo para impugnação e, em igual prazo, comunicará o resultado ao interessado, ou encaminhará o processo ao superior hierárquico, na hipótese prevista no subitem 9.1.4.
- 9.1.9O Recurso Hierárquico será decidido pela unidade administrativa competente no prazo de cinco dias úteis, contados da data em que receber, devidamente instruído, o processo respectivo.
- 9.2 É de cinco dias corridos, contados da data de comunicação do ato impugnado, o prazo para formulação do Pedido de Reconsideração e do Recurso Hierárquico.
- 9.2.1 Quando se tratar de ato divulgado em sessão pública do procedimento licitatório, o prazo para recorrer contar-se-á da data da realização da sessão.
- 9.2.2 Nos demais processos vinculados a esta Norma, o prazo para recorrer contar-se-á da data em que a parte tomar conhecimento do ato.
- 9.2.3 Quando o recurso se referir ao resultado final da licitação, o prazo de recurso será contado da data da notificação do resultado, feita pela Comissão de Licitação aos interessados.
- 9.2.4 Na contagem do prazo de recurso excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, prorrogando-se este para o primeiro dia útil, quando recair em dia em que não haja expediente na PETROBRÁS.
- 9.3 Os recursos terão efeito apenas devolutivo. Entretanto, quando se referirem à habilitação de recorrentes, ou ao resultado da avaliação e classificação de propostas, os recursos acarretarão a suspensão do procedimento licitatório, mas apenas em relação à firma, ou a proposta, atingida pelo recurso.

9.3.1 A seu exclusivo critério, a autoridade competente para apreciar o recurso poderá suspender o curso do processo, quando isso se tornar recomendável, em face da relevância dos aspectos questionados pelo recorrente.

9.3.2 A parte poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso interposto. Responderá, entretanto, perante a PETROBRÁS, pelos prejuízos que, porventura, decorram da interposição de recurso meramente protelatório.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

10.1 A disciplina estabelecida neste Regulamento poderá ser complementada, quanto aos aspectos operacionais, por ato interno da Diretoria Executiva da PETROBRÁS, previamente publicado no Diário Oficial da União, inclusive quanto à fixação das multas a que se refere a alínea " g " do subitem 7.1.3.

10.2 Quando da edição da lei a que se refere o [§ 1º do art. 173 da Constituição](#), com a redação dada pela [Emenda nº 19, de 4 de junho de 1998](#), o procedimento licitatório disciplinado neste Regulamento deverá ser revisto, naquilo que conflitar com a nova lei.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 3/12/2014

2ª PARTE - DELIBERATIVA

5

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de
Emenda à Constituição nº 24, de 2012, que
*institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da
Segurança Pública.*



RELATOR: Senador **AÉCIO NEVES**

I – RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 24, de 2012, que tem como primeiro signatário o Senador João Capiberibe, e cujo objetivo está transcrito na ementa.

A proposição possui cinco artigos. O art. 1º acrescenta um artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para instituir, no âmbito do Poder Executivo, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar federal, já estabelecendo algumas de suas características.

O art. 2º define as fontes de recursos que comporão o fundo, enquanto o art. 3º estatui a destinação que será dada a esses recursos e determina parâmetros a serem seguidos na sua repartição entre os entes federados.

O art. 4º altera o inciso IV do art. 167 da Carta Política, adequando-o aos ditames que se pretende estabelecer com a proposição.

O art. 5º define a vigência da norma para um ano após a sua promulgação.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, I e II, “c”, c/c o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e mérito da matéria.

Por ser apoiada por mais de um terço dos membros do Senado Federal, a legitimidade da iniciativa para a propositura da PEC nº 24, de 2012, encontra fundamento constitucional no inciso I do art. 60 da Constituição Federal (CF).

A proposição em exame não vulnera cláusula pétrea da Lei Magna, tampouco conflita com disposição do Regimento Interno do Senado. Outrossim, não vige no País intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Portanto, pode ser objeto de deliberação pelo Poder Legislativo.

Sob o aspecto da técnica legislativa, no geral, a PEC está adequadamente redigida, seguindo os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Contudo, avaliamos necessários alguns ajustes, cuja natureza e extensão impõem a proposição de um texto substitutivo.

Antes de tratarmos das questões objeto das inafastáveis adaptações, louvamos a iniciativa do Senador Capiberibe. Consideramos a proposição de indiscutível mérito e oportuna, razões pelas quais a apoiamos plenamente.

A observação mais importante que fazemos, e que é o cerne das alterações sugeridas, é quanto ao fato de o fundo proposto não ser temporário, indicando que não deva ser criado por meio de inclusão de dispositivos no ADCT. Daí propormos acréscimos ao texto permanente da Carta Política, no Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, Capítulo III – Segurança Pública.

III – VOTO



72425.21200

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, nos termos da seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CCJ – SUBSTITUTIVA

Dê-se à Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, a seguinte redação:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE
2012**

Institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição da República, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 144-A, 144-B e 144-C:

“**Art. 144-A.** É instituído, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, regulado por lei complementar e cujo objetivo é o aprimoramento das atividades de segurança pública desempenhada pelos Estados e pelo Distrito Federal.



§ 1º O Fundo previsto neste artigo tem Conselho Consultivo e de Acompanhamento, do qual participam representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

§ 2º A execução financeira dos recursos deste Fundo é procedida mediante a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 3º A fiscalização deste Fundo compete ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal.”

“**Art. 144-B.** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública tem as seguintes fontes de receita:

I – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, IV, referente às indústrias de armamento e material bélico;

II – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 155, II, referente às indústrias de armamento e material bélico;

III – a parcela do imposto de que trata o art. 156, III, referente às empresas de segurança privada;

IV – a parcela do produto da arrecadação do imposto de que trata o art. 153, V, referente às instituições financeiras;

V – cinquenta por cento dos valores apurados em leilões judiciais de bens e mercadorias de origem ilícita, oriundas do crime em geral;

VI – dotações orçamentárias;

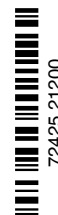
VII – doações que forem feitas em favor do Fundo;

VIII – outras receitas, a serem definidas na regulamentação do Fundo.

Parágrafo único. Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.”

“**Art. 144-C.** Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública destinam-se ao aparelhamento, remuneração, capacitação e integração dos órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Os critérios de distribuição do Fundo serão determinados em lei complementar, tendo como objetivo a melhoria das



72425.21200

condições de atuação dos órgãos de segurança pública dos Estados, devendo levar em consideração, entre outros, os seguintes aspectos:

I – os indicadores de violência em cada ente federado;

II – o percentual dos alunos matriculados na educação básica em relação à população do Estado;

III – o nível de aparelhamento e o quantitativo das forças de segurança pública estaduais frente ao tamanho das respectivas populações;

IV – as remunerações dos integrantes das corporações relacionadas nos incisos IV e V do art. 144, atribuindo valorização positiva às médias remuneratórias mais altas, tendente a destinar, por este parâmetro, mais recursos às unidades da Federação que melhor remunerem seus profissionais.

§ 2º Quando um Estado ou o Distrito Federal tiver parte de sua receita vinculada ao Fundo por força do inciso II do *caput* do art. 144-B, a parcela dos recursos do Fundo a que fará jus não poderá ser inferior ao valor com o qual contribuiu.

§ 3º Para os fins deste artigo, a Polícia Militar do Distrito Federal e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal são considerados órgãos de segurança pública do Distrito Federal.

§ 4º Nos casos de emprego das Forças Armadas em apoio às situações de segurança pública e ou em operações de garantia da lei e da ordem, haverá transferência de recursos para o Ministério da Defesa conforme as necessidades apresentadas.

§ 5º Os recursos do Fundo serão efetivamente vinculados no ano seguinte ao da aprovação da lei complementar prevista no §1º.”

Art. 2º O inciso IV do art. 167 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 167.**

IV – a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação integral da arrecadação do imposto previsto no art. 153, inciso VII, para o Fundo de Segurança Pública, a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às



72425.21200

operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor um ano após sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 2012

Institui o Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Segurança
Pública.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 1º. É instituído no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar, com o objetivo de viabilizar a melhoria das condições da Segurança Pública nos Estados da Federação

§1º - O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei.

§2º - A execução financeira dos recursos deste Fundo é procedida mediante a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal.

§3º - A fiscalização deste Fundo compete ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 2º. Compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública

I – a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Produto Industrializado das indústrias produtoras de armamento e material bélico;

II - a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias das indústrias produtoras de armamento e material bélico;

III – a parcela correspondente ao Imposto sobre Serviços das empresas de Segurança Privada;

IV- contribuição de 3% do lucro líquido das Instituições Bancárias e Financeiras;

V - dotações orçamentárias;

VI- doações, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do País ou do exterior;

VII - outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido Fundo.

§1º Aos recursos integrantes do Fundo de que trata este artigo não se aplica o disposto nos arts. 159 e 167, inciso IV, da Constituição, assim como qualquer desvinculação de recursos orçamentários.

§ 2º A parcela destinada ao Estado que teve sua receita vinculada ao Fundo não pode ser inferior ao que ele destinou a este nos termos do inciso II.

Art. 3º. Os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública destinam-se ao aparelhamento, capacitação e integração das forças de segurança pública dos estados.

§1º Os critérios de distribuição do Fundo serão determinados em Lei Complementar tendo como objetivo a melhoria das condições de atuação das forças policiais estaduais.

§ 2º Os critérios de distribuição do Fundo devem levar em consideração, entre outros estipulados na Lei Complementar, os indicadores de violência em cada ente federado, de capacitação e formação das polícias estaduais frente ao tamanho das populações e de alunos matriculados na educação básica.

§ 3º Os critérios de repartição dos recursos do Fundo deverão levar em consideração a remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados nos incisos IV e V do art. 144, de forma a destinar relativamente mais recursos às unidades da federação que melhor remuneram os servidores policiais.

§4º Os recursos do Fundo serão efetivamente vinculados no ano seguinte ao da aprovação da Lei Complementar prevista no parágrafo anterior.

Art. 4º. O inciso IV do art. 167 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a destinação integral da arrecadação do imposto previsto no art. 153, inciso VII, para o Fundo de Segurança Pública, a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (NR)''

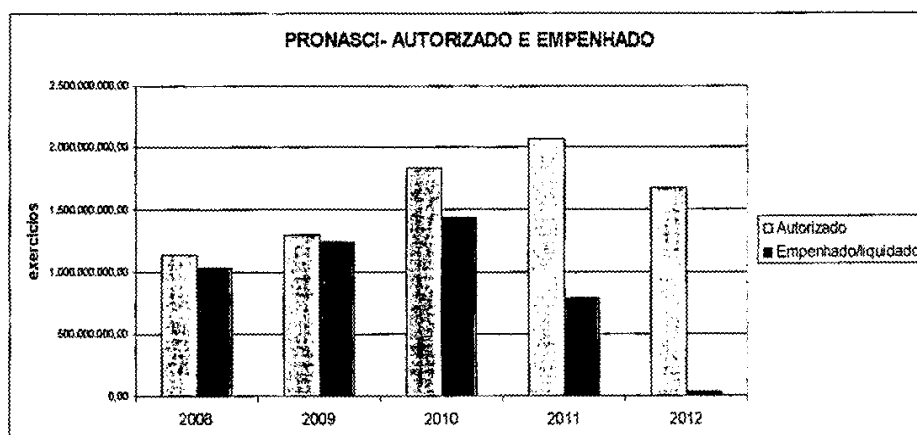
Art. 5º. Esta Lei entra em vigor um ano após sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta Proposta de Emenda Constitucional tem por objetivo criar as condições financeiras para melhoria da capacitação, equipamentos e instalações das forças policiais do País e, por meio indireto, liberar recursos dos estados para a instituição efetiva de um patamar remuneratório digno para as categorias de profissionais da Segurança Pública.

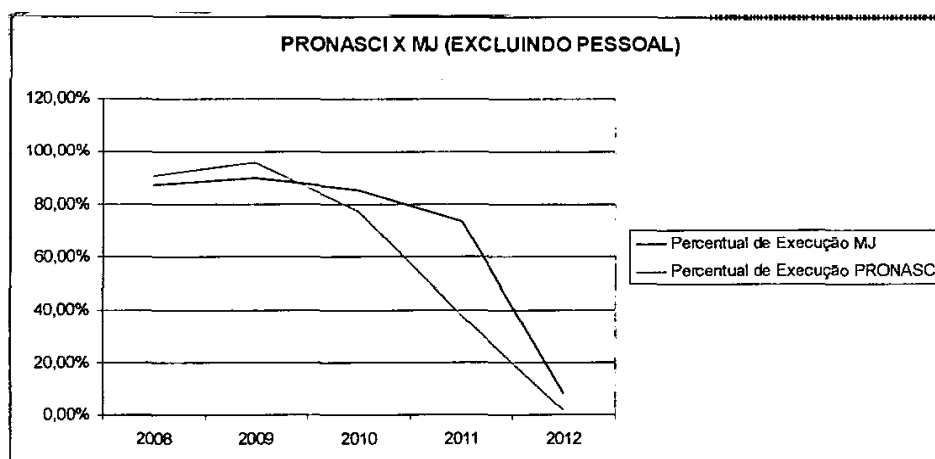
Torna-se necessário a constituição de fundo específico para segurança tendo em vista que os recursos destinados ao PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania) têm sofrido um grande decréscimo nos últimos dois anos. O PRONASCI tinha a característica de atuar de forma integral junto com os estados nas várias dimensões da Segurança Pública.

As variações de prioridades tornam claro uma alternância de prioridades de recursos federais alocados em grandes eventos (o que aconteceu no Pan-Americano e está acontecendo agora na Copa do Mundo e Olimpíadas) em detrimento de uma política permanente e consistente de alocação de recursos em segurança de uma forma mais ampla (como o PRONASCI previa).



FONTE: SIGA/Brasil

	2008	2009	2010	2011
Autorizado	1.132.388.087,00	1.294.435.149,00	1.835.045.037,00	2.064.904.474,00
Empenhado	1.026.111.285,17	1.237.820.419,19	1.425.745.793,89	783.900.680,37



FONTE: SIGA/Brasil

	2008	2009	2010	2011	2012*
Percentual de Execução MJ	87,55%	89,78%	85,33%	73,82%	8,48%
Percentual de Execução PRONASCI	90,61%	95,62%	77,69%	37,96%	1,73%

* dados até março/2012

A vinculação de recursos de impostos só pode ser feita mediante emenda constitucional, o que torna necessário a provação desta modalidade que altera o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, razão porque propomos a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública por meio desta Proposta de Emenda Constitucional

A lógica da vinculação dos recursos está centrada nas parcelas de impostos que são arrecadadas com as indústrias produtoras de armas e de material bélico, que em última análise, promovem a produção das armas que, em grande parte, são as tributárias da violência. Bem como o imposto de renda das instituições financeiras que tem uma grande capacidade de concentração de riquezas que, também, ao gerar desigualdade em grande quantidade promovem aumento da violência. Vinculamos, também, parcela de impostos arrecadados com a segurança privada que se beneficia do aumento da violência.

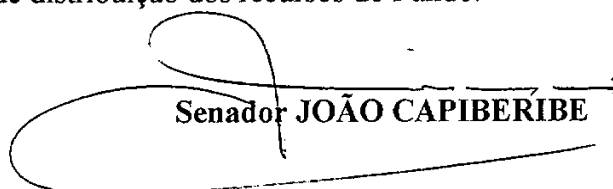
O imposto sobre grandes fortunas, apesar de previsto na Constituição, ainda não foi regulamentado por lei complementar, e, portanto, não pode ser arrecadado. A alíquota e base de cálculo desse imposto ainda não foram definidas. Propomos que a arrecadação do imposto sobre grandes fortunas seja vinculada a despesas na área de segurança pública.

O imposto de solidariedade sobre a fortuna (L'impôt de solidarité sur la fortune - ISF) é um imposto anual aplicado diretamente pelo Governo Francês sobre aqueles que possuam patrimônio superior a 1.3 milhão de Euros. De 1.3 milhão a 3 milhões de Euros a alíquota é de 0.25%, a partir de 3 milhões de Euros a alíquota é de 0.50% (Lei nº 2011-900, de 29 de julho de 2011). A França é o único país da União Européia a cobrar imposto sobre fortuna. Na Europa continental, Noruega e Lichtenstein possuem versões desse tipo de tributação, enquanto a Suíça tributa ao nível dos Cantões.

Também está previsto estrutura de controle social e fiscalização da aplicação dos recursos do fundo, bem como existência de Lei Complementar Federal que estipule as normas gerais de repartição dos recursos do Fundo, tendo por critérios mínimos os indicadores de violência em cada ente federado e da capacitação e formação das polícias estaduais.

Os critérios de repartição dos recursos do Fundo deverão levar em consideração a remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados nos incisos IV e V do art. 144, de forma a destinar relativamente mais recursos às unidades da federação que melhor remuneram os servidores policiais e que se dediquem a estimular e incentivar a matrícula dos alunos na educação básica.

Para respeitar o princípio da anualidade e permitir que os entes tenham um planejamento financeiro adequado é estabelecido um ano para adaptação da estrutura financeira após a aprovação da Lei que estipule os critérios de distribuição dos recursos do Fundo.



Senador JOÃO CAPIBERIBE

Instituto Fundo Nacional de
Desenvolvimento da Segurança
Pública.

1. Índice do Jato - Jussara
2. Christovan - Nink
3. CARIBALDI ALVES - Nink
4. Waldemar Moka - Nink
5. LEO OASSY - Nink
6. Pinto Nink
7. Redson Kellmberg - Nink
8. Ana Kucila (P/RS) - Nink
9. Carlos Maldonado - Nink
10. Alcides AQUATADADA
11. Berico Maggi - Nink
12. ~~_____~~ - Nink
13. Mario Couto - Nink
14. Maria da Immaculada - Nink
15. Edson Nink - Nink
16. Amílcar Nink (PI-TE) - Nink
17. Alcides Nink - Nink
18. Alcides Nink

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

.....

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

.....

VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

III - do produto da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico prevista no art. 177, § 4º, 29% (vinte e nove por cento) para os Estados e o Distrito Federal, distribuídos na forma da lei, observada a destinação a que se refere o inciso II, c, do referido parágrafo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 44, de 2004)

§ 1º - Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, excluir-se-á a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I.

§ 2º - A nenhuma unidade federada poderá ser destinada parcela superior a vinte por cento do montante a que se refere o inciso II, devendo o eventual excedente ser distribuído entre os demais participantes, mantido, em relação a esses, o critério de partilha nele estabelecido.

§ 3º - Os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem nos termos do inciso II, observados os critérios estabelecidos no art. 158, parágrafo único, I e II.

§ 4º Do montante de recursos de que trata o inciso III que cabe a cada Estado, vinte e cinco por cento serão destinados aos seus Municípios, na forma da lei a que se refere o mencionado inciso. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

.....

§ 4º - Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos nesta Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.

.....

§ 8º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 167. São vedados:

.....

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

.....

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no DSF, de 10/05/2012.

2ª PARTE - DELIBERATIVA

6



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 - Complementar, da Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.*

RELATOR: Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 - Complementar, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, tem o objetivo de alterar o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

Na Justificação da iniciativa são arrolados argumentos no sentido de que o seu objetivo é impedir a tramitação dos projetos de lei ditos meramente autorizativos, que se caracterizam pelo fato de pretenderem autorizar o Poder Executivo a adotar providências que a Constituição atribui ao âmbito de competência desse Poder.

Argumenta-se, ademais, que “opera contra o sucesso desse tipo de proposição a completa ausência de coercibilidade da lei que,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

porventura, frutificar. Não se admite lei inócua, mas é o que acontece quando se edita uma lei meramente autorizativa”.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a proposição em pauta, nos termos regimentais. Conforme a Constituição Federal (art. 59, parágrafo único), cabe a lei complementar dispor sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Nesse sentido, o Congresso Nacional tratou do assunto e aprovou a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas que orientam o processo legislativo.

Esta Lei tem prestado bons serviços ao Parlamento, pois hoje temos em vigor regras que facilitam e norteiam a elaboração dos diplomas legais.

A propósito, cabe recordar que a Lei Complementar nº 95, de 1998, se originou de projeto apresentado pelo Deputado Federal e também Constituinte Koyu Iha, que, após a promulgação da Constituição, procurou atuar para regulamentar e dar efetividade à nova Carta Magna.

No que se refere especificamente ao presente Projeto de Lei, de iniciativa da Senadora Gleisi Hoffmann, entendemos que vem no sentido do aperfeiçoamento da Lei Complementar nº 95, de 1998, ao propor incluir vedação ao uso, em proposições, de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

Com efeito, um dos consensos hoje existentes no Congresso Nacional reconhece a necessidade de tornar mais ágil o processo legislativo e a proposição que ora analisamos vai nesse sentido, ao adotar instrumento legal que deverá ser utilizado para inibir e no limite sustar os projetos de lei



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

que têm o objetivo de autorizar o Poder Executivo a adotar medidas que ele já tem a faculdade ou a obrigação de adotar, pois assim estabelecido pela Constituição Federal.

Na verdade, tais proposições, além de inconstitucionais terminam por caracterizar *capitis diminutio* do papel do Poder Legislativo, cuja função precípua não é a de sugerir ou recomendar medidas ou ações pontuais ao Executivo, mas sim a de aprovar políticas públicas substanciais, que vinculem e obriguem a toda a Administração Pública e a todos os Poderes.

Por outro lado, como referido na Justificação do presente projeto de lei, sugestões que qualquer Senador pretender fazer a autoridades públicas devem ser efetivadas mediante o instrumento da indicação, espécie de proposição adequada para tanto e que, inclusive, está sendo reformulada, para poder atender a esse fim, pela Comissão que está elaborando o projeto do novo regimento interno do Senado Federal.

A proposição nos oferece a oportunidade, também, de aperfeiçoar ainda mais a Lei Complementar nº 95, de 1998, para nela deixar expreso, na esteira do dispositivo que veda à lei conter matéria estranha ao seu objeto, determinação no sentido de que tal norma alcança as medidas provisórias, constituindo elemento de sua juridicidade. Para tanto, apresentamos a emenda respectiva.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 – Complementar e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, adotada a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1, CCJ



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

Acresça-se, ao art. 7º da Lei Complementar nº 95, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº 287, de 2011 - Complementar, o seguinte parágrafo único:

Art. 7º

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às medidas provisórias editadas pelo Presidente da República, e constitui elemento de sua juridicidade.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, DE 2011 (Complementar)

Altera o inciso II do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, para incluir vedação ao uso de dispositivos que autorizem o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do destinatário da autorização.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O inciso II no art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º**

.....

II – a lei não conterá:

a) matéria estranha ao seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

b) autorização para o exercício de competência que, por determinação constitucional, já é própria do seu destinatário;

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2

JUSTIFICAÇÃO

Infelizmente, é muito comum o hábito de parlamentares tentarem burlar o vício de iniciativa legislativa pela apresentação de projetos que “autorizam” poder, notadamente o Executivo, a tomar decisões que já são da sua competência constitucional.

Os projetos de lei de caráter meramente autorizativo originados no Congresso Nacional suscitam controvérsia viva e não pacificada. A nosso ver, trata-se de uma prática abominável e que emperra o processo legislativo, lotando a pauta de comissões com projetos inócuos e fadados ao arquivamento.

Nesta Casa legislativa há certa complacência com a prática, respaldada em interpretação, com a qual discordamos, consubstanciada no Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da lavra do saudoso Senador Josaphat Marinho.

O certo, contudo, é que a quase totalidade dos projetos autorizativos aprovados no Senado Federal não prospera, uma vez que, no âmbito da Câmara dos Deputados, o entendimento é diverso. Decide-se, lá, pela prejudicialidade dessas proposições, consideradas matéria prejulgada na sua Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde se firmou entendimento de que os projetos de lei autorizativos, em matéria que a Constituição não exige a concessão de autorização, encerram inconstitucionalidade. O item 1.1 da Súmula de Jurisprudência nº 1 da CCJ/CD, de 1994, apresenta o seguinte enunciado: “projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência, que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional”.

Igualmente, opera contra o sucesso desse tipo de proposição a completa ausência de coercibilidade da lei que, porventura, frutificar. Não se admite uma lei inócua, mas é o que acontece quando se edita uma lei meramente autorizativa. Não há o que impila a quem, por determinação da Carta Política, detenha a iniciativa da lei na matéria, a cumprir o comando autorizativo. Certo é que, concedida a simples autorização legislativa, não há nada que obrigue o seu destinatário. Ou seja, a lei nascerá letra morta.

As observações aqui feitas não se referem, obviamente, às situações em que o texto constitucional exige autorização de um poder a outro, como requisito de validade, para a prática de determinados atos. Por exemplo: o art. 49, II, exige autorização do Congresso Nacional para o Presidente da República declarar a guerra e para celebrar a paz. Tais situações são totalmente distintas dos casos em comento.

3

O objetivo da proposição, portanto, é pacificar a matéria e tornar clara a vedação, ajudando a limpar a pauta de projetos inócuos, que poderão ser sumariamente arquivados.

Vale lembrar ainda, em favor da aprovação da presente proposição, que já tramita no Senado Federal projeto de Resolução do eminente senador José Pimentel para dispor sobre a “Indicação”, proposição através da qual o senador poderá sugerir a outro Poder a adoção de providência, que – quando aprovado - atenderá plenamente ao que hoje se intenta mediante projetos de caráter “autorizativo”. Não é demais lembrar que o Regimento Interno da Câmara dos Deputados já contempla a “Indicação” entre as proposições de iniciativa dos Deputados Federais.

Convicta da relevância da proposição que apresento, peço o apoio dos nobres Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **GLEISI HOFFMANN**

4
LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição Federal, de 1988

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

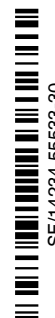
Publicado no **DSF**, em 20/04/2011

2ª PARTE - DELIBERATIVA

7

PARECER Nº , DE 2014

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**, em decisão terminativa, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014** (PL nº 3.193, de 2008, na Casa de origem), do Deputado Antônio Bulhões, que *“acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro”*.



SF/14234.55533-30

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº. 14, de 2014, de autoria do **Deputado ANTÔNIO BULHÕES**.

O projeto visa a alterar a Lei nº. 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, de maneira a garantir que as faixas de pedestre sejam indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.

O autor fundamenta a iniciativa citando os atropelamentos que ocorrem nas faixas de pedestre, notadamente à noite. Contribuem para isso a má iluminação das ruas e a redução de até trinta por cento da capacidade das pessoas em enxergar em condições de baixa visibilidade.

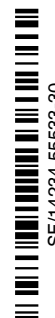
Conclui o autor que a indicação luminosa adequada das faixas de pedestre é condição essencial para contribuir com a redução de atropelamentos em faixas de pedestre no período noturno.

A proposição foi distribuída unicamente a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo-lhe decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 101 do Regimento Interno, compete à CCJ, entre outros assuntos, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias. Como esta é a única comissão a se posicionar acerca do tema, compete-lhe também opinar quanto ao mérito.

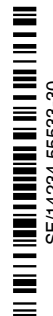
O projeto não possui vícios de constitucionalidade, pois a matéria de que trata se insere na competência da União para legislar privativamente sobre trânsito e transportes, como prevê o inciso XI do art. 22 da Constituição Federal, e não incide em qualquer das hipóteses de reserva de iniciativa em favor do Poder Executivo, previstas no § 1º do art. 61. Também não há vícios de juridicidade ou de regimentalidade.



Quanto ao mérito da proposição, associo-me às razões do autor. De fato, as más condições de visibilidade das ruas e avenidas contribuem para elevar o número de atropelamentos. A faixa de pedestre é o local adequado à travessia de pessoas, mas é preciso chamar a atenção dos condutores dos veículos da sua existência, de maneira que haja tempo suficiente para reduzir a velocidade ou parar o veículo. Quanto maior a atenção do condutor, maiores as condições de proporcionar uma travessia segura para os pedestres.

Por fim, em relação à técnica legislativa, entendemos que a redação do Projeto pode ser aperfeiçoada em alguns pontos. O primeiro deles refere-se aos termos “sinais luminosos” e “iluminação”. Não cabe à lei detalhar como será realizada a iluminação da faixa de pedestres, pois se trata de questão eminentemente técnica. Tais assuntos devem ser dispostos pelo Conselho Nacional de Trânsito, foro competente para a regulamentação das disposições do Código de Trânsito.

O segundo ponto refere-se a possível problema de interpretação da redação do parágrafo proposto, pois o texto sugerido é ambíguo. A primeira interpretação possível é de que os sinais luminosos serão instalados em todas as faixas de pedestre e, onde houver grande circulação de pessoas, deverá haver iluminação.



O segundo entendimento é de que apenas as faixas com grande circulação de pessoas deverão possuir sinais luminosos e iluminação.

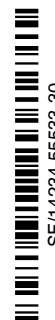
De todo modo, entendemos que todas as faixas de pedestre devam ser sinalizadas e iluminadas de forma a garantir uma travessia segura independentemente do horário, e de serem ou não de “grande circulação de pedestres”.

De fato, quando há justificativa técnica para existência da faixa, não cabe fazer distinção entre as mais e as menos seguras. Nesse sentido, entendemos que a própria exigência de “sinal luminoso” deixa de ter razão de ser, pois a própria iluminação destacada fará o papel de alertar aos motoristas acerca da travessia.

O terceiro e último ponto que entendemos necessário alterar diz respeito à ementa vazia do projeto, o que fere o disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis. A proposta, portanto, é que a ementa seja alterada para explicitar o objeto da lei.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade do PLC nº 14, de 2014, e, no mérito, por sua **APROVAÇÃO**, com alterações decorrentes das seguintes emendas:



EMENDA Nº - CCJ

Dê-se à proposta ementa do PLC nº 14, de 2014, a seguinte redação:

“Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para que as travessias de pedestre tenham iluminação adequada.”

EMENDA Nº - CCJ

Dê-se ao proposto parágrafo único do art. 85, da Lei nº 9.503, de 1997, conforme contido no art. 2º do PLC nº 14, de 2014, a seguinte redação:

“Art. 85.

Parágrafo único. O CONTRAN estabelecerá as condições mínimas de iluminação das travessias de que trata o *caput*, de forma a garantir a visualização dos pedestres a distâncias que permitam a parada segura dos veículos, independente da hora.” **(NR)**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/14234.55533-30



SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 14, DE 2014

(Nº 3.193/2008, na Casa de origem, do Deputado Antonio Bulhões)

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para que as faixas de pedestres demarcadas sejam indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.

Art. 2º O art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 85.

Parágrafo único. As faixas de pedestres demarcadas nas vias urbanas deverão ser indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.193, DE 2008

Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, para que as faixas de pedestres demarcadas sejam indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.

Art. 2º O art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 85

Parágrafo único. As faixas de pedestres demarcadas nas vias urbanas deverão ser indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A faixa de pedestres, cuja existência está prevista no Código de Trânsito Brasileiro, tem contribuído para reduzir o número de atropelamentos. Assim, ela tem cumprido não só o papel de salvar vidas, mas também o de reduzir os gastos públicos na área da saúde.

Apesar disso, durante a noite, ocorrem ainda muitos atropelamentos em ruas mal-iluminadas. Naturalmente alguns fatores contribuem para que a travessias nessas ruas se tornem mais perigosas, como a redução da capacidade das pessoas de enxergar em até 30% em condições de pouca luminosidade, e a perda de noção de distância e profundidade para os que têm miopia, astigmatismo, hipermetropia, catarata e glaucoma.

Segundo o especialista do Centro de Experimentação e Segurança Viária (Cesvi) e coordenador da pesquisa “Ver e ser visto”, José Antônio Oca, um carro a 60km/h precisa deslocar-se 43m antes de parar completamente. Se a velocidade for de 80km/h, a distância sobe para 65m. Isso levando-se em conta um motorista descansado, com boa visão, pneus e freios em excelente estado, pista

plana e seca. Logo, de noite, quando se tem naturalmente uma redução na capacidade da visão, uma sinalização luminosa indicando as faixas de pedestres e uma iluminação adequada nesses locais tornam-se essenciais para que os condutores de veículos enxerguem os pedestres a uma distância suficiente para frear o carro de forma a evitar um atropelamento.

Vale mencionar um levantamento do Detran divulgado no início do ano passado pelo Correio Braziliense, apontando que 45% dos acidentes com morte entre janeiro e setembro de 2006 ocorreram das 18h às 23h, sendo que os ciclistas e os pedestres foram as principais vítimas. Apesar de esses dados serem de Brasília, pode-se imaginar que, em outras cidades, a tendência também seja a mesma em locais de pouca iluminação.

É por essa razão que estamos apresentando este projeto de lei, que tem o objetivo de aumentar a segurança dos pedestres, na medida em que ele possibilitará aos motoristas enxergar melhor os pedestres, e vice-versa.

Peço, assim, o apoio dos nobres Colegas para a aprovação deste projeto, que pretende aperfeiçoar o Código de Trânsito Brasileiro para colocar mais vidas à salvo de atropelamentos.

Sala das Sessões, em 8 de abril de 2008.

Deputado ANTÔNIO BULHÕES

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....

Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Publicado no DSF, de 25/03/2014

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 11001/2014

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014 (nº 3.193, de 2008, na Casa de origem)

Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)	Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2014 (nº 3.193, de 2008, na Casa de origem)
	Acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
	Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafo único ao art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para que as faixas de pedestres demarcadas sejam indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.
	Art. 2º O art. 85 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
Art. 85. Os locais destinados pelo órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.	Art. 85.
	Parágrafo único. As faixas de pedestres demarcadas nas vias urbanas deverão ser indicadas por sinal luminoso e iluminadas em locais de grande circulação de pedestres.”(NR)
Art. 86. Os locais destinados a postos de gasolina, oficinas, estacionamentos ou garagens de uso coletivo deverão ter suas entradas e saídas devidamente identificadas, na forma regulamentada pelo CONTRAN.	
	Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

1



2ª PARTE - DELIBERATIVA

8

PARECER Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009, do Senador Cristovam Buarque, *que determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.*



SF/14822-72464-02

RELATORA: Senadora ÂNGELA PORTELA**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 532, de 2009, de autoria do Senador CRISTOVAM BUARQUE, *que determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.*

O projeto determina a inclusão do § 3º no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), prevendo que na definição do número de vagas para professores da rede pública de ensino, os órgãos correspondentes prevejam uma disponibilidade de profissionais no mínimo 5% superior ao exigido, para assegurar que não haja escassez de professores para substituir aqueles em programa de formação ou licença por causas previstas em lei.

O autor do projeto, em sua justificação, argumenta que a substituição dos professores nos diversos casos de afastamentos, concessões e licenças representa uma grande dificuldade para os sistemas públicos de ensino, causando grave prejuízo aos alunos.

A matéria foi examinada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que acolheu parecer de autoria do ilustre Senador GERSON CAMATA, favorável à proposição.

Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por força do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria e sobre ela emitir parecer.

No tocante à constitucionalidade da proposição, a matéria se estriba, no plano da competência material, no art. 23, V, da Lei Maior, que determina que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem perseguir o objetivo comum de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Com respeito à competência legislativa, o PLS nº 532, de 2009, tem o seu fundamento no art. 22, XXIV, da Constituição, que atribui à União, de forma privativa, competência para editar normas sobre diretrizes e bases da educação nacional. O art. 24, IX, por sua vez, atribui à União, aos Estados e ao Distrito Federal competência para legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

Não há reparos a fazer à matéria, nos aspectos de juridicidade e regimentalidade.

Quanto ao mérito, trata-se, sem dúvida, de providência das mais importantes, na direção de se buscar solução para o grave problema da falta de professores em exercício nas escolas públicas do país, conforme registrou a CE em seu parecer.

Impõe-se, entretanto, fazer alguns ajustes na proposição, nos aspectos formais e de redação.



SF/14822-72464-02

Inicialmente, é necessária a renumeração do dispositivo que se pretende incluir no art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, uma vez que, após a apresentação do PLS nº 532, de 2009, e seu exame pela CE, aquele artigo já recebeu um § 3º, introduzido pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que *altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências*.

Ademais, cabe alterar o comando do seu art. 1º, para adequá-lo à técnica legislativa.

Finalmente, parece-nos adequado promover uma alteração na redação do dispositivo que se pretende inserir na Lei nº 9.394, de 1996, para deixar mais explícito o seu objetivo, que é o de determinar que os sistemas de ensino manterão, em cada disciplina, professores em número excedente que corresponda, no mínimo, a cinco por cento da respectiva necessidade, destinados a substituir os profissionais afastados para aperfeiçoamento profissional ou por licenças previstas em lei. Dessa alteração, decorrerá a necessidade de se ajustar a ementa da proposta.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se à ementa do PLS nº 532, de 2009, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para estabelecer a obrigação de os sistemas de ensino manterem professores destinados a substituir os profissionais afastados para aperfeiçoamento profissional ou por licenças previstas em lei.”

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 532, de 2009, a seguinte redação:

“**Art. 1º** O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

‘**Art. 67.**
.....’

§ 4º Os sistemas de ensino manterão, em cada disciplina, professores em número excedente que corresponda, no mínimo, a cinco por cento da respectiva necessidade, destinados a substituir os profissionais afastados para aperfeiçoamento profissional ou por licenças previstas em lei.’ (NR)”



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 532, DE 2009

Determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Insira-se no art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o seguinte § 3º:

“Art. 67.

§ 3º Na definição do número de vagas para professores da rede pública de ensino, os órgãos correspondentes deverão prever uma disponibilidade de profissionais de no mínimo 5% a mais do que o exigido, como forma de assegurar que não haverá escassez de professores para substituir aqueles em programa de formação ou licença por causas previstas em lei. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2

JUSTIFICAÇÃO

Uma grande dificuldade enfrentada pelos sistemas públicos de ensino é a substituição imediata dos professores concursados nos diversos casos de afastamentos, concessões e licenças previstos em lei.

Em especial, quando se trata de períodos de poucos dias, os dirigentes das escolas públicas da educação básica não conseguem professores para substituir o titular, o que acarreta grave prejuízo aos alunos.

Este projeto de lei estabelece que os concursos públicos para magistério nos sistemas de ensino prevejam um banco de reserva por disciplina, a exemplo do que é feito em diversas áreas do setor público.

Na falta da dimensão precisa da demanda de professores substitutos, acreditamos que 5% das vagas por disciplina seja um número mínimo razoável.

Ademais, chamamos atenção ao fato de que a determinação legal começará a valer a partir dos concursos feitos após esta proposição converter-se em lei, permitindo que os sistemas de ensino preparem-se convenientemente para a criação desse banco de reserva de professores.

Dessa forma, contamos com o apoio dos senadores e senadoras desta Casa para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

*LEGISLAÇÃO CITADA***LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

3

Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

III - piso salarial profissional;

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

VI - condições adequadas de trabalho.

§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino. (Renumerado pela Lei nº 11.301, de 2006)

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, são consideradas funções de magistério as exercidas por professores e especialistas em educação no desempenho de atividades educativas, quando exercidas em estabelecimento de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as de direção de unidade escolar e as de coordenação e assessoramento pedagógico. (Incluído pela Lei nº 11.301, de 2006)

(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa)

Publicado no **DSF**, em 27/11/2009.

PARECER N° , DE 2010

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, ao Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009, do Senador Cristovam Buarque, que *determina que os concursos públicos para ingresso na carreira de magistério garantam a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas por disciplina.*

RELATOR: Senador **GERSON CAMATA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 532, de 2009, de autoria do Senador Cristovam Buarque, altera o art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O propósito dessa mudança é o de determinar que, na definição do número de vagas para professores da rede pública de ensino, haja previsão de no mínimo 5% a mais do que o exigido, como forma de assegurar que não haverá escassez de profissionais para substituir aqueles em programa de formação ou licença por causas previstas em lei.

A justificação do projeto destaca as dificuldades de substituição de professores, nos casos de afastamento, em prejuízo dos estudantes.

Após esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a proposição será apreciada, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

De início, cabe considerar que a matéria se enquadra nas competências desta

Comissão, nos termos do art. 102, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Os fundamentos do projeto em exame foram devidamente abordados por seu autor, na justificação. Com efeito, as escolas públicas de educação básica vêm sentindo os efeitos danosos da falta de professores, em grande parte decorrente de licenças. Ora, o cumprimento das prescrições curriculares depende de planejamento, o qual requer a observação do desenvolvimento dos respectivos conteúdos junto aos alunos. Portanto, desnecessário insistir sobre as consequências, para esse processo, da inexistência de profissionais para substituir os professores ausentes.

Cabe frisar que, nas redes públicas, é alarmante o aumento do contingente de professores em licença, por motivos de saúde, o que revela, em grande parte, ao menos, as condições difíceis em que esses profissionais trabalham.

O projeto prevê, assim, a criação de um banco de reserva por disciplina. A fixação do mínimo de 5% a mais de professores em disponibilidade é arbitrária, como admite o autor da iniciativa. Mas foi fixada de modo a não trazer exigências excessivas para as redes escolares públicas.

Ressalvadas eventuais reservas de natureza jurídica e constitucional pela análise da CCJ, a matéria contém méritos educacionais que nos levam ao seu acolhimento.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 532, de 2009.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova parecer favorável, de autoria do Senador Gerson Camata.

3

Sala da Comissão, em 11 de maio de 2010.

Senadora Fátima Cleide, Presidente

Senador Gerson Camata, Relator
3

2ª PARTE - DELIBERATIVA

9

PARECER Nº , DE 2012

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, de autoria do Senador EUNÍCIO OLIVEIRA, que *altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.*

RELATOR: Senador **RICARDO FERRAÇO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2011, tem por finalidade modificar o disposto no art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que trata da destinação dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

O art. 1º do projeto propõe destinar os recursos do FUNAD exclusivamente para *ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.*

O art. 2º prevê que a lei que resultar da eventual aprovação da proposição entrará em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

O art. 3º dá nova redação ao parágrafo único do referido art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, a fim de obrigar os órgãos receptores dos recursos do FUNAD a prestar anualmente contas de forma discriminada e pública sobre sua aplicação, conforme os objetivos previstos no *caput* do artigo.

Na justificação ao projeto, o autor destaca que:

Apesar de existir há um quarto de século, o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) continua a ser pouco efetivo em sua função primeira de prover recursos financeiros para o equacionamento da questão das drogas, sobretudo em relação à prevenção, considerada pela Política Nacional sobre Drogas como a “intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”.

Nesse sentido, apresentamos o presente projeto de lei, com a finalidade de garantir a aplicação integral dos recursos oriundos do Funad para fins de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional das pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.

O projeto foi distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que opinou pela aprovação do projeto, com emendas. Agora o projeto vem a esta Comissão e depois irá à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa da União, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre seguridade social, por qualquer de seus membros, nos termos do art. 22, XXIII, da Constituição Federal (CF).

No mérito, cabe salientar que o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que *cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas*

de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

A denominação de FUNCAB foi alterada para Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), de acordo com o art. 6º da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que *dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*, modificada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001.

O art. 2º da citada Lei nº 7.560, de 1986, dispõe sobre os recursos desse Fundo, com a seguinte redação:

Art. 2º Constituirão recursos do Funcab:

- I - dotações específicas estabelecidas no orçamento da União;
- II - doações de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras;
- III - recursos provenientes da alienação dos bens de que trata o art. 4º desta lei;
- IV - recursos provenientes de emolumentos e multas, arrecadados no controle e fiscalização de drogas e medicamentos controlados, bem como de produtos químicos utilizados no fabrico e transformação de drogas de abuso;
- V - recursos de outras origens, inclusive os provenientes de financiamentos externos e internos.
- VI - recursos oriundos do perdimento em favor da União dos bens, direitos e valores objeto do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, previsto no inciso I do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998

Parágrafo único. Os saldos verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte, a crédito do Funcab.

Atualmente, a destinação desses recursos é estabelecida pelo art. 5º da referida Lei nº 7.560, de 1986, com modificações trazidas pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, nº 9.804, de 30 de junho de 1999, e nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Não vislumbramos óbices na alteração do referido art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, pois os termos do PLS vão ao encontro do “Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas”, implantado por força do Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, com vistas à prevenção do uso ao tratamento e à reinserção de usuários e ao enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Segundo o governo federal, é previsto o investimento, até 2014, de um total de R\$ 4 bilhões nesse Plano Integrado. O dinheiro será aplicado em diversas ações de políticas públicas integradas, em diversos setores como saúde, educação, assistência social, segurança pública, educação, esporte, cultura, direitos humanos, juventude, em consonância com os pressupostos, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Drogas.

A assistência social desempenhará papel importante nesse Plano, pois terá como foco impedir agravamentos nos casos de dependência, desenvolver a autonomia individual do usuário, buscar alternativas para novos projetos de vida e auxiliar as famílias envolvidas.

Contudo, é preciso haver controle da destinação dos recursos financeiros que envolvem os serviços de atenção aos usuários ou dependentes de drogas ilícitas ou lícitas, para que não haja desperdício ou desvio desses recursos.

Dessa forma, entendemos apropriado o PLS, merecendo, entretanto, uma emenda substitutiva, para melhor esclarecimento de seus termos e adequação à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração e alteração das leis.

Convém que as emendas apresentadas pela CAE sejam mais bem efetivadas por emenda substitutiva, porque as alterações necessárias referem-se a toda estrutura do projeto, incluindo-se a sua ementa.

III – VOTO

Opinamos, por conseguinte, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, com a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA Nº – CCJ (SUBSTITUTIVO)**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, de 2011**

Altera o art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos do fundo de que trata esta Lei.

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Os recursos do fundo de que trata esta Lei serão exclusivamente destinados a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para:

I - prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas; e

II - tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.

Parágrafo único. Os órgãos receptores dos recursos tratados por este artigo ficam obrigados anualmente a fazer a prestação de contas discriminada e pública sobre sua aplicação, de acordo com os objetivos previstos no *caput* do artigo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

6

, Relator

6



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 304, DE 2011

Altera a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a destinação dos recursos provenientes de bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Os recursos do fundo de que trata esta Lei serão exclusivamente destinados a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Art. 3º O parágrafo único do art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Parágrafo único.** Os órgãos receptores dos recursos tratados por este artigo ficam obrigados anualmente a fazer a prestação de contas discriminada e pública sobre sua aplicação, de acordo com os objetivos previstos no *caput* do artigo.”

2

JUSTIFICAÇÃO

A Política Nacional sobre Drogas, aprovada pela Resolução nº3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005, estabeleceu como uma de suas diretrizes, “garantir a destinação dos recursos provenientes das arrecadações do Fundo Nacional Antidrogas [...] para tratamento, recuperação, reinserção social e ocupacional” [de pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas].

Esse fundo, instituído pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que *cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências*, é composto por recursos advindos da apropriação de bens e valores apreendidos em decorrência do crime do narcotráfico.

Apesar de existir há um quarto de século, o Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) continua a ser pouco efetivo em sua função primeira de prover recursos financeiros para o equacionamento da questão das drogas, sobretudo em relação à prevenção, considerada pela Política Nacional sobre Drogas como a “intervenção mais eficaz e de menor custo para a sociedade”.

Nesse sentido, apresentamos o presente projeto de lei, com a finalidade de garantir a aplicação integral dos recursos oriundos do Funad para fins de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional das pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.

Nossa intenção é corrigir a ausência histórica de políticas que promovam a saúde, o tratamento e a proteção social das pessoas que usam, abusam ou são dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, situando, assim, de forma definitiva, a questão das drogas como um problema de saúde pública

Sala das Sessões,

Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
(PMDB/CE)

3
LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.560, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

Vide Lei nº 9.240, de 1995.

Vide Medida Provisória nº 2.216-37.

Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.

Art. 5º Os recursos do Funcab serão destinados: (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

I - aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

II - aos programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

III - aos programas de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

IV - às organizações que desenvolvem atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

V - ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

VI - ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas; (Redação dada pela Lei nº 8.764, de 1993).

VII - aos custos de sua própria gestão e para o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de atribuições da SENAD; (Redação dada pela Lei nº 9.804, de 1999).

VIII - ao pagamento do resgate dos certificados de emissão do Tesouro Nacional que caucionaram recursos transferidos para a conta do FUNAD; (Incluído pela Lei nº 9.804, de 1999).

4

IX - ao custeio das despesas relativas ao cumprimento das atribuições e às ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, no combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei nº 9.613, de 1998, até o limite da disponibilidade da receita decorrente do inciso VI do art. 2º. (Incluído pela Lei nº 9.804, de 1999).

Parágrafo único. Observado o limite de quarenta por cento, e mediante convênios, serão destinados à Polícia Federal e às Polícias dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela apreensão a que se refere o art. 4º, no mínimo vinte por cento dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens. (Redação dada pela Lei nº 9.804, de 1999).

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 02/06/2011.

PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, de
autoria do Senador Eunício Oliveira, que *altera a Lei
nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, para dispor
sobre a destinação dos recursos provenientes de bens
apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico
ilícito de drogas ou atividades correlatas.*

RELATOR: Senador **CYRO MIRANDA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 304, de 2011, de autoria do Senador Eunício Oliveira, tem por finalidade modificar o disposto no art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que trata da destinação dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD).

O art. 1º do projeto propõe destinar os recursos do FUNAD exclusivamente para *ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.*

O art. 2º prevê que a lei que resultar da eventual aprovação da proposição entrará em vigor cento e oitenta dias após a data da sua publicação.

O art. 3º dá nova redação ao parágrafo único do referido art. 5º da Lei nº 7.560, de 1986, a fim de obrigar os órgãos receptores dos recursos do FUNAD a prestar anualmente contas de forma discriminada e pública sobre sua aplicação, conforme os objetivos previstos no *caput* do artigo.

Na justificação ao projeto, o autor assevera que sua intenção é corrigir uma ausência histórica de políticas que promovam a saúde, o tratamento

e a proteção social das pessoas que usam, abusam ou são dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, situando, assim, de forma definitiva, a questão das drogas como um problema de saúde pública.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS), cabendo a esta última decisão terminativa.

Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Constituição.

Não há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame. Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida. Tampouco se verifica vício de injuridicidade.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 99 do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente.

Acerca da técnica legislativa, conforme preceitua a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, propomos, por meio de emendas de redação, que os arts. 1º e 3º do PLS nº 304, de 2011, sejam aglutinados em um único artigo, a fim de tornar a proposição mais clara e concisa. Não há inclusão de matéria diversa do tema.

No mérito, a proposição representa uma bem-vinda guinada na destinação dos recursos do FUNAD, direcionando-os exclusivamente para a área da saúde pública.

De fato, o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso (FUNCAB) foi instituído, no âmbito do Ministério da Justiça,

pela Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, que *cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências*.

Posteriormente, sua denominação foi alterada para Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) e sua gestão transferida para a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por força da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que *dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*, modificada pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001.

Mais recentemente, o Decreto Presidencial nº 7.426, de 7 de janeiro de 2011, transferiu, novamente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (nova denominação da Secretaria Nacional Antidrogas), assim como a gestão do FUNAD, de volta para o Ministério da Justiça.

Nos termos da legislação vigente, os valores apreendidos em decorrência da prática do crime de tráfico de drogas devem ser revertidos diretamente ao FUNAD (art. 63, § 1º, da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006).

A destinação dos recursos do FUNAD, por seu turno, foi estabelecida já pelo art. 5º da referida Lei nº 7.560, de 1986, com modificações pelas Leis nº 8.764, de 20 de dezembro de 1993, e nº 9.804, de 30 de junho de 1999, que continua a disciplinar o tema, embora tenha havido alteração na denominação do Fundo:

Art. 5º Os recursos do Funcab serão destinados:

I – aos programas de formação profissional sobre educação, prevenção, tratamento, recuperação, repressão, controle e fiscalização do uso e tráfico de drogas;

II – aos programas de educação técnico-científica preventiva sobre o uso de drogas;

III – aos programas de esclarecimento ao público, incluídas campanhas educativas e de ação comunitária;

IV – às organizações que desenvolvam atividades específicas de tratamento e recuperação de usuários;

V – ao reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão ao uso e tráfico ilícito de drogas e produtos controlados;

VI – ao pagamento das cotas de participação a que o Brasil esteja obrigado como membro de organismos internacionais ou regionais que se dediquem às questões de drogas;

VII – aos custos de sua própria gestão e para o custeio de despesas decorrentes do cumprimento de atribuições da SENAD;

VIII – ao pagamento do resgate dos certificados de emissão do Tesouro Nacional que caucionarem recursos transferidos para a conta do FUNAD

IX – ao custeio das despesas relativas ao cumprimento das atribuições e às ações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, no combate aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei nº 9.613, de 1998, até o limite da disponibilidade da receita decorrente do inciso VI do art. 2º.

Parágrafo único. Observado o limite de quarenta por cento, e mediante convênios, serão destinados à Polícia Federal e às Polícias dos Estados e do Distrito Federal, responsáveis pela apreensão a que se refere o art. 4º, no mínimo vinte por cento dos recursos provenientes da alienação dos respectivos bens.

Como se vê acima, a aplicação dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas não se destina exclusivamente a ações de saúde, o que seria desejável, haja vista as drogas serem primordialmente um problema de saúde pública. Ao contrário, são verdadeiramente diluídos em um leque extremamente amplo de atividades, com a consequência óbvia de diminuição da eficiência geral e de cada uma delas.

Particularmente, entendemos que a presente proposição representa uma saudável mudança de foco no tratamento da questão, haja vista a constatação de que décadas de investimento prioritário em repressão não lograram êxito significativo no combate às mazelas do uso de drogas ilícitas. Ao contrário, atualmente, o que se tem é a constatação chocante da proliferação das “cracolândias” no coração de nossas cidades, com efeitos sociais devastadores.

Do ponto de vista estritamente econômico, acreditamos que a destinação integral dos recursos oriundos do FUNAD para fins de prevenção, tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional das pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, é uma opção de aplicação dos recursos públicos socialmente mais eficiente a longo prazo.

Os impressionantes contingentes de jovens, adultos e crianças completamente à mercê do vício são uma realidade por todo o País, seja nos

grandes centros urbanos ou nas antes pacatas zonas rurais. Urge que se tomem medidas radicais. O custo da inação só aumenta com o tempo.

III – VOTO

Assim, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CAE

(ao PLS nº 304, de 2011)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 5º da Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** Os recursos do fundo de que trata esta Lei serão exclusivamente destinados a ações e serviços públicos de saúde e de assistência social voltados a pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, para prevenção e redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de drogas e para tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional.

Parágrafo único. Os órgãos receptores dos recursos tratados por este artigo ficam obrigados anualmente a fazer a prestação de contas discriminada e pública sobre sua aplicação, de acordo com os objetivos previstos no *caput* do artigo.” (NR)

EMENDA Nº 2 – CAE

(ao PLS nº 304, de 2011)

Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2011.

Sala da Comissão, em 21 de dezembro de 2011.

, Presidente

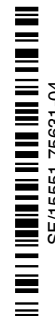
, Relator

2ª PARTE - DELIBERATIVA

10

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2015 (nº 7.027, de 2013, na origem), do Tribunal Superior Eleitoral, que *cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.*



RELATOR: Senador **JOSÉ MARANHÃO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 25, de 2015 (nº 7.027, de 2013, na origem), de autoria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que *cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.*

O art. 1º da proposição cria dois cargos efetivos para cada Zona Eleitoral e duas funções comissionadas, de níveis FC-1 e FC-6, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados.

O art. 2º do PLC transforma para o nível FC-6 as funções comissionadas de Chefe de Cartório das Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados.

O art. 3º cria, nas Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, uma função comissionada de Assistente 1, de nível FC-1.

O art. 4º, por sua vez, determina que as instruções necessárias à aplicação da lei competem ao Tribunal Superior Eleitoral.

O art. 5º estipula que as despesas decorrentes da aplicação da lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos Tribunais Regionais Eleitorais (art. 5º).

A eficácia da lei e de seus efeitos financeiros foi condicionada à existência de dotação orçamentária e à autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição (art. 6º).

Ao todo, são criados 332 cargos de provimento efetivo, sendo 166 de Analista Judiciário e 166 de Técnico Judiciário. São criadas, ainda 167 funções comissionadas de nível FC-6 e 3.040 de nível FC-1. Por fim, são transformadas 314 funções comissionadas de nível FC-4 e 2.559 funções de nível FC-1 em 2.873 funções comissionadas de nível FC-6.

Na justificção, o TSE informa que a proposição tem por objetivo dar continuidade ao processo de implementação do quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos cartórios das zonas eleitorais, iniciado com a edição da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004.

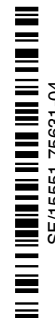
Ainda segundo o autor, levantamento realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral constatou que, atualmente, 166 zonas eleitorais estão desprovidas de quadro de pessoal próprio, o que justificaria a criação dos cargos efetivos mencionados em seu art. 1º. Seria necessário, ainda, criar uma função comissionada de Chefe de Cartório para cada cartório de zona eleitoral.

A transformação de funções comissionadas para o nível FC-6, por sua vez, decorreria de estudos realizados por comissão instituída para examinar propostas de valorização da remuneração dos Chefes de Cartórios (atualmente de nível FC-4), e aprovados pelo TSE.

Por fim, a criação de funções comissionadas de nível FC-1 para cada cartório de zona eleitoral decorreria da busca de melhoria das atividades de suporte técnico e assistência ao chefe de cartório, de forma a conferir maior celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público.

Aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposição vem ao exame do Senado Federal, onde não recebeu emendas.

II – ANÁLISE



No tocante à constitucionalidade formal, não há qualquer restrição ao PLC nº 25, de 2015, tendo em vista tratar-se de matéria que deve ser disciplinada em lei ordinária, de iniciativa privativa do Tribunal Superior Eleitoral, na forma do que dispõem o art. 96, II, *b*, da Constituição Federal. Igualmente, do ponto de vista material, não há qualquer reparo a fazer.

Além disso, o projeto não apresenta vícios de juridicidade e regimentalidade e vem vazado em boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é indiscutível a necessidade de criação dos cargos previstos na proposição, os quais são indispensáveis para se assegurar um contingente mínimo de pessoal próprio às 166 zonas eleitorais criadas após a Lei nº 10.842, de 2004. Meritória, ainda, a transformação de funções comissionadas dos Chefes de Cartórios para o nível FC-6, de forma a compatibilizar a remuneração desses servidores à relevância e à complexidade de suas atribuições.

III – VOTO

Do exposto, opino pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLC nº 25, de 2015, e voto, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 25, DE 2015
(Nº 7.027/2013, na Casa de origem)
(Do Tribunal Superior Eleitoral)

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais, e transforma funções de Chefe de Cartório.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas quantificados no Anexo I:

I – 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Analista Judiciário e 1 (um) de Técnico Judiciário, para cada Zona Eleitoral;

II – 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-6, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados;

III – 1 (uma) função comissionada de Assistente I, nível FC-1, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e na capital e interior dos Estados.

Art. 2º Ficam transformadas para o nível FC-6 as funções comissionadas de Chefe de Cartório das Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, níveis FC-4 e FC-1, criadas pelo art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, e indicadas e quantificadas no Anexo II.

Art. 3º Fica criada, nas Zonas Eleitorais do Distrito Federal e da capital e interior dos Estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, 1 (uma) função comissionada de Assistente 1, nível FC-1, indicada e quantificada no Anexo III.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à aplicação desta Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 6º A eficácia desta Lei e de seus efeitos financeiros fica condicionada aos limites orçamentários autorizados na lei de diretrizes orçamentárias e em anexo próprio da lei orçamentária anual, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADOS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	FC-1	FC-6
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	12	12	12	12
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	19	19	19	19
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	29	29	29	29
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	17	17	17	17
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	14	14	14	14
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	4	4	5	5
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	33	33	33	33
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	1	1	1	1
TOTAL	166	166	167	167

Anexo II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA
	FC-4	FC-1	FC-6
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	3	7	10
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	3	50	53
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	2	9	11
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	11	56	67
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	20	181	201
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	6	105	111
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17	-	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	2	53	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	10	118	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	9	83	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	11	49	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	4	48	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	14	308	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	7	80	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	4	72	76
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	10	196	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	9	137	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	4	93	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	97	145	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	4	64	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	10	163	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	7	25	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1	2	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	4	98	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	41	351	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	3	32	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	1	34	35
TOTAL	314	2.559	2.873

Anexo III

(Art. 3º da Lei nº , de de de)

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	FC-1
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	10
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	53
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	11
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	67
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	201
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	111
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	76
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	35
TOTAL	2.873

PROJETO DE LEI ORIGINAL

Cria cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, destinados às zonas eleitorais e transforma funções de chefes de cartórios.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados, nos quadros de pessoal dos tribunais regionais eleitorais, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas quantificados no Anexo I:

I – 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Analista Judiciário e 1 (um) de Técnico Judiciário, para cada zona eleitoral;

II – 1 (uma) função comissionada, nível FC-6, de Chefe de Cartório Eleitoral para as zonas eleitorais localizadas no Distrito Federal, nas capitais e no interior dos Estados;

III – 1 (uma) função comissionada, nível FC-1, denominada Assistente I, para as zonas eleitorais localizadas no Distrito Federal, nas capitais e no interior dos Estados.

Art. 2º Ficam transformadas para o nível FC-6 as funções comissionadas de Chefes de Cartório das zonas eleitorais do Distrito Federal, das capitais e do interior dos estados, níveis FC-4 e FC-1, criadas pelo art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, indicadas e quantificadas no Anexo II.


Art. 3º Ficam criadas nas Zonas Eleitorais do Distrito Federal, da capital e do interior dos estados, constantes do art. 1º da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, 1 (uma) função comissionada, nível FC-1, denominada Assistente I, indicadas e quantificadas no Anexo III.

Art. 4º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à aplicação desta lei.

Art. 5º As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias consignadas aos tribunais regionais eleitorais.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de



Anexo I

(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADOS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	Analista Judiciário	Técnico Judiciário	FC-1	FC-6
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	12	12	12	12
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	4	4	4	4
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	19	19	19	19
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	29	29	29	29
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	17	17	17	17
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	5	5	5	5
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	14	14	14	14
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	1	1	1	1
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	3	3	3	3
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	4	4	5	5
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	2	2	2	2
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	33	33	33	33
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	1	1	1	1
TOTAL	166	166	167	167

Anexo II

(Art. 2º da Lei nº , de de de)

TRANSFORMAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	SITUAÇÃO ANTERIOR		SITUAÇÃO NOVA
	FC-4	FC-1	FC-6
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	3	7	10
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	3	50	53
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	2	9	11
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	11	56	67
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	20	181	201
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	6	105	111
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17	-	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	2	53	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	10	118	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	9	83	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	11	49	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	4	48	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	14	308	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	7	80	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	4	72	76
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	10	196	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	9	137	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	4	93	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	97	145	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	4	64	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	10	163	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	7	25	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1	2	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	4	98	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	41	351	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	3	32	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	1	34	35
TOTAL	314	2.559	2.873

Anexo III

(Art. 3º da Lei nº , de de de)

CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS
DESTINADAS ÀS ZONAS ELEITORAIS

Quadro de Pessoal	FC-1
Tribunal Regional Eleitoral do Acre	10
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	53
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	11
Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	67
Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	201
Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	111
Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	17
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	55
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	128
Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	92
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	60
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	52
Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	322
Tribunal Regional Eleitoral do Pará	87
Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	76
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	206
Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	146
Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	97
Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	242
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	68
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	173
Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	32
Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	3
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	102
Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	392
Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	35
Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins	35
TOTAL	2.873

2



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Justificação

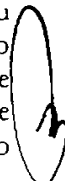
As medidas propostas nesta proposição de lei têm o objetivo de dar continuidade ao processo de implementação de quadro de pessoal próprio da Justiça Eleitoral nos cartórios das zonas eleitorais, iniciado com a edição da Lei nº 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, que criou e transformou cargos efetivos e funções comissionadas nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às zonas eleitorais.

Pelo disposto no artigo 17 da Resolução TSE nº 21.832, de 22 de junho de 2004, que aprovou as instruções para a aplicação da Lei nº 10.842, de 2004, compete a este Tribunal consolidar as propostas de criação de cargos efetivos e de funções comissionadas destinadas às zonas eleitorais não contempladas pela mencionada lei, bem como a remessa do respectivo projeto de lei ao Congresso Nacional.

Este Tribunal Superior realizou levantamento nos Tribunais Regionais Eleitorais, confirmando que 166 zonas eleitorais, criadas após a Lei nº 10.842, de 2004, estão desprovidas de quadro de pessoal próprio, sendo, portanto, necessária a criação, nos termos dos incisos I a III do artigo 1º da referida lei, de dois cargos efetivos, um de Analista Judiciário e outro de Técnico Judiciário, e de uma função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral para cada cartório de zona eleitoral.

Pelo que se tem estabelecido no art. 1º da Lei nº 10.842, de 2004, as zonas eleitorais localizadas no Distrito Federal e nas capitais dos estados estão dotadas de uma função comissionada de Chefe de Cartório nível FC-4 e as zonas eleitorais localizadas no interior dos estados de uma função comissionada de Chefe de Cartório nível FC-1.

Os servidores que atualmente exercem as atribuições de Chefe de Cartório nas zonas eleitorais criadas após a edição da Lei nº 10.842, de 2004 percebem gratificação equivalente à remuneração da função comissionada correspondente à localidade, até a criação e o provimento desta, nos termos preceituados no § 2º do artigo 4º da referida lei.

Após estudos realizados por comissão instituída para examinar propostas de valorização da remuneração dos Chefes de Cartórios, este Tribunal Superior aprovou proposta da comissão de transformar as funções comissionadas de Chefe de Cartório para o nível FC-6 e criar uma função comissionada nível FC-1 para cada cartório de zona eleitoral, justificando essa criação na busca da melhoria das atividades de suporte técnico e assistência ao chefe de cartório, dando celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público. 

A transformação proposta decorre da necessidade de se atribuir remuneração compatível com a relevância, a variedade e a complexidade das atribuições exigidas para o desempenho da função de chefe de cartório eleitoral. Ainda, a equiparação do nível das funções comissionadas de Chefe de Cartório das zonas eleitorais localizadas nas capitais dos estados com o das localizadas no interior justifica-se pelas idênticas atribuições requeridas, pela natureza do trabalho e pelo propósito institucional.

A presente proposição prevê, além da criação de funções comissionadas nível FC-6, para os cartórios das zonas eleitorais não contempladas pela Lei nº 10.842, de 2004, a transformação das atuais funções comissionadas de chefes de cartório níveis FC-4 e FC-1 para o nível FC-6 e a criação de uma função comissionada nível FC-1, denominada Assistente I, para todas as zonas eleitorais do País.

Com essa providência, mantém-se nas zonas eleitorais estrutura funcional permanente, traduzida em um contingente mínimo de quadro de pessoal próprio, tornando compatíveis as atribuições e responsabilidades do chefe de cartório ao valor da retribuição.

Propõe-se também, a reparação da situação constatada nos anexos da Lei nº 10.842, de 2004, destinando ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima 4 cargos efetivos de Analista Judiciário e 4 cargos efetivos de Técnico Judiciário para provimento em 4 zonas eleitorais, conquanto tenham sido criadas apenas 3 funções comissionadas de Chefe de Cartório, sendo 1 de nível FC-4 e 2 de nível FC-1, destituindo um cartório de zona eleitoral da capital daquele Estado da sua respectiva função comissionada de chefe de cartório.

Observa-se que, no Anexo I do projeto, está prevista a criação de mais 2 funções comissionadas para o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, sendo uma de nível FC-6, para o Chefe de Cartório, e outra nível FC-1, objetivando-se corrigir a falha detectada.

A implementação das providências preconizadas importa em acréscimo de despesa, no exercício de 2013, de R\$ 151,6 milhões, representando um impacto orçamentário de apenas 0,04 % em relação ao montante da dotação de pessoal e encargos sociais, da ordem de R\$ 3,47 bilhões, consignado no orçamento de 2012 para os órgãos da Justiça Eleitoral.

Consoante o disposto no inciso II do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal e no artigo 75 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO para 2013 os quantitativos físicos e a dotação para arcar com o impacto da criação dos cargos e das funções objeto da proposição serão solicitados para compor o anexo V do Projeto de Lei Orçamentária – PLOA para 2013, na elaboração da Proposta Orçamentária da Justiça Eleitoral para aquele exercício financeiro.

Cabe ressaltar que a autorização para disponibilização da dotação no PLOA/2013 está condicionada ao efetivo encaminhamento do Projeto de Lei proposto ao Congresso Nacional até o dia 31 de agosto de 2012, conforme disposto no artigo 75 do PLDO/2013.

Registre-se, ainda, que os atos e as instruções necessárias à aplicação da lei serão baixados pelo Tribunal Superior Eleitoral, nos termos fixados no artigo 4º do projeto de lei.

Pelas razões expostas, submeto ao digno Conselho Nacional de Justiça a proposição, que, por certo, terá a atenção dos ilustres membros das Casas do Congresso Nacional para este projeto de lei, pois, considerando serem os cartórios fonte primeira do contato do cidadão com o aparelho judicial eleitoral, sua acolhida e apreciação favorável representarão, para a Justiça Eleitoral, aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade e, consequentemente, fortalecimento da democracia.

Brasília, 09 de maio de 2012.

Carmen Lucia de Azevedo
Ministra CARMEN LÚCIA
Presidente





Tribunal Superior Eleitoral

PL. 7027/2013

Ofício nº 2.084

Brasília, 09 de maio de 2012.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro **AYRES BRITTO**
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Para os fins previstos no art. 77, inc. IV, da Lei nº 12.465, de 12.8.2011, encaminho a Vossa Excelência proposta de projeto de lei dispondo sobre criação de cargos efetivos e funções comissionadas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais destinadas às zonas eleitorais, aprovada por este Tribunal.

Atenciosamente,

carmen lucia de oliveira
Ministra **CARMEN LÚCIA**
Presidente

3



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PL. 7027/2013

Ofício nº 5.536/2013/GP

Brasília, 20 de dezembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília/DF

Senhor Presidente,

No uso da competência estabelecida nos artigos 61 e 96, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, encaminho, para apreciação dos membros das Casas do Congresso Nacional, proposta de projeto de lei, aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral, com Parecer de Mérito do Conselho Nacional de Justiça nº 3409-91.2012.2.00.000, acompanhada da respectiva justificação, dispondo sobre a criação de cargos efetivos e funções comissionadas, nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.

Secretaria-Geral da Mesa Diretora do TSE
Fonte: 4553
Ass.: Henrique
Orisani: Presidente

Atenciosamente,


Ministro MARCO AURÉLIO
Presidente

Q = 17507



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Secretaria Processual

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
181ª SESSÃO ORDINÁRIA**PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0003409-91.2012.2.00.0000**

Relator: CONSELHEIRA MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Requerente:

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Requerido:

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Assunto: TSE - Ofício n.º 2.084 - Criação - Cargos Efetivos - Funções Comissionadas - Tribunais Regionais Eleitorais - Anteprojeto Lei 3409-91.2012.2.00.0000.

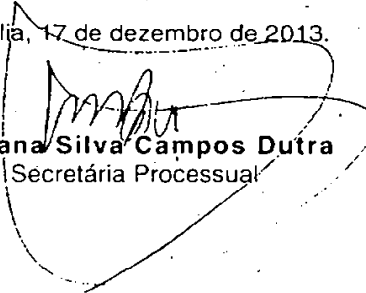
CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

*"O Conselho decidiu, por unanimidade:**I - incluir em pauta o presente procedimento, nos termos do § 1º do artigo 120 do Regimento Interno;"**II - aprovar parecer de mérito, nos termos do voto da Relatora. Presidiu o julgamento o Conselheiro Joaquim Barbosa. Plenário, 17 de dezembro de 2013."*

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Joaquim Barbosa, Francisco Falcão, Maria Cristina Peduzzi, Ana Maria Duarte Amarante Brito, Guilherme Calmon, Flavio Sirangelo, Deborah Ciocci, Saulo Casali Bahia, Rubens Curado Silveira, Luiza Frischeisen, Gilberto Martins, Paulo Teixeira, Gisela Gondin Ramos, Emmanoel Campelo e Fabiano Silveira.

Presentes a Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko Volkmer de Castilho e, representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Cláudio Stábile Ribeiro, Secretário-Geral Adjunto.

Brasília, 17 de dezembro de 2013.


Mariana Silva Campos Dutra
Secretária Processual



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI 0003409-91.2012.2.00.0000

REQUERENTE : TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS E FUNÇÕES COMISSONADAS NOS QUADROS DE PESSOAL DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS.

1. A Resolução CN nº 184/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, aprovada pelo Plenário na 180ª sessão ordinária, de 02/12/13, em seu art. 1º, §2º, prevê que os critérios nela estabelecidos aplicam-se, no que couber, à Justiça Eleitoral.

2. A presente proposta visa à criação de cargos efetivos e em comissão e de funções comissionadas, questões que, à luz dos arts. 6º, 7º e 10, I e II da referida Resolução, exigem a análise dos índices de produtividade de magistrados ou de produtividade de servidores (IPM e IPS), os quais não abrangem a atividade administrativa empreendida pela Justiça Eleitoral na preparação e realização das eleições e, por isso, não podem servir de critério para a criação de cargos para a Justiça Eleitoral. Inaplicabilidade da Resolução neste particular.

3. A criação de cargos pretendida visa a criar cargos efetivos para atuar em Zonas Eleitorais que estão desprovidas de quadro de pessoal próprio e a dar nova estrutura à Justiça Eleitoral, atribuindo remuneração compatível com as atribuições de Chefe de Cartório, que são idênticas, quer no interior, quer nas capitais.

4. Possui adequação orçamentária a proposta de criação de 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo

Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei 0003409-91.2012.2.00.0000

de Técnico Judiciário, 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-6, e 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-1, além da transformação de 314 (trezentos e quatorze) funções comissionadas, nível FC-4, e 2.559 (duas mil quinhentas e cinquenta e nove) funções comissionadas, nível FC-1, em 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-6, e a criação de outras 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-1, a serem distribuídos no âmbito dos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais.

5. Parecer favorável à tramitação do Anteprojeto de Lei.

I – RELATÓRIO

O Tribunal Superior Eleitoral encaminha a este Eg. Conselho Nacional de Justiça Anteprojeto de Lei visando à criação de 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-6, e 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-1, a serem distribuídas nos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Pede, ainda, a transformação de 314 (trezentos e quatorze) funções comissionadas, nível FC-4, e 2.559 (duas mil quinhentas e cinquenta e nove) funções comissionadas, nível FC-1, em 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-6, e a criação de outras 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-1, com o fim de estabelecer nova estrutura às Zonas Eleitorais.

O Tribunal Requerente argumenta que, após levantamento daquela Eg. Corte, foi observado que 166 (cento e sessenta e seis) Zonas Eleitorais estão desprovidas de quadro de pessoal próprio, sendo necessária a criação de dois cargos efetivos (um de Analista Judiciário e outro de Técnico) e de uma função comissionada



de Chefe de Cartório Eleitoral para cada cartório dessas Zonas Eleitorais, nos termos do que dispõe o art. 1º, incisos I a III, da Lei nº 10.842/2004.

Relata que a aludida Lei disciplinou a estrutura das Zonas Eleitorais, estabelecendo que aquelas localizadas no Distrito Federal e nas capitais dos Estados disporão de 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório, nível FC-4, enquanto as localizadas no interior contarão com uma função comissionada, nível FC-1, para essa mesma atribuição.

Informa que instituiu comissão para examinar propostas de valorização da remuneração dos Chefes de Cartório, a qual sugeriu a transformação das funções comissionadas dos referidos servidores para o nível FC-6, que foi aprovada por aquele Tribunal Superior.

Justifica que a transformação do nível da função comissionada destinada ao Chefe do Cartório, bem assim a isonomia entre aquelas lotadas nas Zonas Eleitorais da capital e do interior, decorre da necessidade de atribuir remuneração compatível com a relevância, a variedade e a complexidade das atribuições exigidas para o desempenho dessa função, que são idênticas, quer no interior, quer nas capitais.

Sustenta, ainda, que a criação de uma função comissionada nível FC-1 para cada Zona Eleitoral objetiva a melhoria das atividades de suporte técnico e assistência ao chefe de cartório, dando celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público.

Narra que o Anteprojeto de Lei em referência pretende reparar também situação específica do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, uma vez que a Lei nº 10.842/2004 contemplou aquela Corte com 4 cargos efetivos de cada carreira judiciária para provimento em 4 Zonas Eleitorais, mas criou apenas 3 funções comissionadas destinadas à Chefia do Cartório.



Expõe que a proposta em análise está em consonância com o que determinam as leis orçamentárias.

O julgamento do presente feito foi sobrestado pelo Plenário deste Eg. CNJ, na 150ª sessão ordinária, realizada em 04 de julho de 2012. (Evento 18)

Diante do sobrestamento dos anteprojetos de lei que tratam da criação de cargos nos âmbito do Poder Judiciário, enquanto não editada Resolução que fixasse critérios objetivos que possibilitassem nortear os Pareceres de Mérito sobre Anteprojeto de Lei por este Eg. CNJ, determinei que o presente feito aguardasse em Secretaria até a aprovação da referida Resolução (Evento 54).

O texto da referida Resolução foi aprovado pelo Plenário na 180ª sessão ordinária de 02/12/2013 e publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 06/12/2013. Nesse ínterim, determinei a remessa dos autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário, o qual informou não haver óbice orçamentário para a aprovação da proposta. (Evento 60)

É o Relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de Anteprojeto de Lei objetivando a criação de 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-6, e 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-1, além da transformação de 314 (trezentos e quatorze) funções comissionadas, nível FC-4, e 2.559 (duas mil quinhentas e cinquenta e nove) funções comissionadas, nível FC-1, em 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-6, e a criação de outras 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-1, a serem distribuídos no âmbito dos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais.



O Departamento de Acompanhamento Orçamentário informa que o impacto anual para as despesas decorrentes da criação dos cargos e funções

comissionadas ora propostos totaliza R\$ 157.119.699,40 (cento e cinquenta e sete milhões, cento e dezenove mil, seiscentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).

Conclui, no entanto, que “a Justiça Eleitoral dispõe de margem de crescimento das despesas com pessoal e encargos sociais suficiente para suportar o impacto orçamentário decorrente do Anteprojeto de Lei ora proposto”.(DOC 37)

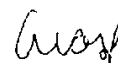
Inexistindo óbice orçamentário à criação da proposta, passo ao seu exame.

Inicialmente, assente-se que a Resolução CNJ 184/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, em seu art. 1º, §2º, prevê que os critérios nela estabelecidos aplicam-se, no que couber, à Justiça Eleitoral.

Como consignei na justificativa apresentada no AN 6690-21.2013.2.00.0000, em que foi submetida ao Plenário a referida Resolução, a Justiça Eleitoral apresenta especificidades que autorizam a aplicação da Resolução apenas no que for compatível com os procedimentos e a dinâmica que lhe são próprios.

Neste contexto, verifico que a presente proposta visa à criação de cargos efetivos e em comissão e de funções comissionadas, questões que, à luz dos arts. 6º, 7º e 10, I, da Resolução CNJ 184/2013, exigem a análise dos Índices de Produtividade de Magistrados ou de Produtividade de Servidores (IPM e IPS).

Tais índices, no entanto, não abrangem a atividade administrativa empreendida pela Justiça Eleitoral na preparação e realização das eleições -- parte substancial e primordial de sua atuação e que exige maior contingente de pessoal --, razão pela qual não podem servir de critério para a criação de cargos para a Justiça Eleitoral.



Neste sentido, extrai-se do relatório Justiça em Números de 2012: “No caso dos Tribunais Regionais Eleitorais, existe a particularidade de que são tribunais que fazem parte de uma Justiça com atividade mais administrativa que jurisdicional, em

que a análise da movimentação de processos judiciais não reflete a eficiência da Justiça”.[1]

É inaplicável, assim, a referida Resolução à Justiça Eleitoral neste particular.

Ademais, no que se refere à determinação constante no art. 10, III da Resolução CNJ 184/2013, de que para a criação de cargos em comissão e funções comissionadas deve ser considerada a “impossibilidade de transformação ou remanejamento dos cargos em comissão ou funções comissionadas existentes”, é de se observar que a presente proposta já prevê a transformação de funções comissionadas níveis FC-1 e FC-4, em nível FC-6, atendendo, portanto, ao referido comando normativo.

Ultrapassada a questão, assento que a atual estrutura dos quadros de pessoal encontra disciplina na Lei nº 10.842/2004, a qual prevê, em seu art. 1º, a existência de 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Técnico Judiciário e 1 (um) de Analista Judiciário e 1 (uma) função comissionada, sendo 1 (uma) FC-4 nos cartórios eleitorais do Distrito Federal e das Capitais e 1 (uma) FC-1 nos cartórios do interior dos Estados, verbis:

Art. 1º Ficam criados, nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas indicados e quantificados no Anexo I, assim destinados:

I – 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Técnico Judiciário e 1 (um) de Analista Judiciário, para cada Zona Eleitoral;

II – 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-4, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados mencionados, não dotadas de idêntica função; e

III – 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-1, para cada Zona Eleitoral localizada no interior dos Estados.



O Anteprojeto de Lei ora em análise objetiva dar nova estrutura à Justiça Eleitoral, conferindo ao Chefe do Cartório Eleitoral uma função comissionada nível FC-6, independentemente da localização geográfica da unidade judiciária.

A medida se justifica em atendimento ao princípio da isonomia, ante a inexistência de diferenciação entre as atribuições exercidas pelo Chefe do Cartório nas Zonas Eleitorais do DF, capitais e do interior, acarretando equivalência no grau de responsabilidade do titular da referida função nessas unidades, pelo que a distinção remuneratória fixada na Lei nº 10.842/2004 não se justifica e, tampouco, encontra guarida no plano da razoabilidade.

Ademais, quanto à elevação do nível da aludida função comissionada, verifico que há, de fato, necessidade de atribuir remuneração compatível com a relevância, a variedade e a complexidade das atribuições exigidas para o desempenho da atividade de chefe de cartório.

Nesse sentido e pelos mesmos fundamentos, observo a pertinência do pedido para criação de mais uma função de nível FC-1 para cada Zona Eleitoral, com vistas à prestação de suporte técnico e assistência ao Chefe de Cartório, dando celeridade aos procedimentos e ao atendimento ao público.

Consigne-se, ainda, a importância de se criar cargos efetivos para atuar nas 166 Zonas Eleitorais discriminadas no Anteprojeto de Lei ora em referência, que, segundo o Tribunal requerente, estão desprovidas de quadro de pessoal próprio. Tal situação torna imprescindível a aprovação dos 332 cargos efetivos solicitados, sendo 166 de Técnico Judiciário e 166 de Analista Judiciário.

Quanto às funções comissionadas a serem destinadas a essas Zonas Eleitorais, a diferença no quantum requerido (167) em relação ao número Zonas Eleitorais desprovidas dessas funções (166) está plenamente justificada na situação específica do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, o qual fora contemplado com 1 (uma) função a menos à época da aprovação da Lei nº 10.842/2004.

Dessa forma, entendo pela legalidade e legitimidade do pleito encaminhado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

III - CONCLUSÃO

Do exposto, manifesto-me em sentido favorável à regular tramitação do Anteprojeto de Lei para a criação de 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Analista Judiciário, 166 (cento e sessenta e seis) cargos de provimento efetivo de Técnico Judiciário, 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-6, e 167 (cento e sessenta e sete) funções comissionadas, nível FC-1, além da transformação de 314 (trezentos e quatorze) funções comissionadas, nível FC-4, e 2.559 (duas mil quinhentas e cinquenta e nove) funções comissionadas, nível FC-1, em 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-6, e a criação de outras 2.873 (duas mil oitocentas e setenta e três) funções comissionadas, nível FC-1, a serem distribuídos no âmbito dos quadros de pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, conforme constante dos seus anexos.

É como voto.

Brasília, 10 de dezembro de 2013.


MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
Conselheira

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

LEI Nº 10.842, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2004.

Cria e transforma cargos e funções nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais.

Art. 1º Ficam criados, nos Quadros de Pessoal dos Tribunais Regionais Eleitorais, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas indicados e quantificados no Anexo I, assim destinados:

I – 2 (dois) cargos efetivos, sendo 1 (um) de Técnico Judiciário e 1 (um) de Analista Judiciário, para cada Zona Eleitoral;

II – 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-4, para as Zonas Eleitorais localizadas no Distrito Federal e nas Capitais dos Estados mencionados, não dotadas de idêntica função; e

III – 1 (uma) função comissionada de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-1, para cada Zona Eleitoral localizada no interior dos Estados.

Parágrafo único. O provimento dos cargos e funções a que se refere este artigo dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º, da Constituição Federal, observado o seguinte escalonamento:

I – no exercício de 2004:

a) 1.150 (mil, cento e cinquenta) cargos efetivos de Analista Judiciário e igual número de Técnico Judiciário; e

b) 54 (cinquenta e quatro) funções comissionadas de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-4, e 1.023 (mil e vinte e três) de Encarregado de Cartório Eleitoral, nível FC-1;

II – no exercício de 2005:

a) 862 (oitocentos e sessenta e dois) cargos efetivos de Analista Judiciário e igual número de Técnico Judiciário; e

b) 41 (quarenta e uma) funções comissionadas de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-4, e 768 (setecentas e sessenta e oito) de Encarregado de Cartório Eleitoral, nível FC-1,

III – no exercício de 2006:

a) 862 (oitocentos e sessenta e dois) cargos efetivos de Analista Judiciário e igual número de Técnico Judiciário; e

b) 40 (quarenta) funções comissionadas de Chefe de Cartório Eleitoral, nível FC-4, e 768 (setecentas e sessenta e oito) de Encarregado de Cartório Eleitoral, nível FC-1.

PLC2015025dr.doc

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 23/4/2015

Secretaria de Editoração e Publicações - Brasília-DF

OS: 11545/2015

2ª PARTE - DELIBERATIVA

11



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 32 de 2015, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.



SF/15023.03510-45

PRESIDENTE: Senador **JOSÉ MARANHÃO**
RELATOR: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 32, de 2015, de iniciativa do Tribunal Superior Trabalho.

O projeto em tela trata da criação de cargos de provimento efetivo, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO e dá outras providências.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Segundo o PLC, serão criados 198 cargos de provimento efetivo - Analista Judiciário e Técnico Judiciário em diversas áreas -, 18 cargos em comissão e 87 funções comissionadas.

Ainda nos termos da proposição em exame, os recursos financeiros decorrentes de sua execução correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no orçamento geral da União.

Para justificar sua iniciativa, o TST aduz que a criação dos respectivos cargos e funções se faz necessária diante de determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para conferir melhor estrutura à sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Aquela Corte também afirma que, de acordo com dados estatísticos referentes à movimentação processual na Justiça do Trabalho, a estrutura organizacional e funcional do Tribunal não acompanhou o crescimento da demanda decorrente da ampliação da competência material daquela justiça especializada, levada a efeito pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Tendo tramitado na Câmara dos Deputados nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e Redação (CCJC), recebeu pareceres favoráveis pela aprovação, na forma do Substitutivo remete a esta Casa.

II – ANÁLISE

Cabe a este colegiado, conforme determina o art. 101, incisos I e II, alínea “p”, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), pronunciar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas, bem como emitir parecer quanto ao mérito sobre matéria a que se refere o art. 96, II, da Constituição Federal.



SF/15023.03510-45



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Entendemos que não existem óbices de natureza formal ou material, no plano constitucional, que impeçam o exame do mérito do PLC nº 32 de 2015, por esta Casa.

Compete aos Tribunais Superiores a criação e a extinção de cargos dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, nos termos do art. 96, II, alínea “b”, da Constituição Federal. Em sendo o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região um Tribunal vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), trata-se de iniciativa legislativa reservada ao TST, autor da proposição em exame.

Ademais, inexistente vício no tocante à constitucionalidade material do projeto, que, ao ampliar a capacidade da Justiça do Trabalho, consagra o princípio da razoável duração do processo insculpido no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal.

Tampouco se fazem necessários reparos de técnica legislativa ao texto da proposição que apresenta-se redigida em consonância com os ditames da Lei Complementar n.º 95, de 1998, que estabelece normas para elaboração das leis.

Quanto ao mérito, louvamos o projeto de lei em epígrafe, vez que objetiva possibilitar à Justiça Trabalhista o cumprimento de sua função precípua de julgar de forma célere e efetiva.

O processado da matéria deixa patente o déficit de servidores nas diversas áreas do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, desde que assumiu novas responsabilidades com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho – Pje-JT.

Ressalte-se que o Conselho Nacional de Justiça preceitua uma lotação mínima de servidores na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, para que haja uma condizente modernização do Judiciário.

Como dito, trata-se de alteração de suma importância, que visa dar celeridade às demandas processuais, além de promover maior



SF/15023.03510-45



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

publicidade e efetividade aos litígios naquele Tribunal, o que proporcionará diminuição futura de gastos no Poder Judiciário.

Vale mencionar, ainda, o apelo do Exmo. Corregedor-Geral do TST, Ministro Brito Pereira que, na oportunidade da divulgação dos resultados da correição no TRT 18ª Região, reafirmou a necessidade de contratação de novos servidores públicos, já que 33 das 48 Varas do Trabalho estão com déficit de cerca de 115 servidores.

Atenção redobrada merece o projeto em tela quanto à sua compatibilização e adequação com o aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2015 (LOA/15).

O art. 169, §1º da Constituição Federal dispõe que a criação de cargos, empregos e funções só poderá ser efetivada se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes. Em observância ao dispositivo, o Anexo V da LOA/15 disciplina os recursos destinados à criação dos cargos no TRT 18ª Região, conforme se depreende abaixo:

AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O O ART. 169, §1º, II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 93 DA LDO-2015, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2015				
DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO, ADMISSÃO OU CONTRATAÇÃO		
		QTDDE	DESPESAS	
			EM 2015	ANUALIZADA
2.6.2. PL N.º 7.573, DE 2014 – TRT 18ª REGIÃO	42	42	2.887.389	3.933.661
2.6.7. PL N.º 7.909, DE 2014 – TRT 18ª REGIÃO	261	261	18.030.564	24.564.237

Dessa forma, não há qualquer incompatibilidade ou inadequação orçamentária e financeira na proposição.

Desta forma, a aprovação do Projeto em questão é de suma importância para o bom andamento da Justiça Trabalhista, para que este TRT continue sendo um dos mais céleres do país, em que os julgamentos





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

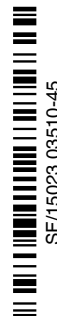
são concluídos em média, em 79 dias, bem diferente do que ocorre no cenário nacional, em que o tempo médio é de 99 dias.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº 32 de 2015.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Senador RONALDO CAIADO
DEMOCRATAS/GO





SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 32, DE 2015

(Nº 7.573/2014, na Casa de origem)
(De Iniciativa do Tribunal Superior Federal)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo, de cargos em comissão e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, os cargos de provimento efetivo, os cargos em comissão e as funções comissionadas constantes dos Anexos I, II e III desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º A criação dos cargos e funções prevista nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos e funções, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento

deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário - Área Judiciária	90 (noventa)
Analista Judiciário - Área Administrativa	33 (trinta e três)
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	21 (vinte e um)
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Engenharia	2 (dois)
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Engenharia Elétrica	1 (um)
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Arquitetura	1 (um)
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Medicina do Trabalho	1 (um)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Enfermagem	9 (nove)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	9 (nove)
Técnico Judiciário - Área Administrativa	31 (trinta e um)
TOTAL	198 (cento e noventa e oito)

ANEXO II
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

CARGOS EM COMISSÃO	QUANTIDADE
CJ-1	4 (quatro)
CJ-3	14 (quatorze)
TOTAL	18 (dezoito)

ANEXO III
(Art. 1º da Lei nº , de de de)

FUNÇÕES COMMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-6	4 (quatro)
FC-5	12 (doze)
FC-4	31 (trinta e um)
FC-3	21 (vinte e um)
FC-2	19 (dezenove)
TOTAL	87 (oitenta e sete)

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 7.573, DE 2014

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO, os cargos de provimento efetivo e as funções comissionadas, constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de de 2014.

ANEXO I

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário – Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	21 (vinte e um)
Técnico Judiciário - Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação	9 (nove)
TOTAL	30 (trinta)

ANEXO II

(Art. 1º da Lei n.º , de de de)

FUNÇÕES COMISSIONADAS	QUANTIDADE
FC-5	3 (três)
FC-4	3 (três)
FC-3	6 (seis)
TOTAL	12 (doze)

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional projeto de lei examinado e aprovado pelo Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Conselho Nacional de Justiça que, após rigorosa análise dos aspectos técnicos e orçamentários, dentre outros, trata da criação de 30 (trinta) cargos de provimento efetivo, sendo 21 (vinte e um) de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação e 9 (nove) de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação; e 12 (doze) Funções Comissionadas, das quais 3(três) nível FC-5, 3 (três) nível FC-4 e 6 (seis) nível FC-3, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, com sede na cidade de Goiânia-GO.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no inciso IV do artigo 79 da Lei nº 12.919/2013. Na Sessão de 11 de março de 2014 foi aprovada por aquele colegiado, conforme Parecer de Mérito nº 0007104-19.2013.2.00.0000, a criação de 30 (trinta) cargos de provimento efetivo, sendo 21 (vinte e um) cargos de Analista Judiciário e 9 (nove) cargos de Técnico Judiciário, todos da Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação; e 12 (doze) Funções Comissionadas, das quais 3(três) nível FC-5, 3 (três) nível FC-4 e 6 (seis) nível FC-3.

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região justifica a proposta de criação dos respectivos cargos de provimento efetivo e das funções comissionadas, em face da necessidade de adequar o Quadro de Pessoal da Secretaria do TRT ao disposto na Resolução CSJT nº 63/2010 (alterada pelas Resoluções CSJT nº 77/2011 e CSJT nº 83/2011), bem assim às determinações da Resolução CNJ nº 90/2009, para conferir melhor estrutura à sua área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

Argumenta o Regional que sua estrutura funcional atual é carente de pessoal especializado na área de tecnologia da informação e que essa situação se agravou devido à implantação do processo digital em todas as unidades do primeiro e segundo graus de sua

jurisdição. Que a implantação do projeto “Papel Zero”, que visa consolidar definitivamente, por meio do desenvolvimento de sistemas de automação, a guarda dos autos sob a responsabilidade da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), aumentou significativamente o número de demandas, sobretudo de projetos de automatização de rotinas e processo de trabalho, que requerem pessoal especializado a fim de garantir a segurança, autenticidade, confidencialidade e acessibilidade dos autos digitais.

A Resolução CNJ nº 90/2009 estatui critérios de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, dispondo, em seu artigo 2º, sobre a constituição de quadro de pessoal permanente de profissionais de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC e, em seu anexo I, sobre os respectivos quantitativos da força de trabalho total mínima recomendada. Por sua vez, o § 4º, do referido artigo, contém determinação para que os tribunais mantenham um quadro de pessoal permanente na área de tecnologia da informação e comunicação compatível com sua demanda e seu porte.

A sobredita Resolução do CNJ estabelece que as funções gerenciais e atividades estratégicas devam ser executadas, preferencialmente, por servidores de cargos de provimento efetivo do quadro permanente e esclarece que, para fins de adequação da força de trabalho aos parâmetros mínimos recomendados para o quadro de pessoal permanente de profissionais da área de TIC, constantes do Anexo I da Resolução CNJ nº 90/2009, a referida regra utiliza o total de usuários de recursos de TIC (servidores de cargos efetivos, comissionados e terceirizados) com o propósito de definir faixas ou categorias de tribunais.

A Resolução CNJ nº 90/2009 estabelece que a lotação mínima necessária para compor o quadro de pessoal do setor responsável pela gestão de trabalho da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é de 75 servidores quando a quantidade de usuários de serviços dessa área estiver compreendida entre 1.501 e 3.000 usuários. Verifica-se que essa é a situação do TRT da 18ª Região, que atualmente conta com 1706 usuários de recursos de TIC e dispõe de um quadro de pessoal na Secretaria de Tecnologia da Informação de 45 servidores, contabilizando um déficit de 30 servidores na área de TI.

Somam-se a isso as novas exigências de qualificação e de organização de tarefas, de distribuição de responsabilidades e assunção de novas competências nos Tribunais

Regionais do Trabalho, com a implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho - PJe-JT.

Afigura-se, portanto, imprescindível a criação dos cargos de provimento efetivo e das funções comissionadas, na forma do projeto de lei anexo, no sentido de adequar o Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região às necessidades de aperfeiçoamento das funções gerenciais e das atividades estratégicas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), a fim de possibilitar o cumprimento da missão institucional de prestar jurisdição célere e efetiva à sociedade.

Com essas considerações, submeto o projeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília, de maio de 2014.

Ministro ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

A C Ó R D ã O
Órgão Especial
GMOMA/GN

PROCESSO ADMINISTRATIVO. ANTEPROJETO DE LEI. PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS E DE FUNÇÕES COMISSIONADAS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18.ª REGIÃO. Atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Resolução CSJT 63/2010, convalida-se a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no sentido de encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, em conformidade com o art. 103-B, § 4.º, da Constituição Federal c/c o art. 74, IV, da Lei 12.708/2012, a proposta de anteprojeto de lei para a criação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, de trinta cargos de provimento efetivo e doze funções comissionadas. **Processo administrativo aprovado.**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Administrativo n.º **TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000**, em que é Requerente **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18.ª REGIÃO**.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou a proposta do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, de anteprojeto de lei visando à criação de 30 cargos de provimento efetivo (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), na área de apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação, e 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3), com base nas Resoluções CSJT 63/2010 e CNJ 90/2009.

Os autos vieram ao Órgão Especial por força do art. 69, II, "e", do RITST.

É o relatório.

Firmado por assinatura eletrônica em 13/11/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Este documento pode ser acessado no sistema eletrônico eletrônico http://www.tst.jus.br/arquivos/100306999000021311

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

V O T O

1 - CONHECIMENTO

CONHEÇO do processo administrativo, conforme art. 69, II, "e", do Regimento Interno desta Corte.

2 - MÉRITO

Trata-se de proposta de anteprojeto de lei encaminhada ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região para criação de 30 cargos de provimento efetivo (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário) e de 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3) para a área de apoio especializado em Tecnologia de Informação.

A Coordenadora de Gestão de Pessoas - CGFPES, considerando os dados apresentados pela Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST - CEST e as informações prestadas pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças - CFIN, entendeu pela viabilidade da proposta, nos seguintes termos:

"Inicialmente, cumpre informar que, além deste processo, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.804/2011, que objetiva a criação de 479 funções comissionadas.

Ademais, estão em análise no Conselho Superior da Justiça do Trabalho os processos CSJT-AL-11601-61.2012.5.90.0000 (207 cargos efetivos, 4 cargos em comissão e 75 funções comissionadas e CSJT-AL-11602-46.2012.5.90.0000 (24 Varas do Trabalho, 48 cargos de Juiz do Trabalho, 316 cargos efetivos, 38 cargos em comissão e 155 funções comissionadas).

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho editou a Resolução nº 63/2010 (alterada pelas Resoluções nos 77 e 83, ambas de 2011 e nos 93, 114

Firmado por assinatura eletrônica em 13/11/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.tre.tj.sp.br/revista/revista.asp?revista=1&id_documento=1073.

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

Região deve ser de no mínimo 74 (1.484*5%) servidores (incluídos os ocupantes de cargo efetivo, os requisitados, removidos, ocupantes de cargo em comissão e Terceirizados), sendo que, no mínimo, 35 devem ser servidores ocupantes de cargo efetivo do Tribunal.

Desse modo, tendo em vista que o TRT da 18ª Região conta com 36 profissionais lotados na área de tecnologia da informação, sendo que destes, 33 são ocupantes de cargos efetivos, seria necessário acrescentar ao quadro de TI no mínimo mais 38(74-36) profissionais, para que o Tribunal passe a contar com o quantitativo mínimo previsto na norma do CNJ. (grifei)

A seu turno, a Resolução nº 63/2010 deste Conselho, em seu art. 14, estabelece que o quantitativo de servidores nas unidades de apoio administrativo deve ser de no máximo 30% do total de servidores. O Tribunal informa, em sua exposição de motivos, que conta com 328 servidores lotados em tais unidades.

Por outro lado, a Coordenadoria de Estatística, tendo em vista a criação das 22 Varas do Trabalho consideradas viáveis no processo AL-11602-46.2012.5.90.0000, em tramitação neste Conselho, calculou que, para dar cumprimento à Resolução CSJT nº 63/2010, o Tribunal poderá contar com um quantitativo entre 1.780 e 1.930 servidores. Calculando-se 30% de tais quantitativos, as unidades de apoio administrativo podem contar com um quantitativo entre 534 a 579 servidores, havendo margem para acrescentar nessas unidades um quantitativo entre 206 a 251 servidores.

Em dezembro de 2011, a aludida Corte contava com 1.133 servidores em atividade, 13 cargos vagos e 2 servidores afastados/licenciados que, acrescidos os 226 cargos criados pela Lei 12.710/2012, totalizam 1.374 servidores à disposição do Tribunal.

Desse modo, considerando que a norma do CNJ estabelece o quantitativo mínimo de servidores necessários para as unidades de TIC, o que leva ao entendimento de que o Tribunal pode contar com número superior, primeiramente nesse momento de informatização da Justiça do Trabalho, e ainda, tendo em vista que há margem para acrescentar mais servidores nas unidades de apoio administrativo do Tribunal, afigura-se viável a criação dos 30 cargos (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação pleiteados pelo Tribunal. (grifos nossos)

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

2. DA CRIAÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região postula a criação de 12 funções comissionadas (3 FC-5; 3 FC-4 e 6 FC- 3), destinadas à área de tecnologia da informação.

O art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2010, abaixo transcrito, dispõe sobre os quantitativos de cargos em comissão e funções comissionadas:

Art. 2º Na estrutura dos Tribunais Regionais do Trabalho, o número de cargos em comissão e funções comissionadas deve corresponder a no máximo 70% do quantitativo de cargos efetivos do órgão.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho que estiverem acima do percentual estipulado no caput deverão proceder aos ajustes necessários ao cumprimento desta Resolução, adotando, entre outras alternativas, a transformação ou extinção de cargos em comissão e funções comissionadas ou o envio de proposta de anteprojeto de lei para criação dos cargos efetivos indispensáveis ao seu quadro de pessoal.

§ 2º O Conselho Superior da Justiça do Trabalho indeferirá as propostas de criação de novos cargos em comissão e funções comissionadas dos Tribunais que não estiverem com a sua estrutura adequada ao percentual estipulado no caput.

§ 3º Serão considerados, para fins de verificação da adequação de que tratam os parágrafos anteriores, os quantitativos de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas contemplados em anteprojetos de lei aprovados pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TST informa que, atualmente, o TRT da 18ª Região possui 761 funções comissionadas e cargos em comissão, correspondendo a 66,40% do quantitativo de cargos efetivos, atendendo ao que dispõe o art. 2º da Resolução CSJT nº 63/2010.

Sucedee que, no relatório de medidas implementadas pelo Tribunal para dar cumprimento à Resolução CSJT nº 63/2010, consta que há, atualmente, no quadro de pessoal daquela Corte 752 CJs/FCs. Sendo assim, por ser a informação mais recente, será essa a ser utilizada na presente análise.

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

Ademais, a Coordenadoria de Estatística e Pesquisa informa que tramita no Congresso Nacional o PL nº 1.804/2011, objetivando a criação de 479 funções comissionadas. Entretanto, tal projeto de lei visa a convalidar, pela via legislativa, 479 funções comissionadas criadas por ato administrativo do Tribunal, não alterando, desse modo, o quantitativo de CJs/FCs atualmente existente.

Omissis

Com a criação dos 30 cargos efetivos propostos neste processo, dos 207 constantes do processo CSJT-AL-11601-61.2012.5.90.0000 e dos 316 constantes do processo CSJT-AL-11602-46.2012.5.90.0000, o quadro de pessoal do Tribunal passará a 1.699 (920+226+316+30+207) cargos efetivos, e poderá contar com até 1.189 (1.699*70%) CJs/FCs, o que possibilita acrescer 428 (1.189-761) FCs/CJs ao quadro do TRT.

Considerando que nos processos CSJT-AL-11602-46.2012.5.90.0000 e CSJT-AL-11601-61.2012.5.90.0000 concluiu-se pela viabilidade de criação de 251 CJs/FCs, resta ainda possível acrescer 177 (428-251) CJs/FCs.

Dessa forma, afigura-se viável a criação das 12 funções comissionadas solicitadas neste processo, sendo 3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3.

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho, após análise criteriosa dos estudos realizados, concluiu pela necessidade de criação dos 30 cargos de provimento efetivo (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), na área de apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação, e das 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3). Consignou que:

“Extrai-se dos pareceres mencionados que a criação dos cargos efetivos e das FCs/CJs requeridas não acarretarão impactos orçamentário, financeiro, estatístico, nem tampouco extrapolarão os limites impostos na Resolução CSJT N.º 63/2010.

Aliás, aponho também, como fundamento para o acolhimento da proposta em análise, a imprescindível observância à Resolução n.º 99/2012 do Conselho Nacional de Justiça, que institui o Planejamento Estratégico de

Firmado por assinatura eletrônica em 13/11/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico: <http://www.trt18.jus.br/portal/portal.asp?sub=031go.1000649880423333>

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Poder Judiciário, bem como a inexorável fidelidade aos objetivos estratégicos nela instituídos, como os seguintes: satisfação do cliente de TIC; acessibilidade; responsabilidade social; segurança da informação; garantia da disponibilidade de sistemas de TIC essenciais ao judiciário; desenvolvimento de sistemas de TIC interoperáveis e portáteis.

O deferimento desta pretensão vai ao encontro da modernização do Judiciário, mormente nesses novos tempos em que observamos uma mudança de paradigma, com a implantação do Sistema PJe, além de incidir no princípio da eficiência, na medida em que permitirá que os demais servidores do Tribunal beneficiem-se do aprimoramento, em relação aos aspectos quantitativo e qualitativo, dos serviços prestados pela Corte Regional.

Destarte, uma vez configuradas a carência do Regional e a premente necessidade de que novos cargos especializados sejam criados, bem como ante a ausência de óbices financeiro e orçamentário e assente a viabilidade da criação dos cargos pleiteados, conforme pareceres da Assessoria Técnica deste Conselho, em consonância com as Resoluções CSJT n.º 63/2010 e CNJ n.º 90/2009, ACOLHO a proposta de anteprojeto de lei formulada pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região para a criação de 30 cargos (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), área apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação e das 12 funções comissionadas, sendo 3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3".

Diante desses dados, atendidas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal e da legislação aplicável, **aprovo** a decisão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho no sentido de encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça, para deliberação, em conformidade com o art. 103-B, § 4.º, da Constituição Federal, c/c o art. 74, IV, da Lei 12.708/2012, a proposta de anteprojeto de lei para a criação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, de 30 cargos de provimento efetivo (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), na área de apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação, e de 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3).

Firmado por assinatura eletrônica em 13/11/2013 pelo Sistema de Informações Judiciárias do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.419/2006.

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/assessoria> sob o código 1005693980002332.

PROCESSO Nº TST-PA-11621-52.2012.5.18.0000

ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho de anteprojeto de lei para a criação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18.ª Região, de 30 cargos de provimento efetivo (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), na área de apoio especializado, especialidade Tecnologia da Informação, e de 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3), com a determinação das providências necessárias ao encaminhamento do processo ao Conselho Nacional de Justiça para deliberação, na conformidade do art. 103-B, § 4.º, da Constituição Federal c/c o art. 74, IV, da Lei 12.708/2012.

Brasília, 4 de Novembro de 2013.

Firmado por Assinatura Eletrônica (Lei n° 11.419/2006).

DELAÍDE MIRANDA ARANTES
Ministra Relatora

Firmado por assinatura eletrônica em 13/11/2013 pelo Sistema de Informações Judiciais do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei n° 11.419/2006.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO



Ofício CSJT.GP.SG.CPROC nº 41/2013

Brasília, 21 de novembro de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro JOAQUIM BARBOSA
Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Brasília - DF

Assunto: Processo PA-11621-52.2012.5.00.0000

Senhor Ministro Presidente,

Cumprimento cordialmente Vossa Excelência e informo que o Egrégio Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, na sessão ordinária do dia 07/10/2013, decidiu, por unanimidade, encaminhar ao Conselho Nacional de Justiça proposta de Anteprojeto de Lei visando à criação de trinta cargos de provimento efetivo e de doze funções comissionadas no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Por conseguinte, remeto a Vossa Excelência cópia do processo nº PA-11621-52.2012.5.00.0000 para deliberação desse Conselho Nacional de Justiça, nos termos do inciso IV do art. 74 da Lei nº 12.708/2012.

Respeitosamente,


Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA
Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

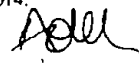


Conselho Superior da
Justiça do Trabalho

Sector de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 8 - Lote 1, Bloco A, sala 510
Brasília - DF 70.070-603
Telefone: 1611 3043.4005

BRASILIA, 21/11/2013. PROCESSO Nº 41/2013. CSJT/GP/SG/CPROC

De ordem, à CPROC para providências pertinentes.
Brasília, 27 / 3 / 2014.



ADLEI CRISTIAN CARVALHO PEREIRA SCHLOSSER
Secretário-Geral do Conselho Superior da Justiça do Trabalho



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça
GABINETE DO CONSELHEIRO FLAVIO SIRANGELO

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI N.º 0007104-19-36.2013.2.00.0000

RELATOR : CONSELHEIRO FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
REQUERENTE : CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO
INTERESSADO : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PARECER DE MÉRITO SOBRE ANTEPROJETO DE LEI. CRIAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO. ANÁLISE DE MÉRITO. CARGOS E FUNÇÕES RELACIONADAS À ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 90/2009 DO CNJ. RESOLUÇÃO Nº 184/2013 DO CNJ. PARECER FAVORÁVEL.

1. Os projetos de lei que importam em aumento de gasto com pessoal e encargos sociais devem ser acompanhados de parecer do Conselho Nacional de Justiça nos casos em que a iniciativa legislativa couber ao Poder Judiciário, conforme assentado na Lei nº 12.919/2013, inciso IV do artigo 79. Análise que se faz ainda em atendimento à Resolução nº 184/CNJ, ao estabelecer que o Conselho Nacional de Justiça emitirá parecer de mérito

nos anteprojetos de lei de iniciativa dos órgãos do Poder Judiciário da União que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais.

2. Conformação da proposta ora examinada aos requisitos dos incisos I, II e III do art. 4º da Resolução nº 184/CNJ, ao prever (i) as premissas e metodologia de cálculo utilizadas conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (ii) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e (iii) a simulação que demonstre o impacto da despesa considerados os limites para despesas com pessoal estabelecidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. Anteprojeto que encontra respaldo, igualmente, na Resolução nº 90/CNJ, quando determina ser necessário dotar os tribunais de estrutura de pessoal própria na área de tecnologia da informação.

4. Atendidos os critérios estabelecidos nos normativos aplicáveis, é viável a proposta criação de 30 cargos de provimento efetivo, sendo 21 cargos de analista judiciário e 09 de cargos de técnico judiciário, além de 12 funções comissionadas, área de apoio especializado, especialidade tecnologia da informação no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

5. Parecer favorável.

RELATÓRIO

Trata-se de Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei autuado a partir do Ofício CSJT.GP.SG.CPROC n.º 41/2013, de 21 de novembro de 2013, encaminhado a este Conselho Nacional de Justiça pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio do qual encaminha proposta de anteprojeto de lei para criação cargos e funções no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, especialidade tecnologia da informação.

O anteprojeto de lei prevê a criação de 21 (vinte e um) cargos efetivos de analista judiciário, 9 (nove) cargos efetivos de técnico judiciário e 12 funções comissionadas, assim distribuídas: 3 FC-05, 3 FC-04 e 6 FC-03, todas relativas à área tecnologia da informação.

Na elaboração do anteprojeto, o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região ressalta que a necessidade de criação de cargos e funções na área de tecnologia da informação decorre do quantitativo de usuários internos, do grau de informatização, do número de estações de trabalho, do desenvolvimento de projetos na área de TIC e do esforço necessário apara o atingimento das metas do planejamento estratégico da área respectiva, juntamente com os parâmetros definidos pela Resolução nº 90/2009, deste Conselho, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário.

Argumenta que as atividades de TIC estão relacionadas à quantidade de unidades judiciárias em funcionamento, pois o quantitativo de usuários de serviços de informática cresce aproximadamente na mesma proporção. Por esse motivo, enfatiza que o TRT 18ª Região possui atualmente 38 varas do trabalho instaladas e outras 10 varas do trabalho, criadas pela Lei 12.478/2011, em fase de instalação. Além disso, tramita outro anteprojeto de lei para criação de mais 24 novas varas do trabalho, 316 cargos efetivos e 48 cargos de juiz do trabalho.

Afirma que a exigência de que o efetivo de TIC seja compatível com o porte do Tribunal e a quantidade de usuários do serviço correspondente, decorre da previsão constante do § 4º, art. 2º, da Resolução nº 90/CNJ. Demonstra que o Anexo I do normativo referenciado fixa o número de 75 (setenta e cinco) servidores para atuação na área de tecnologia da informação quando o quantitativo de servidores do Tribunal estiver compreendido entre 1.501 e 3.000 usuários. Na sequência, expõe que o Tribunal possui atualmente 1.706 usuários, sendo apenas 45 (quarenta e cinco) servidores na área de TIC.

Relata que para o atendimento dos requisitos do ato normativo editado pelo Conselho Nacional de Justiça, seriam necessários mais 30 (trinta) servidores.

Prossegue asseverando que *"devido à implantação do processo digital em todas as unidades de primeiro e segundo graus de jurisdição e o advento do Projeto 'Papel Zero' "*, a carência de pessoal nessa área fica demasiadamente evidenciada.

No mesmo sentido, reside o pedido para criação das funções comissionadas. Elenca a existência de 15 funções comissionadas e 3 cargos em comissão direcionados à área avaliada, o que representa um percentual de 40% em relação ao quadro total de servidores da unidade. Nessa ótica, com o aumento de servidores para 75 (setenta e cinco) e mantendo-se a mesma proporção, verifica-se a necessidade de criação de 12 funções comissionadas, sendo 3 FC-05, 3 FC-04 e 6 FC-03.

O Tribunal apresentou estudo do impacto orçamentário relativo à criação dos cargos e funções em apreço (DOC3 – fls. 52/58).

Os autos foram remetidos ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, para avaliação. Nesse Conselho Superior, o procedimento foi distribuído a Conselheira Desembargadora Claudia Cardoso de Souza e recebeu a seguinte numeração: CSJT-AL-11621-52.2012.5.90.0000.

Após os pareceres das coordenadorias de orçamento e finanças – CFIN e de gestão de pessoas – CGPES (DOC3 – fls. 95/102 e

103/116), o Conselho Superior da Justiça do Trabalho acolheu, por unanimidade, a proposta de anteprojeto de lei formulada pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 18.^a Região, para a criação de 30 cargos (21 de Analista Judiciário e 9 de Técnico Judiciário), área apoio especializado, especialidade tecnologia da informação e das 12 funções comissionadas, sendo 3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3, com base nas Resoluções CSJT n.º 63/2010 e CNJ n.º 90/2009.

Logo em seguida, os autos foram encaminhados para o Tribunal Superior do Trabalho. O feito foi distribuído à Eminente Ministra Delaíde Miranda Arantes, que o encaminhou para julgamento pelo Órgão Especial do TST, resultando na aprovação, à unanimidade, da proposta apresentada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, com a determinação das providências necessárias ao encaminhamento do processo ao Conselho Nacional de Justiça para deliberação, na conformidade do art. 103-B, § 4.º, da Constituição Federal c/c o art. 74, IV, da Lei 12.708/2012.

Recebido o procedimento, determinei o encaminhamento dos autos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias para análise e manifestação acerca da proposta legislativa submetida à apreciação deste Conselho. O parecer do DPJ foi conclusivo no sentido que: *“Nos termos expostos e observando-se os critérios constantes da Resolução CNJ n. 90/2009 e Resolução CNJ n. 184/2013, observa-se que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região atende aos critérios objetivos necessários à criação de 30 (trinta) cargos de provimento efetivo, sendo 21 (vinte e um) de analista judiciário e 9 (nove) de técnico judiciário, na área de apoio especializado, especialidade tecnologia da informação. Quanto à criação de 12 (doze) funções de confiança - 3 (três) nível FC-05, 3 (três) nível FC-04 e 6 (seis) nível FC-03 – o pedido é compatível com o porte do Tribunal e mantém a proporcionalidade já existente entre o número de cargos efetivos e funções de confiança”*.

Ato contínuo, determinei a remessa dos autos ao Departamento de Acompanhamento Orçamentário deste CNJ, para fins

de emissão de parecer sobre o atendimento aos requisitos constantes do artigo 79 da Lei nº 12.919, de 2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Em atendimento ao despacho, o Departamento de Acompanhamento Orçamentário apresentou seu parecer no seguinte sentido:

- a) O impacto orçamentário das despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes do Anteprojeto de Lei ora proposto pelo TRT da 18ª Região é estimado em R\$ 3.914.847,49, em 2015; R\$ 3.929.548,39 em 2016; e R\$ 3.945.131,33, em 2017.
- b) A aprovação da dotação orçamentária para o custeio dessa despesa dependerá de disponibilidade de limite em anexo específico da Lei Orçamentária Anual - LOA 2015;
- c) A aprovação da dotação em anexo específico implica em garantia de que a despesa criada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na LDO;
- d) O aumento da despesa com pessoal e encargos sociais, decorrentes do presente Anteprojeto de Lei, observa o limite de gastos estabelecidos para o TRT 18ª Região, estabelecido no Ato Conjunto nº 30, de 26 de agosto de 2013, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e
- e) A possibilidade de aprovação desta proposição para vigor a partir do exercício de 2015 fica condicionada ao seu encaminhamento ao Congresso Nacional em prazo compatível com o de envio, no mesmo ano, da proposta orçamentária, conforme parágrafo único do art. 3º da Resolução nº 184.

Sob o aspecto orçamentário e financeiro, portanto, **não há empecilho para o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional** pela Justiça do Trabalho.

É o relatório. Passo a votar.

O procedimento em tela tem por objetivo a ampliação do quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, especificamente em relação à área de tecnologia da informação, com a

criação de 30 (trinta) cargos, sendo 21 (vinte e um) de analista judiciário e 09 (nove) de técnico judiciário, ambos da especialidade referida, além de 12 funções comissionadas (3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3).

De acordo com a Lei nº 12.919, de 2013¹, inciso IV do artigo 79, os projetos de lei que importam em aumento de gasto com pessoal e encargos sociais devem ser acompanhados de parecer do Conselho Nacional de Justiça nos casos em que a iniciativa legislativa couber ao Poder Judiciário.

Pois bem. Recentemente este Conselho aprovou a Resolução nº 184/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário, disciplinando no art. 3º que *“o Conselho Nacional de Justiça emitirá parecer de mérito nos anteprojetos de lei de iniciativa dos órgãos do Poder Judiciário da União que impliquem aumento de gastos com pessoal e encargos sociais”*.

Os parâmetros definidos pelo CNJ constam expressamente do art. 4º, como forma de direcionar os Tribunais na elaboração das propostas de anteprojetos de lei:

- I – premissas e metodologia de cálculo utilizadas, conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- II – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- III – simulação que demonstre o impacto da despesa considerados os limites para despesas com pessoal estabelecidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal; e
- IV – estudo técnico fundamentado, com justificativa e comprovação do atendimento dos critérios estabelecidos nesta Resolução.

¹ Art. 79. Os projetos de lei e medidas provisórias relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de: (...)

IV - parecer ou comprovação de solicitação de parecer sobre o atendimento aos requisitos deste artigo, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, de que tratam os arts. 103-B e 130-A da Constituição Federal, tratando-se, respectivamente, de projetos de lei de iniciativa do Poder Judiciário e do Ministério Público da União.

Não obstante o presente feito refira-se exclusivamente à criação de cargos em área de apoio especializado, especialidade tecnologia da informação, que direciona a aplicabilidade exclusiva da Resolução nº 90, deste Conselho, que trata dos requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário, verifico que a Resolução nº 184/CNJ também abarcou as hipóteses de criação de cargos de apoio especializado.

Portanto, ambos normativos devem ser observados quando se referir a anteprojetos relacionados à criação de cargos e funções relacionadas à tecnologia da informação.

Como se depreende da Resolução nº 90/CNJ, a norma aponta para a necessidade de criação de quadro próprio permanente de profissionais da área de tecnologia da informação pelos Tribunais, objetivo que deve pautar as ações estratégicas voltadas à criação de cargos, como o que ocorre no caso presente.

Importante considerar que a Justiça do Trabalho, representada pelo Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aderiu ao PJ-e (Processo Judicial eletrônico) antes mesmo da edição da Resolução nº 185/2013 deste Conselho, que instituiu o Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe como sistema informatizado de processo judicial no âmbito do Poder Judiciário, o que denota a necessidade de municiar os Tribunais Regionais do Trabalho de infraestrutura de pessoal própria, capaz de dar suporte e desenvolver o sistema, independentemente de mão-de-obra terceirizada.

Assim, seguindo o entendimento exposto pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), é inegável a necessidade de contemplar o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região com o quantitativo de cargos necessários para completar o mínimo de profissionais exigido pela Resolução nº 90 do CNJ, Anexo I.

Nessa ótica, considerando que o referido Tribunal possui atualmente 1.706 (mil setecentos e seis) usuários de computador, são suficientes 75 (setenta e cinco) servidores afetos à área de tecnologia da

informação. Sendo o quadro atual do setor formado por 45 (quarenta e cinco) servidores, a diferença de cargos a ser suprida é de 30 (trinta) cargos efetivos, sendo 23 (vinte e três) analistas e 09 (nove) técnicos judiciários.

Logo, na esteira da conclusão levada a efeito pelo DPJ, verifico que o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região atende aos critérios objetivos necessários à criação de 30 (trinta) cargos de provimento efetivo, sendo 21 (vinte e um) de analista judiciário e 09 (nove) de técnico judiciário, na área de apoio especializado, especialidade tecnologia da informação.

Todavia, além dos cargos de provimento efetivo, o TRT 18ª Região também pretende a aprovação de 12 funções comissionadas, como forma de a proporcionalidade entre cargos e funções, assim distribuídas: 3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3.

Em relação à criação dessas funções de confiança, o DPJ entende que o pedido formulado *"destina-se à fortalecer unidade de apoio estratégico para o desenvolvimento e gestão dos serviços de tecnologia da informação e comunicações. Assim, para avaliação do disposto no inciso III do art. 10 da Resolução CNJ n. 184/2013, retoma-se o princípio da Resolução CNJ n. 90/2009 que exige compatibilidade da força de trabalho da área de TI com a demanda do tribunal e também com seu porte".* E, ao final, conclui que "o pedido é compatível com o porte do Tribunal e mantém a proporcionalidade já existente entre o número de cargos efetivos e funções de confiança".

Do ponto de vista orçamentário e financeiro, verifico que o parecer apresentado pelo Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DOR (PARE7, evento 12) revela que o projeto atende integralmente aos incisos I, II e III do art. 4º da Resolução nº 184/CNJ, ao prever (i) as premissas e metodologia de cálculo utilizadas conforme estabelece o art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal; (ii) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e (iii) a simulação que demonstre o

impacto da despesa considerados os limites para despesas com pessoal estabelecidos no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nos termos desse parecer, resta demonstrado o amplo atendimento às exigências constantes na Resolução nº 184/CNJ. Por essa razão, e por verificar também pelo mesmo parecer que os demais requisitos ordinariamente previstos nas sucessivas leis de diretrizes orçamentárias estão igualmente atendidos, endosso a referida manifestação técnica no sentido de que “não há empecilho para o encaminhamento do Projeto de Lei ao Congresso Nacional pela Justiça do Trabalho”.

Como se verifica, não existe qualquer óbice para a criação dos cargos e funções pleiteadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Ante o exposto, reconhecida a competência do Conselho Nacional de Justiça para apreciar o mérito das propostas legislativas, **dou parecer favorável** ao Projeto de Lei para criação de cargos e funções no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, autorizando a criação de 30 (trinta) cargos de provimento efetivo, sendo 21 (vinte e três) cargos de analista judiciário e 09 (nove) cargos de técnico judiciário, e de 12 funções comissionadas, sendo 3 FC-5, 3 FC-4 e 6 FC-3, todos na especialidade tecnologia da informação.

É como voto.

Brasília, 25 de fevereiro de 2014.

Conselheiro FLAVIO PORTINHO SIRANGELO
Relator



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

OF.TST.ASPAR.GP Nº 159

Brasília, 12 de novembro de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado MARIO FEITOZA
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação
Brasília – DF

Assunto: **Projeto de Lei de autoria do TST**

Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimento Vossa Excelência pelos trabalhos realizados na Presidência da Comissão de Finanças e Tributação, encaminho os impactos financeiros dos Projetos de Lei 7.573/2014 e 7.909/2014, de interesse do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - GO.

Este Regional solicita a criação de cargos de analistas judiciário, técnicos judiciário e funções comissionadas, cujo impacto financeiro para 2014 (a partir de dezembro) é de R\$ 2.166.412,29 (dois milhões cento e sessenta e seis mil quatrocentos e doze reais e vinte e nove centavos); e de R\$ 29.593.900,25 (vinte e nove milhões quinhentos e noventa e três mil e novecentos reais e vinte e cinco centavos), em cada um dos dois exercícios imediatamente subsequentes.

Assim, informo que os acréscimos decorrentes da criação de aludidos cargos e funções comissionadas não excederão aos limites (legal e prudencial) estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) para gasto com pessoal e encargos sociais.

Atenciosamente,


Ministro **ANTONIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN**
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CEF/1
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, CJs E FCs

RELATÓRIO 1:
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 18, § 2º e 17 - LRF)
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)

Tribunal Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Fundamentação Legal: PL 7.909/2014 e 7.673/2014

1) QUADRO DE QUANTITATIVOS DE CARGOS, CJs E FCs A SEREM CRIADOS

CARGOS EFETIVOS		CARGOS EM COMISSÃO (CJ)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)	
TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
JUIZ TOGAÍDO	-	CJ-1	4	FC - 1	-
JUIZ DE VT	-	CJ-2	-	FC - 2	19
JUIZ SUBSTITUTO	-	CJ-3	14	FC - 3	21
ANALISTA JUDICIÁRIO	149	CJ-4	-	FC - 4	31
TÉCNICO JUDICIÁRIO	49			FC - 5	12
AUXILIAR JUDICIÁRIO	-			FC - 6	4
SOMA	199		18		87

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO	2014	2015	2016
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.469.412,29	29.593.900,25	29.593.900,25
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS*	208.931,12	2.453.173,61	2.453.173,61
SOMA	2.678.343,41	32.047.073,86	32.047.073,86

*Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Pré-Estado e Assistência Médica e Odontológica

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - Arts. 18 e 20, I, b. Limite Prudencial - Art. 22, § Único)

DESPESA ATUAL COM PESSOAL (Dotação para 2014, deduzida das fontes 150 e 169**)	233.734.040,00
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS/CJs/FCs	29.593.900,25
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	263.327.940,25
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**	APURAÇÃO 51/04/2013 a 31/03/2014
PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL NA RCL (1% DA RCL)	0,049358%
LIMITE LEGAL (Arts. 18 e 20, I, b)	335.540.097,94
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Legal - Art. 22 § Único)	318.783.093,04
MARGEM RESIDUAL (limite prudencial - despesa total)	65.455.152,79

*Conforme a 6ª edição do Manual de Cálculo do PCL, aprovado pelo Parecer STJ Nº 632 de 20/06/2009, pg. 31, para os dados de Despesa de Pessoal as fontes 150 e 169 destinam-se ao pagamento de Aposentadorias e Pensões.

** A RCL utilizada é a de 2014, conforme o Parecer STJ Nº 543/2013, relatado no acórdão do TRF da 1ª Região.

COMENTÁRIO:

O acréscimo decorrente da proposta de criação de cargos, CJs e FCs não excederá os limites limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando-se o período de apuração da RCL.

Brasília-DF, 11 de setembro, 2014

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, CJ E FC

PLANILHA DE CÁLCULO 1		
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (ART. 16, § 2º E 17 - LRF)		
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (ART. 19 - LRF)		

* Premissas e Metodologia utilizadas - Arts. 16, § 2º e 19 da LRF.

FUNDAMENTO LEGAL: PL 7.909/2014 e 7.673/2014

TRIBUNAL INTERESSADO: TRT 18ª REGIÃO

A) QUANTITATIVO DE CARGOS, CJ E FC A SEREM CRIADOS

JUIZ		CARGOS EFETIVOS		FUNÇÕES COMPLEMENTARES E CARGOS EM COMISSÃO		
CARGO	QUANTIDADES	CARGO	QUANTIDADE	CCG	QUANT DEFE	QUANT DE CJ
JUIZ TOCADO	0	ANALISTA	149	2	19	0
JUIZ DE VT	0	TÉCNICO	49	3	21	14
JUIZ SUBSTITUTO	0	AUXILIAR	0	4	31	0
				5	12	
				6	4	
TOTAL	0	TOTAL	198	TOTAL	87	18

B) CARGOS DE JUÍZES

IMPACTO	Número de Despesa	Descrição de Cálculo	Estimativa de Impacto para o Exercício de entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	
				2016	2017
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL (BRUTOS)	3.3.1.90.11				
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	$b = a \times 12$			
(c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	$c = b \times (13^{\text{º}} \text{ mes} / 12)$			
(d) 13ª FÉRIAS	3.3.1.90.11	$d = b \times 1/3$			
(e) SOMA - DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	$e = b + c + d$			
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PSSS	3.3.1.90.13	$f = e \times 22\%$			
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		$g = e + f$			

NOTAS:

1) Os valores das remunerações de Magistros foram obtidos da Lei 13.416/2017.
2) Adotou-se como taxa anual, o salário de 12 remunerações mais 75 centavos de salário (18%).

C) CARGOS EFETIVOS

IMPACTO	Número de Despesa	Descrição de Cálculo	Estimativa de Impacto para o Exercício de entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	
				2016	2017
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL	Parcela do PCB remuneração mensal nº de meses - anos	Informar o valor			
			2016	2016	2016
			3.432.059,63	1.574.722,20	1.574.722,20
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	$b = a \times 12$	1.242.617,25	18.828.668,45	18.828.668,45
(c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	$c = b \times (13^{\text{º}} \text{ mes} / 12)$	121.024,97	1.574.722,20	1.574.722,20
(d) 13ª FÉRIAS	3.3.1.90.11	$d = b \times 1/3$	41.324,59	524.007,45	524.007,45
(e) SOMA	3.3.1.90.11	$e = b + c + d$	1.404.966,81	20.927.398,10	20.927.398,10
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PSSS	3.3.1.90.13	$f = e \times 22\%$	309.092,70	4.604.027,58	4.604.027,58
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		$g = e + f$	1.714.059,51	25.531.425,68	25.531.425,68

NOTAS:

1) Valores de PCB aprovados pelo Poder Judiciário.

D) CARGOS EM COMISSÃO (CJ) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o Exercício de entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
			2016 [art. 16]	2016 [art. 16]	2016 [art. 16]
1) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES	3.3.90.31	$g = a \times n \text{ de meses}$	213.331,43	213.331,43	213.331,43
2) VALOR ANUAL	3.3.90.31	$g = a \times n \text{ de meses}$	213.331,43	213.331,43	213.331,43
3) 13º SALÁRIO	3.3.90.31	$g = a \times n \text{ de meses}$	24.863,12	24.863,12	24.863,12
4) 13ª FÉRIAS	3.3.90.31	$g = a \times n$	8.218,37	8.218,37	8.218,37
5) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.90.31	$g = a \times n$	246.412,92	246.412,92	246.412,92

NOTAS III:

- 1) Para os FCs 1, 2, 3 e 4 considerou-se o percentual de remuneração de 60% para os FCs 5 e 6 e 50% para os FCs 7, 8 e 9. Considerou-se o valor integral.
2) Para os FCs 1 e 2 considerou-se o valor integral de 13 meses.
3) Não há incidência de PIS sobre o montante de função comissionada, de acordo com a Lei Complementar nº 10/2004.

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Contínuo, conforme Art. 17 da LRF)

Benefício	Natureza da Despesa	Benefício	Qtd de beneficiários	Estimativa de Impacto para o Exercício de entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
				2016	2016	2016
1) Auxílio Alimentação	3.3.90.46	7.000	122	854.000,00	854.000,00	854.000,00
2) Auxílio Transporte	3.3.90.46	112,00	122	13.664,00	13.664,00	13.664,00
3) Auxílio Pê-Estudo	3.3.90.46	22,44	122	2.737,68	2.737,68	2.737,68
4) Auxílio Indenização - Ocorrência	3.3.90.46	240,00	122	29.280,00	29.280,00	29.280,00
5) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	3.3.90.46			899.681,68	899.681,68	899.681,68
6) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	3.3.90.46			10.796.180,16	10.796.180,16	10.796.180,16

NOTAS IV:

- 1) Os valores e a natureza dos Benefícios considerados são os estabelecidos pelo TST.
2) Auxílio Alimentação - Valor constante do Ato.
3) Auxílio Transporte - Valor constante do Ato. 300 x 22,44 conforme Ato SEPEB/ODGA GP nº 12/00.
4) Auxílio Pê-Estudo - Valor fixado pelo Ato.
5) Para o Cálculo do APE, considerou-se o valor integral de 13 meses de férias de 130 dias, de acordo com a Lei Complementar nº 10/2004.
6) Valor de APE, por pessoa, conforme Ato SEPEB/ODGA GP nº 12/00, e 2º fase da Lei nº 13.030/2014.
7) Para os Benefícios de Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e APE, não houve alteração no valor do TST, de acordo com a Lei Complementar nº 10/2004.

F) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTÍNUO (Art. 16 e 17 da LRF)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o Exercício de entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
			2016	2016	2016
1) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	1.841.319,37	2.127.247,81	2.127.247,81
2) 13º SALÁRIO	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	185.870,00	212.703,63	212.703,63
3) 13ª FÉRIAS	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	43.572,20	50.000,00	50.000,00
4) SOMA	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.070.761,57	2.390.000,00	2.390.000,00
5) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PIS	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	312.810,32	361.885,12	361.885,12
6) TOTAL DESPESAS PESSOAIS	3.3.90.31	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.383.571,89	2.751.885,12	2.751.885,12
7) BENEFÍCIOS	3.3.90.46	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	899.681,68	899.681,68	899.681,68
8) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.90.31 e 3.3.90.46	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	3.283.253,57	3.651.566,80	3.651.566,80

NOTAS V:

- 1) Impacto orçamentário financeiro resultante da criação de cargos, CJs e FCs não implica ultrapassagem dos limites (legais e prudenciais) da LRF para despesa com pessoal, considerando-se a RCL apurada no período em que o quadro de pessoal for criado.
2) Contribuição Patronal de acordo com a Lei nº 10.287/2001, conforme a Lei nº 10.287/2001.

G) APERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 18 da LRF)

ITEMS	Memória de Cálculo	Limite LRF
1) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92
2) COTAÇÃO DE PESSOAL PGM	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92
3) DESPESA DE PESSOAL PREVISITA	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92
4) LIMITE LEGAL (LRF) (% da RCL)	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92
5) LIMITE PRUDENCIAL	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92
6) LIMITE PRUDENCIAL (Não Utilizado)	$a = B \times (b + c) \times n \times D \times (1 + e)$	2.186.412,92

NOTAS VI:

- 1) Impacto orçamentário financeiro resultante da criação de cargos, CJs e FCs não implica ultrapassagem dos limites (legais e prudenciais) da LRF para despesa com pessoal, considerando-se a RCL apurada no período em que o quadro de pessoal for criado.
2) O item (1) Limite Legal da LRF, baseia-se na Lei Complementar nº 10/2004, de acordo com a Lei nº 10.287/2001.
3) A RCL (LRF) é o Exército de 2014, constante de Portaria 674, de 24/08/2014, relativa ao exercício de 2014.
4) Conforme a Resolução do Conselho de Administração da RCL, aprovada pela Portaria 674, de 24/08/2014, o item (2) Limite Legal da LRF, baseia-se na Lei nº 10.287/2001, de acordo com a Lei nº 10.287/2001.
5) Conforme a Resolução do Conselho de Administração da RCL, aprovada pela Portaria 674, de 24/08/2014, o item (3) Limite Prudencial da LRF, baseia-se na Lei nº 10.287/2001, de acordo com a Lei nº 10.287/2001.

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINanças - CFEI
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, C.J. E FC

RELATÓRIO 1: ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (AN. 18, § 2º e 17 - LRF) E AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (AN. 19 - LRF)

Tribunal Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Fundamentação Legal: PL 7.908/2014

1) QUADRO DE QUANTITATIVOS DE CARGOS, C.J. E FC A SEREM CRIADOS

CARGOS EFETIVOS		CARGOS EM COMISSÃO (CJ)		FUNÇÕES COMISSONADAS (FC)	
TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
JUIZ TOGADO	-	CJ-1	4	FC - 1	-
JUIZ DE VT	-	CJ-2	-	FC - 2	19
JUIZ SUBSTITUTO	-	CJ-3	14	FC - 3	16
ANALISTA JUDICIÁRIO	128	CJ-4	-	FC - 4	28
TÉCNICO JUDICIÁRIO	40			FC - 5	9
AUXILIAR JUDICIÁRIO	-			FC - 6	4
SOMA	168		18		76

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO	2014	2015	2016
PESSOAL E CARGOS SOCIAIS	1.467.004,91	25.473.593,55	25.473.593,55
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS*	115.362,63	2.104.437,04	2.104.439,04
SOMA	2.042.874,43	27.578.030,59	27.578.032,59

*Mantido Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Para Estudar e Assistência Médica e Odontológica

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - Arts. 19 e 20, L.b. Limite Prudencial - Art. 22, § Único)

DESPESA ATUAL COM PESSOAL (Dotação para 2014, deduzida das fontes 156 e 189*)	233.734.040,00
ESTIMATIVA DO IMPACTO ATUAL DESTA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS/CJ/FC	25.473.593,55
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	259.207.633,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**	676.855.840.000,00
PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL NA RCL (1% DA RCL)	0,049588%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, b)	335.540.097,84
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Legal - Art. 22 § Único)	318.763.093,04
MARGEM RESIDUAL (Limite Prudencial - despesa total)	69.853.439,49

*Correção e 81 edição do Manual de Cálculos da RCL - aprovado pela Portaria 577, NE nº 632 de 23/04/2016, Art. 2º, por alteração da Lei de Criação de Pessoal e Fontes 156 e 189 destinados ao pagamento de Aposentadorias e Pensões

**A RCL utilizada é a do Exercício de 2014, constante da Portaria 577, LRF nº 643/2014 e RCL nº 632/2014, de 23/04/2016

COMENTÁRIO:

O acréscimo decorrente da proposta de criação de cargos, C.J.s e FC's não excederá os limites limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando-se o período de apuração da RCL.

Brasília-DF, 11 novembro, 2014

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - CFIN
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, CJ E FC

PLANTILHA DE CÁLCULO 1:	
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 18, § 2º e 17 - LRF)	
VERIFICAÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)	

* Premissas e Metodologia utilizadas - Arts. 16, § 2º e 19 da LRF.

FUNDAMENTO LEGAL: PL 7.809/2014

TRIBUNAL INTERESSADO: TRT 18ª REGIÃO

A) QUANTITATIVO DE CARGOS, CJ E FCA SEREM CRIADOS

AJZES		CARGOS EFETIVOS		FUNÇÕES COMESORDNADAS E CARGOS EM COMISSÃO		
CARGO	QUANTIDADE	CARGO	QUANTIDADE	FCA	QUANT DE FC	QUANT DE CJ
JUIZ TOCADO	0	ANALISTA	128	2	19	0
JUIZ DE VT	0	TÉCNICO	40	3	15	14
JUIZ SUBSTITUTO	0	AUXILIAR	3	4	28	0
				5	9	
				9	4	
TOTAL	0	TOTAL	168	TOTAL	78	18

B) CARGOS DE JUÍZES

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa do Impacto para o Exercício da unidade em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
			Nº de Meses em vigor	2016	2017
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSÍDIO)	3.3.1.90.11	a			
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x 12 meses			
(c) 12º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = b x (12 meses/12)			
(d) 13º FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = 2 x c/2			
(e) BOMIA - EMPRESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b x e x d			
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PIS	3.3.1.90.13	f = b x 22%			
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		g = a + f			

NOTAS:

1) Os valores das remunerações dos magistrados foram atualizados de 10/4/2002.

2) Admitiu-se como "último anual" o salário de 13 remunerações mais 23 comissões (Notas)

C) CARGOS EFETIVOS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa do Impacto para o Exercício da unidade em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
			Informar o grupo	2016	2017
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL	Paralelo do PCB		2016	2016	2016
	remuneração mensal	1.167.846,03	1.237.046,18	1.541.545,48	1.541.545,48
	Nº de meses em vigor	1			
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x 12 meses	1.167.846,03	18.098.545,97	18.098.545,97
(c) 12º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = b x (12 meses/12)	123.087,18	1.541.545,48	1.541.545,48
(d) 13º FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = c/2	34.397,23	417.181,62	417.181,62
(e) BOMIA	3.3.1.90.11	e = b x c x d	1.291.253,60	17.687.272,65	17.687.272,65
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PIS	3.3.1.90.13	f = e x 22%	284.075,79	3.935.700,07	3.935.700,07
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		g = a + f	1.541.121,19	21.922.472,64	21.922.472,64

NOTAS:

1) Valores com o PCB atualizado por o Poder Judiciário

D) CARGOS EM COMISSÃO (CJ) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Idade da Despesa	Unidade da Cidade	Estimativa de Impacto para o Exercício de 2016 em função do acréscimo no valor da LDB	1º Exercício Boleto quinzenal	2º Exercício Boleto quinzenal
			Informe a seguinte:	2016	2016
			2016	2016	2016
(a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CURSOS E FUNÇÕES	remuneração mensal de 1º de março a maio		273.534,05	273.534,05	273.534,05
(b) VALOR ANUAL	2.313,90 (1)	b = a x n° de meses	273.534,05	2.287.128,00	3.287.556,00
(c) 1º BILÍNGUE	2.313,90 (1)	c = b x 12 meses	22.838,70	273.534,05	273.534,05
(d) 2º BILÍNGUE	2.313,90 (1)	d = c x 1	7.619,57	91.128,00	91.128,00
(e) DESPESA TOTAL	2.313,90 (1)	e = b + c + d	328.432,32	3.651.790,05	3.651.790,05

NOTAS:

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme Art. 17 da LRF)

Demonstrativo	Valor da Despesa	Demonstrativo	Outros Benefícios	Exercício da Propriedade para o Exercício do mês em vigor de Lei	1º Exercício (Saldo em 1º)	2º Exercício (Saldo em 1º)
				2016	2015	2016
(a) Autarquia Administrativa	2.23.99.58	735.03	143	119.764,00	119.284,00	119.212,60
(b) Autarquia Transportes	2.2.150.48	132.60	43	5.282,00	5.282,00	5.282,00
(c) Autarquia Pro Social	1.3.3.99.58	22.44	165	7.729,83	7.763,89	7.769,97
(d) Associação Pública de Desenvolvimento	3.3.3.99.93	283,03	145	47.645,00	47.645,00	47.645,00
(e) TOTAL MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS				175.360,83	175.360,89	175.360,89
(f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS				178.389,92	1.104.410,04	1.102.438,04

[illegible]

F) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

ÍNDICADOR	Número de Crianças	Número de Casos	nº de meses analisados	Exatidão do Impacto		1º Efeito Subsequente		2º Efeito Subsequente	
				Acerto em Função de					
				Acerto em Valor de	Ler	2016	2015	2016	2015
(a) ATUALIZAÇÃO ANUAL	3.31.90.1	$a = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		1.617.628,03	18.340.214,17	18.340.354,17			
(b) 1ª ANÁLISE	3.31.90.11	$b = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		325.818,18	1.915.723,18	1.915.523,18			
(c) 2ª ANÁLISE	3.31.90.12	$c = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		4.973,08	219.203,61	219.203,61			
(d) 3ª ANÁLISE	3.31.90.13	$d = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		1.617.706,77	21.540.713,37	21.540.713,37			
(e) 4ª ANÁLISE	3.31.90.14	$e = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		281.874,52	3.873.000,63	3.873.000,63			
(f) 5ª ANÁLISE	3.31.90.15	$f = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		1.874.536,04	25.426.933,66	25.426.933,66			
(g) 6ª ANÁLISE	3.31.90.16	$g = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		175.358,62	2.103.473,61	2.103.473,61			
(h) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.31.90.17	$h = 0,01 \times C(a) \times D(c)$		2.012.974,63	27.640.072,69	27.640.072,69			

NOTAS Y

G) AVERSIÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

ITEM	Munícipio de Córreia	Limite LRF
1) ESTRUTURA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	$s = 12m$ (12 doze meses) (Diário)	1.007.634,91
2) DOTACÃO DE PESSOAL PREVISTA	$s = \text{Dotação de Pessoal Prevista} + \text{Dotação de Pessoal (12m)} (12)$	230.734.040,00
3) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	$s = s \cdot b$	233.871.847,57
4) LIMITE COM LRF (4% RCL)	$s = \text{Receita Corrente Líquida (RCL)} \cdot \frac{11632011}{11620010} \cdot 15,632011 \cdot 0,043768\%$	335.240.097,80
5) LIMITE PREVIDENCIAL	$s = s \cdot 0,5\%$	216.185.263,04
6) MARGEM PREVIDENCIAL (20% LRF) (LRF)	$s = s \cdot 0,2\%$	22.181.449,13

NOTAS VAI

1) O Impacto ambiental/financeiro da variante da criação de cargas, C1 e C2 não implicam ultrapassagem dos limites (legais e praxeológicos) da LRF para essas com. Passos, considerando-se a RCE suposta no período Indefinido que segue

2) O Item 1.3.1.1 "Imposto da LRF" vai e para de 3ª coluna de queda "C1" e de 4ª coluna de queda "C2", de 4ª e 5ª colunas, valor de RCE, portanto, 8,55 milhões de R\$ e o mesmo para as demais com. Passos

3) A RCE utilizada é do Estágio de 70% constante da Portaria SBC/MT nº 283/04 e referida na seguinte expressão de 2014

4) Conforme o Art. 6º do Manual de Classificação de RCE, Anexo 3 da Portaria SBC/MT nº 632, de 30/03/2004 (p. 11) nos casos de não do Orçamento de Passos as com. 118 e 120 devem ser agrupadas em Acidentes e a RCE é

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COFIN
CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO - CSJT

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, C.J. E FC

RELATÓRIO 1
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, § 2º e 17 - LRF)
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)

Tribunal Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Fundamentação Legal: PL 7.673/2014

1) QUADRO DE QUANTITATIVOS DE CARGOS, C.J. E FC A SEREM CRIADOS

CARGOS EFETIVOS		CARGOS EM COMISSÃO (CJ)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)	
TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
JUIZ TOGADO	-	CJ-1	-	FC - 1	-
JUIZ DE VI	-	CJ-2	-	FC - 2	-
JUIZ SUBSTITUTO	-	CJ-3	-	FC - 3	6
ANALISTA JUDICIÁRIO	21	CJ-4	-	FC - 4	3
TÉCNICO JUDICIÁRIO	9			FC - 5	3
AUXILIAR JUDICIÁRIO	-			FC - 6	-
SOMA	30				12

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

DEPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO	2014	2015	2016
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	293.637,37	4.118.306,70	4.118.306,70
EDIFÍCIOS ASSISTÊNCIAS*	31.561,20	378.734,40	378.734,40
SOMA	310.308,57	4.497.041,10	4.497.041,10

*Artes 16 e 17 - LRF: Arrebitamento, Arrebitamento, Arrebitamento e Assistência Médica e Odontológica

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - Arts. 19 e 20, I, b. Limite Prudencial - Art. 22, § Único)

DESPESA ATUAL COM PESSOAL (Omissão para 2014, deduzida das folhas 156 e 169)	233.734.040,00
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS/CJ/FC	4.118.306,70
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	237.852.346,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)**	676.655.640.000,00
PARTICIPAÇÃO DO TRIBUNAL NA RCL (1% DA RCL)	0,048588%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I b)	335.640.097,94
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Legal - Art. 22 § Único)	318.753.093,04
MARGEM RESTRITIVA (limite prudencial - despesa total)	80.810.748,34

*Conforme a 6ª edição do Manual de Cálculo da RCL, aprovado pela Portaria STJ, nº 137, de 30/6/2008, pp. 37. Atribuição dos Despesa de Pessoal as folhas 156 e 169 destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões.

**A RCL utilizada é a do Exercício de 2014, conforme a Portaria STJ, nº 137, de 30/6/2008, e as seguintes alterações de 2014.

COMENTÁRIO:

O acréscimo decorrente da proposta de criação de cargos, C.J.s e FC's não excederá os limites anuais (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando-se o período de apuração da RCL.

ANÁLISE DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE CARGOS, CJ E FC

PLANTILHA DE CÁLCULO 1:
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, § 2º e 17 - LRF)
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 16 - LRF)

* Premissas e Metodologia utilizadas - Arts. 16, § 2º e 19 da LRF.

FUNDAMENTO LEGAL: PL 7.673/2014

TRIBUNAL INTERESSADO: TRT 18ª REGIÃO

A) QUANTITATIVO DE CARGOS, CJ E FC A SEREM CRIADOS

NÍVEL		CARGOS E FUNÇÕES		FUNÇÕES COMBINAÇÔES E CARGOS E FUNÇÕES COMBINAÇÔES		
CARGO	QUANTIDADES	CARGO	QUANTIDADES	FC/J	QUANTIDADE	QUANTIDADE
JUIZ TOUQUO	0	ANALISTA	21	1	0	0
JUIZ DE VI	0	TECHICO	9	2	0	0
JUIZ SUBSTITUTO	0	AUXILIAR	0	3	0	0
				4	3	0
				5	3	0
				6	0	0
TOTAL	0	TOTAL	30	TOTAL	12	0

B) CARGOS DE JUÍZES

IMPACTO	Natureza da Despesa	Montante do Cálculo	Estimativa do Impacto para o Estado de acordo com o valor da Lei	1º Estado Subsequente	2º Estado Subsequente
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SALÁRIO)	3.3.1.90.11	1	R\$16	R\$16	R\$16
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	2 x a x n° de meses			
(c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a x (n° meses/12)			
(d) 13º FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = c x 1/3			
(e) BOMBA DE DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d			
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PPSB	3.3.1.90.13	f = e x 27%			
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		g = e + f			

NOTAS:

1º - Os valores das remunerações de Magistérios foram extraídos da Lei 12.474/2012.
2º - Adotamos como custo a Lei, o somatório de 13 remunerações mais 27% de contribuição (PPSB).

C) CARGOS ESSENCIAIS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Montante do Cálculo	Estimativa do Impacto para o Estado de acordo com o valor da Lei	1º Estado Subsequente	2º Estado Subsequente
(a) REMUNERAÇÃO MENSAL	Parcela do PCB remuneração mensal n° de meses/mês	156.813,85	R\$16 16716	R\$16 16716	R\$16 16716
(b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	2 x a x n° de meses	16.813,85	2.768.120,88	2.768.120,88
(c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = b x (n° meses/12)	17.817,79	233.178,24	233.178,24
(d) 13º FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = c x 1/3	5.939,26	77.725,58	77.725,58
(e) BOMBA	3.3.1.90.11	e = b + c + d	226.766,24	3.109.023,20	3.109.023,20
(f) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PPSB	3.3.1.90.13	f = e x 22%	49.888,57	843.645,10	843.645,10
(g) IMPACTO ANUAL TOTAL		g = e + f	276.654,81	3.952.668,30	3.952.668,30

NOTAS:

1º - Os valores do PCB foram extraídos pelo Poder Judiciário.

D) CARGOS EM COMISSÃO (CJ) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa do Impacto para o Exercício de 2016 em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
				2016	2016
(a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS E FUNÇÕES	Remuneração mensal	$a = b \times c \times d$	24.327,25	24.327,25	24.327,25
(b) VALOR ANUAL	$b = 12$	$b = a \times 12$	291.927,00	291.927,00	291.927,00
(c) 13º SALÁRIO	$c = 1$	$c = a \times 1$	24.327,25	24.327,25	24.327,25
(d) 14º SALÁRIO	$d = 1$	$d = a \times 1$	24.327,25	24.327,25	24.327,25
(e) IMPACTO ANUAL TOTAL	$e = b + c + d$	$e = b + c + d$	291.927,00	291.927,00	291.927,00

NOTAS II

- 1) Para as FC: 1 - 2 - 3 e 4 consideramos o percentual fixado para remuneração do cargo, para as FC: 2, 3 e 4 e para todas as CJ (artigos FC: 7 - 8 - 9 - 10) consideramos os valores fixados.
 2) Para FC: 1 e saldos de salários RCL de até 12 meses, considerando o valor de 12 meses.
 3) Não há incidência de 13º e 14º salários para as funções em comissão, logo a = 0 e não há contribuição para o total.

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme Art. 17 da LRF)

Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Orc. de Beneficiários	Estimativa do Impacto para o Exercício de 2016 em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
					2016	2016
(a) Auxílio Alimentação	3.3.90.20	212,00	50	21.307,00	21.307,00	21.307,00
(b) Auxílio Transporte	3.3.90.48	127,00	5	1.178,00	1.178,00	1.178,00
(c) Auxílio Prole	3.3.90.08	27,44	33	873,20	873,20	873,20
(d) Assistência Médica e Odontológica	3.3.90.83	263,00	33	8.450,00	8.450,00	8.450,00
(e) TOTAL MENSAIS DE BENEFÍCIOS	$e = a + b + c + d$			31.808,20	31.808,20	31.808,20
(f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	$f = e \times 12$			381.698,40	381.698,40	381.698,40

NOTAS IV

- 1 - Os valores e a concessão dos Benefícios são estabelecidos no processo (pela 151).
 2 - Auxílio Alimentação - Valor constante de R\$ 12.
 3 - Auxílio Transporte - Valor fixado de R\$ 12,70 por mês, conforme Art. 66º da Lei 12.729/2013.
 4 - Auxílio Prole - Valor fixado de R\$ 27,44 por mês.
 5 - Para o Cálculo da APE, consideramos a soma dos valores máximos pagos na 1ª instância do processo de mérito da (PARECER) emitida pelo total de beneficiários.
 6 - Valor de R\$ 100,00 por pessoa, até R\$ 151,50 de acordo com a Lei 12.729/2013, e 7 - Valor de R\$ 151,50 de acordo com a Lei 12.729/2013.
 7 - Para o cálculo dos Benefícios de Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Assistência Médica e Odontológica, consideramos o valor de R\$ 12,70 por mês e o valor de R\$ 151,50 por mês de acordo com a Lei 12.729/2013.

F) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa do Impacto para o Exercício de 2016 em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
				2016	2016
(a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.90.11	$a = B \times C \times D \times E$	222.211,25	222.211,25	222.211,25
(b) 13º SALÁRIO	3.3.90.11	$b = B \times C \times D \times E$	18.650,51	18.650,51	18.650,51
(c) 14º SALÁRIO	3.3.90.11	$c = B \times C \times D \times E$	18.650,51	18.650,51	18.650,51
(d) BOMIA	3.3.90.11	$d = a + b + c$	259.512,27	259.512,27	259.512,27
(e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PIS/PASEP	3.3.90.22	$e = B \times (f + g) \times h$	18.650,51	18.650,51	18.650,51
(f) TOTAL DESPESA PESSOAL		$f = d + e$	278.162,78	278.162,78	278.162,78
(g) DESPESAS	3.3.90.11	$g = f \times i$	278.162,78	278.162,78	278.162,78
(h) IMPACTO ANUAL TOTAL		$h = f + g$	556.325,56	556.325,56	556.325,56

NOTAS V

- 1 - Os valores são calculados com base no valor máximo estabelecido no processo (pela 151).
 2 - As despesas resultantes com base no valor máximo estabelecido no processo de mérito da (PARECER) emitida pelo total de beneficiários.
 3 - Contribuição Patronal de acordo com a Lei 12.729/2013, considerando a Lei 12.729/2013.

G) APERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

ÍTEM	Memória de Cálculo	Limite LRF
(a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	$a = f + g$	556.325,56
(b) DOTAÇÃO DE PESSOAL 2016	$b = D \times E \times F \times G \times H \times I \times J \times K \times L \times M \times N \times O \times P \times Q \times R \times S \times T \times U \times V \times W \times X \times Y \times Z$	222.211,25
(c) DESPESA DE PESSOAL PREVISITA	$c = a - b$	334.114,31
(d) LIMITE LEGAL (LRF) DA RCL	$d = R \times S \times T \times U \times V \times W \times X \times Y \times Z$	334.114,31
(e) LIMITE PREVISITADO	$e = c + d$	668.228,62
(f) MARGEM RESIDUAL (MARGEM)	$f = e - a$	111.903,06

NOTAS VI

- 1 - O Impacto Orçamentário-Financeiro resultante da criação de cargos, CJs e FC não implica a utilização dos limites (limite legal e previdenciário) da LRF para despesa com Pessoal, considerando-se a RCL apurada no período indicado no quadro G.
 2 - O item: c) LRF legal (LRF) da RCL, é o limite de 15% do valor da RCL, esta de publicação no Diário Oficial do Município, para despesa com Pessoal.
 3 - A RCL prevista é de 15% do valor de 2014, conforme a Portaria 111/2014, emitida no segundo semestre de 2014.
 4 - Conforme a Lei 12.729/2013, de 20 de dezembro de 2014, a RCL, após a Lei 12.729/2013, de 20 de dezembro de 2014, é de 15% do valor de 2014, emitida no segundo semestre de 2014.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas: (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no **DSF**, de 5/5/2015

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 11785/2015